

**GIOVANI MIGUEZ**

**O HUMANO, O DOCUMENTO E A FILOSOFIA DA  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:** bases para pensar uma  
antropologia filosófica a partir da teoria da inteligência  
e da realidade em Xavier Zubiri

**Tese de Doutorado**  
**Abril de 2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA TECNOLOGIA – IBCT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

**GIOVANI MIGUEZ DA SILVA**

**O HUMANO, O DOCUMENTO E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO: BASES PARA PENSAR UMA ANTROPOLOGIA  
FILOSÓFICA A PARTIR DA TEORIA DA INTELIGÊNCIA E DA REALIDADE  
EM XAVIER ZUBIRI**

RIO DE JANEIRO

2024

GIOVANI MIGUEZ DA SILVA

**O HUMANO, O DOCUMENTO E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
BASES PARA PENSAR UMA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA A PARTIR DA TEORIA  
DA INTELIGÊNCIA E DA REALIDADE EM XAVIER ZUBIRI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Gustavo Silva Saldanha

Coorientador: Antonio Tadeu Cheriff dos Santos

RIO DE JANEIRO

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

M636h Miguez da Silva, Ciovani  
O humano, o documento e a Filosofia da Ciência da Informação: bases para pensar uma antropologia filosófica a partir da teoria da inteligência e da realidade em Xavier Zubiri Giovanni Miguez da Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.  
182 f.

Orientador: Gustavo Silva Saldanha.  
Coorientador: Antonio Tadeu Cheriff dos Santos.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.


1. Ciência da Informação. 2. Filosofia da Ciência da Informação. 3. Documento. 4. Antropologia Filosófica. 5. Filosofia do Ser Humano. I. Silva Saldanha, Gustavo, orient. II. Tadeu Cheriff dos Santos, Antonio, coorient. III. Título.

GIOVANI MIGUEZ DA SILVA


O HUMANO, O DOCUMENTO E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
BASES PARA PENSAR UMA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA A PARTIR DA TEORIA  
DA INTELIGÊNCIA E DA REALIDADE EM XAVIER ZUBIRI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2024.


Documento assinado digitalmente  
 GUSTAVO SILVA SALDANHA  
Data: 18/04/2024 15:40:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha (Orientador)  
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 ANTONIO TADEU CHERIFF DOS SANTOS  
Data: 19/04/2024 09:47:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Antc  
PI

orientador)  
NCA-MS


Documento assinado digitalmente  
 ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA  
Data: 02/05/2024 18:22:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 MARIA NELIDA GONZALEZ DE GOMEZ  
Data: 30/04/2024 15:38:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Maria Nélida González de Gómez

Documento assinado digitalmente  
 GUSTAVO HENRIQUE DE ARAUJO FREIRE  
Data: 18/04/2024 14:59:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araujo Freire

Documento assinado digitalmente  
 LUCIANA DE SOUZA GRACIOSO  
Data: 02/05/2024 15:37:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

Documento assinado digitalmente  
 CARLOS ALBERTO AVILA ARAUJO  
Data: 24/04/2024 10:58:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

F... ..,0  
PPGCI/ECI/UFMG

*Aos meus filhos, Ben e Leo, meus mais belos  
poemas e meus maiores e mais importantes  
projetos de vida.*

*À Carol, minha esposa.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Gustavo Silva Saldanha e ao meu coorientador Antonio Tadeu Cheriff dos Santos pela paciência e respeito nesses tempos tão difíceis em que, por muitos momentos, não só pensei, mas desisti. Entretanto, por uma força que desconheço e por uma sincronicidade que não sei explicar, fui sempre resgatado e colocado em condições de continuar.

À Dra. Rosali Fernandez de Souza, Dra. Maria Nélide González de Gómez, Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire, Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo e Dra. Luciana de Souza Gracioso, professores e professoras com vasta experiência em pesquisa no campo e que integraram a banca de defesa desta tese, acolhendo minha pesquisa com afeto e generosidade, trazendo não só contribuições e aprendizados de grande valor, mas também gentileza e cumplicidade neste voo que, para mim, foi tão intenso.

À Alessandra Siqueira Sá Earp, minha atual chefe, mas minha sempre amiga, que, me vendo caído, foi lá e me levantou. Deu-me não só a mão, mas o alimento moral necessário que me permitiu finalizar essa maratona insana que acreditei não conseguir mais terminar.

À Alexandra Wotzasek e Robson Dantas Santana por terem sido os grandes apoios terapêuticos em parte importante dessa caminhada. Sem a intervenção deles, este percurso teria sido muito mais doloroso.

Ao querido Ageu por ter sido um ombro amigo nos momentos de desesperança, que foram muitos e frequentes.

À Lays, Elizabeth e Érica pela insistência quase sempre muito irritante no “já defendeu?” ou “e a tese?”.

À Carol pelo companheirismo e por ter me dado importantes e silenciosas lições ao longo dos anos de produção desta pesquisa.

Aos meus filhos por simplesmente existirem e, existindo, darem sentido à vida.

À Krishna, a Suprema Personalidade.

O homem tem preguiça, em geral, de pensar todo o pensável e contenta-se com fragmentos de ideias, recusa-se a uma coerência absoluta. Não leva até o fim o esforço de entender. E, exatamente porque não o faz, toma, em relação à sua capacidade de inteligência, uma absurda posição de orgulho. Compara o pouco que entendeu com o menos que outros entenderam, jamais com o muito que os mais raros puderam perceber.

**Agostinho da Silva**  
*Aproximações*

## RESUMO

SILVA, Giovani Miguez. **O humano, o documento e a Filosofia da Ciência da Informação**: bases para pensar uma antropologia filosófica a partir da teoria da inteligência e da realidade em Xavier Zubiri. Orientador: Gustavo Silva Saldanha; Coorientador: Antonio Tadeu Cheriff dos Santos. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2024.

Esta pesquisa investiga os fundamentos filosóficos da Ciência da Informação, enquadrada como ciência humana e social. Desenvolve-se em uma perspectiva que desloca a análise da Ciência da Informação de uma filosofia da linguagem para a filosofia do ser humano a partir filosofia de Xavier Zubiri e sua teoria da inteligência senciente e da realidade, além de seus estudos sobre o ser humano. A estrutura metodológica envolve uma pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, analisando obras de diversos autores do campo, com ênfase nos que analisam o campo a partir de uma perspectiva ibero-americana e os que pensam o campo a partir de uma visão documentalista e neodocumentalista. O estudo chega ao conceito de documentalidade e, após sínteses descritivas, analisa o referencial teórico em uma triangulação com o filósofo Zubiri. O objetivo da pesquisa é demonstrar as bases filosóficas para uma antropologia filosófica da Ciência da Informação, utilizando os fundamentos do pensamento e da filosofia Xavier Zubiri, sobretudo no que toca à sua força intelectual ao questionar a relação entre ciência e técnica, e na sua filosofia da inteligência e da realidade enfocando os aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, em uma perspectiva documentalista e realista. Para isso, descreveram-se elementos epistemológicos (a Ciência da Informação como ciência social), ontológicos (o documento com objeto de estudos da Ciência da Informação) e metodológicos (a antropologia filosófica zubiriana com perspectivas filosóficas alinhadas aos pressupostos epistemológicos e ontológicos propostos para a Ciência da Informação. Como principais resultados, destacamos: (1) quanto aos fundamentos epistemológicos, a base epistemológica proposta na tese sugere que a Filosofia da Ciência da Informação pode ser vista como uma antropologia filosófica. Isso implica que a compreensão da informação vai além do foco na linguagem, podendo haver elementos mais fundamentais relacionados à

inteligência senciante do ser humano; (2) quanto aos fundamentos ontológicos, a pesquisa não só adere à tese zubiriana de que o ser humano é um animal de realidades, mas destaca a capacidade de o ser humano documentar a realidade; ou seja, estabelece uma relação intrínseca entre o ser humano (um animal que documenta a realidade) e o documento, indicando que a Ciência da Informação é, essencialmente, uma "ciência social do documento"; (3) a perspectiva filosófica proposta pela tese destaca a Ciência da Informação como uma ciência social aplicada, cujo foco no documento implica uma abordagem que reconhece e estuda o ser humano em suas dimensões individual, social e histórica. A tese destaca-se em originalidade ao sugerir a inclusão da antropologia filosófica como uma via de pensamento alternativo à linguagem, apresentada como uma contribuição única para o campo. A abordagem proposta, ainda, enfatiza a importância de um diálogo profundo entre epistemologia social e ontologia social, o que sugere uma integração entre o documento e o ser humano, superando paradigmas hermenêuticos, físicos ou cognitivistas, oferecendo, via antropologia filosófica, um caminho alternativo para pensar a Filosofia da Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; Filosofia da Ciência da Informação; Documento; Antropologia filosófica; Filosofia do Ser Humano.

## ABSTRACT

SILVA, Giovani Miguez. **O humano, o documento e a Filosofia da Ciência da Informação**: bases para pensar uma antropologia filosófica a partir da teoria da inteligência e da realidade em Xavier Zubiri. Orientador: Gustavo Silva Saldanha; Coorientador: Antonio Tadeu Cheriff dos Santos. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2024.

This research investigates the philosophical foundations of Information Science, framed as a human and social science. It develops from a perspective that shifts the analysis of Information Science from a philosophy of language to a philosophy of the human being based on the philosophy of Xavier Zubiri and his theory of sentient intelligence and reality, as well as his studies on the human being. The methodological structure involves an exploratory and descriptive bibliographic research, analyzing works by several authors in the field, with emphasis on those who analyze the field from an Ibero-American perspective and those who think about the field from a documental and neodocumentalist vision. The study arrives at the concept of documentality and, after descriptive syntheses, analyzes the theoretical framework in a triangulation with the philosopher Zubiri. The aim of the research is to demonstrate the philosophical bases for a philosophical anthropology of Information Science, using the foundations of the thought and philosophy of Xavier Zubiri, especially regarding his intellectual strength in questioning the relationship between science and technique, and in his philosophy of intelligence and reality focusing on epistemological, ontological and methodological aspects, from a documental and realist perspective. To this end, epistemological (Information Science as a social science), ontological (the document as the object of study of Information Science) and methodological (Zubiri's philosophical anthropology with philosophical perspectives aligned with the epistemological and ontological assumptions proposed for Information Science) elements were described. The main results are: (1) Regarding the epistemological foundations, the epistemological basis proposed in the thesis suggests that the Philosophy of Information Science can be seen as a philosophical anthropology. This implies that the understanding of information

goes beyond the focus on language, and there may be more fundamental elements related to the sentient intelligence of the human being. (2) Regarding the ontological foundations, the research not only adheres to the Zubiriana thesis that the human being is an animal of realities, but also highlights the human being's capacity to document reality. In other words, it establishes an intrinsic relationship between the human being (an animal that documents reality) and the document, indicating that Information Science is, essentially, a "social science of the document". (3) The philosophical perspective proposed by the thesis highlights Information Science as an applied social science, whose focus on the document implies an approach that recognizes and studies the human being in its individual, social and historical dimensions. The thesis stands out in its originality by suggesting the inclusion of philosophical anthropology as a way of thinking alternative to language, presented as a unique contribution to the field. The proposed approach also emphasizes the importance of a deep dialogue between social epistemology and social ontology, which suggests an integration between the document and the human being, overcoming hermeneutic, physical or cognitivist paradigms, offering, via philosophical anthropology, an alternative way of thinking about the Philosophy of Information Science.

**Keywords:** Information Science; Philosophy of Information Science; Document; Philosophical Anthropology; Philosophy of the Human Being.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Estrutura metodológica da tese: filosofia, ciência e objeto.....	33
<b>Figura 2</b>	– Pressupostos norteadores da pesquisa: epistemológicos, ontológicos e metodológicos.....	145
<b>Figura 3</b>	– Assentamento dos principais conceitos da pesquisa.....	146
<b>Figura 4</b>	– Tríade de conceitos básicos para compreender a Ciência da Informação a partir da relação entre o ser humano e o documento..	150
<b>Figura 5</b>	– Mediação técnica pelo documento entre a sociedade e a realidade	153

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	– Classificação epistemológica da Ciência da Informação baseada no conceito de modos entre ciências naturais-físicas, humanas e sociais a partir de Sylvian Cibangu (2010) por meio da revisão de Nascimento, Santos e Freire (2013) .....	44
<b>Quadro 2</b>	– Categorias de pensamento da Ciência da Informação com base no conceito de “modos entre ciências naturais-físicas, humanas e sociais a partir de Sylvian Cibangu (2010) por meio da revisão de Nascimento, Santos e Freire (2013) .....	45
<b>Quadro 3</b>	– Panorama parcial da produção científica na Ibero-América a partir do levantamento realizado por Carlos Alberto Ávila Araújo (2018)..	47
<b>Quadro 4</b>	– Principais teorias contemporâneas na Ciência da Informação a partir do estudo de Carlos Alberto Ávila Araújo (2017) .....	53
<b>Quadro 5</b>	– Síntese dos paradigmas ou formas de estudo da Ciência da Informação a partir do estudo de Carlos Alberto Ávila Araújo (2017)	58
<b>Quadro 6</b>	– Síntese das principais categorias de análise da disciplina bibliotecológica a partir do estudo de Miguel Ángel Rendón Rohas (2008) .....	65
<b>Quadro 7</b>	– Extratos de interações informacionais extraídos do estudo de Maria Nélide González de Gómez (2012) .....	70

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>UM PRÓLOGO BREVE, MAS NECESSÁRIO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>17</b>
2.1	DE QUAL ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA ESTAMOS FALANDO? .....	18
2.2	UM BREVE ITINERÁRIO ATÉ TESE.....	22
2.3	DELIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	24
<b>2.3.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Objetivos específicos.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Organização metodológica da tese.....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>CAMINHO FILOSÓFICO DA PESQUISA: O MÉTODO.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA EPISTEMOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
4.1	EPISTEMOLOGIA SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	39
<b>4.1.1</b>	<b>A Ciência da Informação ibero-americana.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Um corpus para o pensamento na Ciência da Informação.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Uma epistemologia social contemporânea do campo.....</b>	<b>59</b>
4.2	SÍNTESE EPISTEMOLÓGICA E TRANSIÇÃO.....	74
<b>5</b>	<b>DO DOCUMENTO À IDEIA DE DOCUMENTALIDADE.....</b>	<b>81</b>
5.1	O CONCEITO DE DOCUMENTALIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	81
5.2	O SER HUMANO E O DOCUMENTO: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICO-TECNOLÓGICA.....	95
5.3	SÍNTESE ONTOLÓGICA E TRANSIÇÃO.....	101
<b>6</b>	<b>ELEMENTOS PARA UMA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA.....</b>	<b>106</b>
6.1	UMA QUERELA ANTROPOLÓGICA.....	107
6.2	A CIÊNCIA, A VERDADE E A PESQUISA.....	109
6.3	O SER HUMANO, UM ANIMAL DE REALIDADES.....	116
<b>6.3.1</b>	<b>A inteligência senciente, em Xavier Zubiri.....</b>	<b>117</b>

6.3.2	<b>A filosofia do ser humano, em Xavier Zubiri.....</b>	122
6.3.2.1	<b><i>O ser humano e a técnica.....</i></b>	124
6.3.2.2	<b><i>As dimensões do ser humano.....</i></b>	126
6.3.2.2.1	<i>O ser humano é um animal individual.....</i>	127
6.3.2.2.2	<i>O ser humano é um animal social.....</i>	129
6.3.2.2.3	<i>O ser humano é um animal histórico.....</i>	130
6.3.2.3	<b><i>Dimensões como momentos estruturais funcionais.....</i></b>	131
6.3.2.4	<b><i>Pluralismo de círculos de convivências.....</i></b>	133
6.3.2.4.1	<i>O pluralismo limita a individualidade.....</i>	133
6.3.2.4.2	<i>O pluralismo limita a comunalidade.....</i>	134
6.3.2.4.3	<i>O pluralismo limita a acrescência.....</i>	135
6.4	<b>SÍNTESE METODOLÓGICA E TRANSIÇÃO.....</b>	136
7	<b>O SER HUMANO, UM ANIMAL QUE DOCUMENTA A REALIDADE.....</b>	144
7.1	A QUESTÃO DA CIÊNCIA.....	147
7.2	DOCUMENTO: MAIS QUE INSTÂNCIA TÉCNICA.....	152
7.3	A DIMENSÕES ESTRUTURAIS DO SER HUMANO.....	155
7.3.1	<b>A dimensão individual do ser humano.....</b>	156
7.3.2	<b>A dimensão social do ser humano.....</b>	157
7.3.3	<b>A dimensão histórica do ser humano.....</b>	158
7.4	PLURALISMO DOS CÍRCULOS DE CONVIVÊNCIA.....	160
7.5	UMA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	162
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: ao encontro do humano e do documento na filosofia da Ciência da Informação.....</b>	164
9	<b>EPÍLOGO: BREVE SÍNTESE POÉTICA DA TESE.....</b>	169
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	171

## 1 UM PRÓLOGO BREVE, MAS NECESSÁRIO

Antes de adentrar na tese propriamente dita, permitam-me um breve, mas relevante parêntese em primeira pessoa, a fim de esclarecer ao leitor sobre as razões que levaram ao prolongamento desta tese para além do tempo usual de quatro anos, justificando assim um hiato de mais de dois anos na pesquisa. Permitam-me, também, falar sobre uma invasão poético-existencial na pesquisa.

Logo no início do doutorado, em março do ano de 2017, nasceu meu segundo filho, o Leonardo, que completou agora, em março, 7 anos de vida. Como é sabido, o nascimento de um filho nos leva a priorizar outras coisas e a vida passa a demandar de nós mais do que demandava. Sobretudo para quem já tinha um filho, o Benjamin, este nascido em setembro de 2013, pouco antes do início do mestrado, em 2014. Agora, imaginem, entre o mestrado e o doutorado, dois filhos chegaram. Duas alegrias, porém, duas imensas responsabilidades.

Com o nascimento do Leonardo, mas não por causa dele, alguns sinais de que algo não estava bem comigo começaram a aparecer: uma agitação mental incomum com algumas manias e compulsões. Enquanto os semestres iam se dando e os créditos das disciplinas iam sendo rigorosamente cumpridos, até com certa agilidade mental e foco incomum, uma crise existencial avassaladora seguida de comportamentos maníacos iam me tomando e, após, um abismo se abriu diante dos meus pés.

Não demorou surgir a necessidade de terapia e de alguma forma de extravasar toda essa angústia. Foi assim que, parcialmente abandonada a tese, detive-me compulsivamente em dar vazão a essa angústia por meio da escrita, mais tarde identificada como poética. Somaram-se, aos filhos, a crise existencial e uma gigante necessidade estética.

Entre meados de 2017 e final de 2023, mais de 3 mil poemas e outros fragmentos “est(éticos) existenciais”, como chamo, foram dando corpo a cerca de 40 cadernos os quais, hoje, reúno como uma espécie de cartografia dessa turbulenta travessia. Agora, eram os filhos, a crise existencial, a necessidade estética e uma sangria poética que não tinha fim.

Destes 40 cadernos, dez livros foram apresentados ao mundo como livros:

- Em 2019: *Quase Histórias: est(éticas) existenciais*.
- Em 2020: *Animal Poético: Diário: Est(ético), Da Ilha da Poesia: um movimento estético, um diálogo poético* (com o poeta de rua Ricardo Garcia) e *Um poema por dia: para viventes e sobre*.
- Em 2021: *Em terceira pessoa e outros poemas* e *Nem te conto e outros contos*.
- Em 2022: *Na escuridão da travessia, poesia: seleta pandêmica* (em 2 volumes).
- Em 2023: *Poesofias: entalhos e alguns retalhos* e *Garrafas ao mar*.
- EM 2024: Já está em processo de edição, *Euphônias, euforias e outras agonias*, meu 11º livro.

Entre 2016, com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff por um crime de responsabilidade que mais tarde comprovou-se inexistente, seguido pela ascensão de um discurso de extrema-direita nos Estados Unidos da América, que culminou na eleição do republicano Donald Trump, e, no Brasil, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, um “esbirro” desse pensamento extremista e autoritário, as coisas ficaram mais difíceis.

Seguiu-se a esse caos político a pandemia da covid-19 que atingiu o mundo entre 2020 e 2021 e acabou agravando ainda mais a minha saúde mental e a necessidade de constelar minha angústia em uma escrita que não fosse a acadêmica.

No plano intelectual, vi-me diante de uma crise de narrativas no âmbito da política e dos sistemas de saúde, meus dois ambientes mais significativos. A disputa pela verdade passou a ser uma questão de sobrevivência.

O mundo tinha mudado. As mídias sociais passaram a disputar com os grandes veículos a hegemonia da informação, a relatividade da verdade estava em discussão, as notícias falsas ganhavam força e os grupos negacionistas, autoridade epistêmica. A tese em curso nunca fez tanto sentido, mas um espinho estava atravessado em meu peito, impedindo que eu visse com clareza a relação entre a tese, a poesia e o mundo.

Nesses anos, um bloqueio da minha racionalidade fez desabar sobre mim uma grande noite e, todas as vezes em que eu me deparava com a tese, uma

crise de ansiedade me tomava a ponto de não ser possível prosseguir no fazer teórico.

Essa noite estendeu-se de 2018 a meados de 2023, resultando, no final deste último ano, em uma inflexão importante, um imperativo burocrático (uma pressão no trabalho) que me obrigaria a findar a tese, custasse o que custasse.

Assim, a qualificação que deveria ter acontecido no início de 2020, mas ocorreu com certa dificuldade no início de 2022 e, conseqüentemente, trouxe um atraso significativo no processo de pesquisa.

Por outro lado, a escrita criativa, essencialmente a poética, associada a terapias e, bem posteriormente, a intervenção medicamentosa, ajudou-me a recuperar minha lucidez e elaborar meus bloqueios.

Ainda nos anos 2022 e 2023, tomado pelas necessidades do espírito, mergulhei em leituras psicanalíticas e até iniciei e conclui uma pós-graduação em psicanálise, buscando dar conta dessas questões urgentes. Como podem ver, foi um período imenso e, igualmente, intenso.

E, assim, aqui estamos, não só com a tese possível pronta, mas com a formação de uma identidade estética que estava adormecida e que precisou irromper ao custo de uma grande crise existencial, fazendo de mim, ao mesmo tempo, pesquisador e poeta.

Peço mais uma vez desculpas por essa digressão, mas é preciso deixar documentado que esta pesquisa, que propôs a existência de um “ser humano que documenta a realidade”, foi atravessada poética e existencialmente impondo um imperativo antropológico filosófico que, se não a comprova, ao menos oferece indícios da força empírica que a tese propõe.

Pode parecer clichê, mas, nesses anos de formação como pesquisador, tive filhos e escrevi livros. Falta-me agora a sementeira; ou seja, plantar as árvores naturais e intelectuais. É o que farei nos próximos anos com o intuito de honrar esse título tão sofrido.

Esta tese é, portanto, a documentação dessa minha travessia.

É, ainda, minha declaração de propósito intelectual.

Rio, 26 de janeiro de 2024.

## 2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto desta pesquisa insere-se no âmbito de uma pesquisa filosófica que tem seu foco de interesse na descrição e análise dos fundamentos filosóficos da Ciência da Informação como ciência humana e social que, segundo López Yepes (2017), é dotada de caráter informativo, comunicativo e documental em que se estuda o processo que consiste na retenção, recuperação e transformação da informação para a geração de novos conhecimentos.

Desde já, gostaríamos de esclarecer que o objetivo desta tese não é criar polêmicas sobre o que é uma ciência humana, o que é uma ciência social ou se uma ciência humana também é uma ciência social a partir dos questionamentos da formação filosófica da Ciência da Informação, nosso lugar epistemológico de fala e de encontro.

As definições aqui utilizadas estão contempladas em Documento da Direção de Avaliação da Comissão de Avaliação em Pesquisa e Ensino (Capes) (Brasil, 2017) e, segundo o *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) (Brasil, 2024), as pesquisas de ciências humanas vão “desde o estudo do comportamento humano” até o estudo da “interação em contextos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos” e “aos desenvolvimentos da linguagem, artes e arquitetura”.

Ainda segundo o MCTI,

Estas pesquisas têm na dinâmica humana sua centralidade, com focos históricos ou contemporâneos, de contextos pessoais a globais, e consideram o nosso preparo para os desafios do futuro. Por meio da pesquisa em macro áreas da Linguística, Artes, **Humanidades, Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Ética**, e de seus desdobramentos e interrelações, espera-se a habilitação coletiva da sociedade brasileira em sua capacidade de questionar, pensar criticamente, resolver problemas, comunicar de maneira eficaz, tomar decisões e adaptar-se às mudanças. Responder aos **desafios humanos exige uma compreensão dos principais fatores, linguísticos, cognitivos, históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais, éticos e sociais envolvidos**, e como esses diferentes fatores se inter-relacionam (Brasil, 2024, grifo nosso).

Portanto, adotamos, no decorrer da tese, ora os termos “ciência social” ou “ciências sociais”, ora os termos “ciência social aplicada” ou “ciências sociais aplicadas”; salvo quando estiverem citados autores que usem os termos “ciência humana”, “ciências humanas”, “humanidades” ou termos correlatos. Fica assim entendido, para efeito da tese, que a Ciência da Informação é uma ciência social,

no caso, aplicada, que tem seu escopo de atuação científica dentro do campo das ciências humanas.

Esclarecida essa questão, o estudo proposto desenvolveu-se em uma perspectiva metodológica descritiva, ancorada em um enquadramento teórico que buscou situar a Filosofia da Ciência da Informação como uma antropologia filosófica; ou seja, deslocando a centralidade da análise da filosofia da linguagem para a filosofia ser humano.

## 2.1 DE QUAL ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA ESTAMOS FALANDO?

É importante pontuar, entretanto, que, ao afirmamos a possibilidade de ser a filosofia da Ciência da Informação uma antropologia filosófica, estamos falando especificamente de determinada antropologia filosófica, pois, ao longo da nossa história, as definições de ser humano (ou homem, como algumas vezes aparecerá nesta tese para respeitar a forma como alguns autores citaram) foram diversas e podem ser agrupadas sob os seguintes títulos:

1°. definições que se valem do confronto entre o homem e Deus [de natureza teológica ou religiosa]; 2°. definições que expressam uma capacidade própria do homem; 3°. definições que expressam a capacidade de autoprojetar-se como algo próprio do homem (Abbagnano, 2007, p. 596).

No primeiro grupo de definições, podemos agrupar desde Aristóteles que, “ao tratar da vida contemplativa, falou de ‘elemento divino’ do homem” (Abbagnano, 2007, p. 596), passando por Calvino e Jacob Boehme, Espinosa, Fichte e Hegel e, acrescentaríamos, Carl Gustav Jung que, no século XX, desenvolveu uma complexa antropologia de base psicológica que visava ao processo de individuação do ser humano e defendia a ideia de uma “função transcendente” ou “religiosa” inata ao ser humano (Lenoir, 2023).

No segundo grupo, temos a famosa definição do ser humano como “animal racional” que “expressa bem o ponto de vista do iluminismo grego e o espírito das filosofias de Platão e Aristóteles”, apesar de, em Platão, ela não estar explícita, mas restrita à ideia de que o ser humano é um animal “capaz de ciência”. Aristóteles, ao afirmar que “o homem é o único animal que possui razão” potencializou uma definição aceita pelos estoicos, por Tomás de Aquino chegando a Husserl e Cassirer, que ofereceram a ideia do ser humano como um

“animal simbólico”. Ainda podemos encontrar, na esteira do pensamento de Aristóteles e Platão, a ideia de um animal político e social em Hobbes, passando pela ideia de um animal intuitivo em Bergson. Sobre esse grupo, ainda temos as ideias de *homo sapiens* e *homo faber*. Bergson, aliás, chega a considerar que, mesmo nesse ser humano dotado de inteligência, há um “halo de instinto”, trazendo para esse grupo de definições a ideia de um “homem intuitivo” (Abbagnano, 2007, p. 597-598).

E, finalmente, no terceiro grupo de definições, podemos observar pensadores como Plotino, passando por Leibniz, Scotus e Pico della Mirandola e Kant, chegando à contemporaneidade como Heidegger, Sartre Dewey, que contestaram essa concepção de ser humano como “autoprojeto” focalizando no lugar entidades como o Ser, a Linguagem, a Estrutura, a Função etc., consideradas anti-humanistas e anticonsciencialistas (Abbagnano, 2007, p. 597-598).

Arlt (2008, p.12) afirma que “ao olhar superficial da literatura filosófica a antropológica” a pergunta sobre “O que faz do ser humano um ser humano?” oferece “uma desconcertante abundância de qualidades e atributos essenciais” desse ser humano, a saber:

[...] correntes do ser humano, que se manifesta como zoon, animal, ens e homo: zoon politicon e logon echon (Aristóteles); animal symbolicum (Cassirer), ideologicum (Plessner), educandum (Landmann), laborans (Arendt), rationale, vitale, naturale, fingens; ens amans (Scheler), cogitans, volens, homo sapiens (Linné), ludens (Huizinga), clausus (Elias), absconditus (Plessner), compensator (Marquard), creator (Mühlmann), antropologicus, peccator, postfatalis (Landmann), insciens (Ortega y Gasset), curans (schiller contra Heidegger), viator (Marcel), pictor (Jonas), patiens (v. Gebattel, Schiperges, Frankl), existentialis (Binswanger), investigans (Luck), sexualis (Fromm contra Freud), hominans e hominatus (Landmann), caelestis (von den Steinen), rhetoricus (Kopperschmidt), cogitans, faber, legens, generator, divinans, significans, sedéns, inveniens, coquens, sociologicus (Dahrendorf), filosoficus, religiosus, oeconomicus etc.; o ser humano etimológico (Ortega y Gasset), o mítico, o humanístico (Groethuysen), o flexível (Sennett), o administrado, o funcional (Kertész), o agente (Gehlen), o tolhido (Schulz-Hencke), o unidimensional (Marcuse), o pré-programado (Eibl-Eibesfeldt), o orante (Scheler), o que espera (Bloch), o que ri e chora (Plessner) o que joga (Schiller), o antitafísico (Knapp), o ser sem medida (Bollnow) etc. (Arlt, 2008, p. 12-13).

Diante dessa miríade de dimensões do humano, ou ao menos de propostas de dimensionar o humano, optamos por uma definição, a nosso ver, que abarcasse todas elas, uma vez que nosso entendimento é que,

independentemente de qual seja a dimensão, o ser humano está sempre mergulhado na realidade e, ali estando, precisa dar conta de três perspectivas que, entendemos, abarcar a maior parte dessas definições; ou seja, esse ser humano, que é um “animal de realidades”, faz-se atuante na realidade por meios de sua inteligência (senciente e, posteriormente, concipiente), sendo esta o meio pelo qual ele se realiza (ou se projeta) individual, social e historicamente.

Destarte, resgatando e ampliando as discussões já realizadas na dissertação de mestrado (Silva, 2016), para fins desta pesquisa, nos ancoramos nas teorias da inteligência e da realidade desenvolvidas por Xavier Zubiri na segunda metade do século XX, assim como em sua vasta pesquisa sobre o ser humano, fruto de mais de quatro décadas de pesquisa filosófica.

Sobre Zubiri, a título de compreensão da sua importância na filosofia contemporânea, é preciso dedicar alguns parágrafos, ainda que breves, para que se possa conhecer sua trajetória na filosofia espanhola e, sobretudo, sua influência sobre o que convencionou-se chamar “Escola de Madrid”, uma relevante escola filosófica que se desenvolveu no século XX, sendo fortemente influenciada José Ortega y Gasset (1883-1955), considerado o “máximo filósofo espanhol” (Marías, 2004).

Em seu livro, *História da Filosofia*, Julián Marías (2004) fala sobre quatro filósofos dessa escola: Manuel García Morente (1886-1942), José Gaos (1902-1969), José Ferrater Mora (1912-1991) e, por fim, Xavier Zubiri (1898-1984).

Em sua formação filosófica, segundo Marías (2004, p. 517), Zubiri sofreu forte influência de Juan Zaragüeta, José Ortega y Gasset e Martin Heidegger, tendo publicado em vida apenas *Naturaleza, História e Dios* (1942), *Sobre a Essência* (1963), *Cinco lecciones de filosofia* (1963). E, posteriormente, *Inteligencia y Realidad* (1980), *Inteligencia y logos* (1982) e *Inteligencia y razón* (1983).

Em sua *Trilogia Inteligência Senciente*, publicada no Brasil, encontramos seu pensamento maduro. Nela, o filósofo desenvolve uma teoria sobre os modos de apreensão da realidade: apreensão primordial da realidade, *logos* e razão.

Sendo impossível reduzir todo o esforço e a profundidade do autor contidos nesses três volumes, e nem poderia ser o propósito desta tese, falaremos brevemente sobre cada uma delas.

No primeiro livro, *Inteligência e Realidade*, Zubiri empreende um projeto teórico para posicionar a “intelecção como ato”, chamado por ele de apreensão. Desenvolve daí a diferença entre o sentir e o inteligir e cunha o conceito de “intelecção senciente”. Para ele, inteligir, portanto, seria a mera atualidade do real na inteligência senciente. O modo primário dessa intelecção é a “apreensão primordial da realidade”.

No segundo livro, *Inteligência e Logos*, o filósofo empreende uma análise do que ele chamou de “logificação da inteligência”, considerada, conforme ele questiona, a ideia de que o *logos* é a estrutura fundamental da intelecção, colocando-o como um modo ulterior da intelecção capaz de atualizar as coisas “reais”, cabendo ao *logos* o papel de expressar o que tais coisas reais são “em realidade”.

E, no último livro, *Inteligência e Razão*, Zubiri conclui sua análise da intelecção humana, culminando em uma crítica original à “teoria do conhecimento” fundada por Kant. Para Zubiri, e esta é a essência de sua crítica, antes de uma teoria do conhecimento, Kant deveria ter realizado uma crítica da intelecção enquanto tal; ou seja, uma teoria da inteligência e da realidade deve preceder a uma teoria do conhecimento.

Estudados em sequência, o que a obra transmite é que “já estamos instalados inadmissivelmente na realidade. O *logos* e a razão não precisam chegar à realidade, mas nascem da realidade e estão nela” (Zubiri, 2011c, p. ivi).

A *Trilogia Senciente* é, portanto, a tentativa de Zubiri de elaborar uma filosofia da intelecção, desde a ideia de Realidade em constante diálogo com o pensamento filosófico e científico de sua época.

Há muitos pontos interessantes e atuais no pensamento de Zubiri que, como veremos nesta tese, dialogam com a atualidade. Sua posição sobre “inteligência artificial”, por exemplo, já na virada da década de 1970 para 1980 afirmava que um “mecanismo eletrônico” não possui “inteligência” (Zubiri, 2011a, p. 57). Ao menos no âmbito da inteligência artificial, isso tem se comprovado, o que o torna um bom teórico para fundamentar uma discussão crítica no âmbito das inteligências artificiais e, conseqüentemente, das humanidades digitais.

Outro livro de suma importância para este estudo foi *Sobre el hombre*, de 2006, uma obra póstuma do autor. Zubiri ocupou-se do tema do ser humano ao longo de todo seu percurso, assunto que preencheu aproximadamente meio

século da sua vida. Nesse livro, com textos inéditos sobre o ser humano, Zubiri repensa em uma nova perspectiva os temas mais importantes da filosofia: realidade, inteligência e o ser humano, tentando penetrar com mais meticulosidade o emaranhado de problemas que afligem o ser humano.

Desse modo, o percurso da investigação propõe examinar a validade da seguinte tese: a filosofia que sustenta a Ciência da Informação, em seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, como uma “ciência social do documento”, pode ser uma antropologia filosófica; ou seja, uma filosofia do ser humano.

Buscamos situar a Ciência da Informação como essa “ciência social do documento” a partir de nossas leituras das teorias documentalistas, especialmente, Paul Otlet e Suzanne Briet, e neodocumentalistas, com destaques para Michael Buckland e Bernd Frohmann.

E, neste caso, a proposta desta tese é que seja a antropologia filosófica zubiriana um aporte para pensarmos essa “ciência social do documento”, a partir de alguns de seus principais pensadores, mas extrapolando os estudos da linguagem para um estudo orientado para a relação do ser humano com a verdade, sendo esta a “índole da realidade”, conforme a perspectiva zubiriana, e o documento, como instância técnica, o meio pelo qual o ser humano organiza sua presença nessa realidade.

## 2.2 UM BREVE ITINERÁRIO ATÉ TESE

O embrião da ideia que motiva essa afirmação nasceu na dissertação de mestrado “As relações entre informação, linguagem e símbolo: A filosofia da Ciência da Informação entre a realidade e idealidade” (Silva, 2016) desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), em um convênio entre o Instituto Brasileiro em Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na referida dissertação, concluiu-se que o paradigma social favorece o desdobramento da Ciência da Informação em uma ciência hermenêutica e da Filosofia da Ciência da Informação em uma antropologia filosófica. Como conclusão, o estudo sugeriu algumas direções futuras a serem exploradas: o desenvolvimento de

estudos sobre informação e simbólica e a investigação de uma ética informacional a partir de uma antropologia filosófica.

Na dissertação, a partir de Cassirer, para quem o ser humano é um “animal simbólico”, e Zubiri, para quem o ser humano é um “animal de realidades”, delineou-se um diálogo com Capurro no qual foram encontrados “indícios” de que a informação, como “linguagem-símbolo” é uma “expressão essencial da realidade” que se apresenta como uma forma de “logificação da realidade” (Silva, 2016, p. 19).

Uma das consequências do estudo foi a verificação de que, em uma visão capurriana, “a informação tem sentido apenas em relação a um contexto” e sua apreensão “estaria orientada por um processo de interação com o mundo” e “diretamente relacionada à evolução do ser humano enquanto ‘animal simbólico’” (Silva, 2016, p. 107).

Embora o estudo proposto na dissertação utilizasse dois pensadores com propostas de uma antropologia filosófica bem claras, os resultados possíveis naquela ocasião estavam centrados no âmbito da “simbolização” (Cassirer) e da “logificação” (Zubiri), fortalecendo a ideia de que o ser humano é capaz de se “relacionar com o real, a se expressar, criar conceitos e se unir a outros homens, criando cultura ao utilizar diversas formas simbólicas; dentre estas, a ciência” (Silva, 2016, p. 110).

O tema da antropologia filosófica, entretanto, ficou marginalizado à época, pois, ao nos concentrarmos na ideias de um “homem informacional”, desconsideramos algo fundamental: a visão documentalista e neodocumentalista; uma vez que o documento, instância técnica que acompanha o ser humano desde sempre, como vimos nesta tese, confere materialidade e realismo à informação, garantindo assim que o ser humano, por meio de um processo de permanente documentação da realidade, se constitua em suas dimensões individual, social e histórica.

Posteriormente, assumindo a Ciência da Informação como ciência social, foi apontada, em pesquisa que se realizou como desdobramento da dissertação, uma inflexão discursiva que posiciona a Filosofia da Ciência da Informação como uma antropologia filosófica a partir da “necessidade de olhar o ser humano, seja na definição e fundamentação de sua inteligência”, e “menos na sua posição e economia em um campo científico compreendido enquanto prática social”

(Miguez; Santos, 2017, p. 450), e pensamos hoje mais como um agente que busca na realidade a índole das coisas verdadeiras, dando à ciência um caráter mais profundo, sobretudo, diante dos debates acerca do que vem acontecendo no mundo, seja no âmbito da política com a ascensão de uma extrema-direita virulenta e negacionista, seja na própria ciência, que é incapaz de olhar o mundo para além dos paradigmas científicos positivistas e, assim, apresentando clara dificuldade de lidar com os imperativos da pós-verdade e suas consequências práticas; ou seja, as notícias falsas produzidas em meio digital, centralmente nas plataformas privadas de redes sociais, como *fake news*, *fake opinion* e uma inteligência artificial cada vez colocada a serviço desse novo contexto político e social.

Desse modo, esta tese que é consequência dos esforços empreendidos ao longo dos últimos nove anos; ou seja, durante todo o meu percurso acadêmico a partir do mestrado, e agora doutorado, em Ciência da Informação, assim como a relação entre orientador e coorientador, que seguem sendo os mesmos que compartilham suas respectivas visões de mundo e dão suporte às inquietações filosóficas que impulsionaram e, ainda impulsionam, o escopo do estudo que agora propõe-se, mais detidamente, a investir na questão antropológica filosófica da Ciência da Informação como possibilidade para a construção de bases para um programa de pesquisa no qual o ser humano e o documento unem-se filosófica e cientificamente em torno de uma proposta outra que não a da filosofia da linguagem.

### 2.3 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

Sendo a Ciência da Informação considerada por suas características uma ciência social, este estudo se justifica na afirmação de que, mais do que um problema de natureza social, o problema que se coloca na Ciência da Informação é filosófico de natureza antropológica, pois o horizonte conceitual que mobiliza esta tese é o de que a informação é o registro simbólico (documental e documentável) reificado ou coisificado no e pelo aparato da inteligência humana, no caso, uma inteligência senciente.

Em síntese, os atos de sentir e pensar não são separados, e que a realidade é dada em uma intelecção originária, na qual o pensar faz parte do

sentir e o sentir faz parte do pensar. Mas, sendo inteligência senciente uma concepção unitária, cujo objeto primário é a realidade, esta é dada pelos sentidos na inteligência, que tem como ato formal a apreensão de realidade (Zubiri, 2011c) a qual, posteriormente, é atualizada no *logos*, em que o ser humano produz linguagem com a finalidade de documentar essa realidade, conforme veremos no decorrer desta tese.

Nesses termos, impõem a questão: há na Filosofia da Ciência da Informação espaço para uma antropologia filosófica? Se sim, quais seriam os horizontes filosóficos que, colocados dentro de pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, sustentam uma filosofia do ser humano orientada para a sua relação com o documento a partir das realidades social e histórica humana?

Na esteira da questão colocada, estabelecemos como hipótese a ideia de que a Ciência da Informação precisa discutir o documento como um aspecto formal da sciência humana, pois ele é mais do que informação. Todos os seres sencientes produzem e recebem informações. No ser humano, entretanto, a sciência permite produzir cultura que, nos seus aspectos formais, categoriais, valorativos, lógicos, sociais, culturais, políticos e estéticos, ganha materialidade nos documentos (e memórias) das mais variadas naturezas e formas de expressão. Estabeleceram-se, desse jeito, os seguintes objetivos para este estudo:

### **2.3.1 Objetivo geral**

- Analisar as perspectivas filosófico-metodológicas possíveis no horizonte do pensamento zubiriano que dialoguem com os pressupostos ontológicos e epistemológicos da Ciência da Informação e corroborem a proposição de uma antropologia filosófica possível para este campo.

### **2.3.2 Objetivos específicos**

- descrever os elementos teóricos de caráter epistemológicos e ontológicos que situam a Ciência da Informação como campo de

estudos dentro de uma epistemologia social do âmbito das ciências sociais e de uma ontologia social do documento, no qual este seria compreendido como um objeto social;

- descrever os elementos do pensamento de Xavier Zubiri que apontam para uma filosofia do ser humano, a partir de filosofia da inteligência senciente e da realidade no campo científico e antropológico; e,
- demonstrar em que bases filosóficas se pode situar uma antropologia filosófica de base zubiriana da Ciência da Informação como ciência social, com pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos a partir de uma perspectiva documentalista e realista.

No intuito de oferecer perspectivas mais claras aos objetivos específicos, delinearemos nas próximas linhas algumas metas empíricas de modo que se tenha certa clareza quanto ao que pretendeu-se analisar dentro de uma vasta e rica bibliografia presente no nosso campo de estudos.

Quando olhamos para o horizonte epistemológico do campo, nos detivemos em descrever autores que, no nosso entender, ofereciam elementos capazes de sustentar os argumentos necessários para que pudéssemos alcançar nossos objetivos.

Maria Nélide González de Gómez, Miguel Ángel Rendón Rojas, Carlos Alberto Ávila Araújo, Solange Puntel Mostafa e Jesse Shera foram autores estruturantes dessa nossa tentativa de compreender o percurso epistemológico no campo, sobretudo, no cenário ibero-americano, no qual pretendemos delimitar nossas fontes filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação especialmente.

O olhar epistemológico, ao seu turno, nos permitiu intuir a penetração que o objeto de estudos que escolhemos tem no campo; ou seja, o documento em sua natureza ontológica, seja como objeto social, seja em sua importância histórica desde Paul Otlet e Suzanne Briet até José López Yepes, passando por Michael Buckland até Cristina Dotta Ortega e Maurizio Ferraris – pouco conhecido no campo até o momento em que iniciamos este projeto de pesquisa, mas que agora já podemos encontrá-lo, ainda que timidamente, entre alguns estudos do campo.

Por uma questão metodológica, que veremos na próxima seção, optamos por delimitar nossos referenciais a partir de sua proximidade provável com a perspectiva possível no âmbito de uma antropologia filosófica.

### **2.3.3 Organização metodológica da tese**

Para construir uma nova perspectiva teórica, articularam-se conceitos ontológicos e epistemológicos para a construção um argumento metodológico-filosófico, buscando reposicionar a Filosofia da Ciência da Informação como antropologia filosófica, e, para isso, valeu-se da pesquisa bibliográfica não sistemática baseada na seleção de autoridades filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação na Ibero-América já reconhecidas por sua produção no domínio teórico do campo.

A escolha de autores ibéricos e latino-americanos, inclusive para o suporte teórico-filosófico escolhido, deu-se não só pela sua afinidade epistêmica, mas também pelo entendimento que temos de que é preciso construir uma Ciência da Informação sempre atrelada às perspectivas da nossa região.

Não se trata, entretanto, de não olhar para os países da América do Norte ou da Europa, mas tão somente buscar fortalecer discursos e epistemologias dentro de uma perspectiva regional, reconhecendo a relevância do Brasil, um país lusófono, na América Latina, quase que totalmente tomada pelo idioma espanhol.

Por se tratar de uma reflexão teórica sobre os fundamentos filosóficos da Ciência da Informação, este estudo configurou-se como descritivo de cunho exploratório a partir da literatura disponível em livros e publicações científicas da área.

Uma vez que que foi dado o *corpus*, já construído pela tradição epistemológica do campo a partir de autores que fundamentaram os estudos histórico-epistemológicos contemplados em nosso referencial teórico, a discussão da tese promoveu um aprofundamento e uma ampliação das perspectivas já levantadas.

Revisitamos autores da tradição epistemológica do campo na busca de elementos teóricos que instruem uma orientação de resgate da documentação, fortalecendo a tradição documentalista, situando essa discussão na perspectiva

de um neodocumentalíssimo e buscando afirmar filosoficamente a documentalidade como conceito necessário ao campo. Esse percurso metodológico será detalhado mais adiante (seção 2).

Do ponto de vista de seus objetivos, considerando nossa pretensão de descrever os aspectos do campo e de seu objeto a partir de aspectos epistemológicos (seção 3) e ontológicos (seção 4), descrevemos o corpo teórico zubiriano (seção 5), especialmente os aportes que posicionam uma filosofia do ser humano fundamentada na inteligência humana.

No final de cada seção de referencial teórico, foram estabelecidas seções secundárias intermediárias contendo sínteses de transição. Assim, ao final das seções primárias 3, 4 e 5, há sínteses epistemológicas, ontológicas e metodológicas, que são a leitura desses capítulos reescritos de modo sintético, cujo leitor poderá ter acesso à nossa compreensão desses referenciais teóricos.

Posteriormente, foram analisados os conceitos presentes em nosso referencial, sendo elegíveis cinco deles – ciência, humano, documento, inteligência e realidade – e estabeleceu-se a discussão (seção 6) a partir de uma reflexão crítica de cada capítulo de referencial, fazendo um diálogo analítico entre os aspectos epistemológicos do campo, os aspectos ontológicos do objeto de estudo e os aspectos metodológicos presentes na filosofia de Xavier Zubiri, a fim de instituir bases teóricas para justificar uma antropologia filosófica zubiriana como possibilidade para uma Filosofia da Ciência da Informação.

Há muitos *insights* interessantes no pensamento zubiriano. Por exemplo, como veremos mais adiante nesta pesquisa, um deles reside no entendimento de que, na visão desse filósofo, a “intelecção da realidade” é o fundamento da existência humana, uma vez que o ser humano que, em sua saga, segue desde a condição de *homo sapiens*, é também um “animal de realidades” que, pela “inteligência senciente”, apreende essa realidade (vide seção 5).

Outro ponto fulcral para compreender a atualidade de Zubiri é entender que ele é um autor que teorizou na década de 1970, portanto pré-internet e mídias sociais, e, ainda assim, conseguiu enxergar o homem em suas dimensões individuais, sociais e históricas, problematizando o que ele veio a chamar de “pluralismo dos círculos de convivência” em sua filosofia do ser humano, conforme veremos também nesta pesquisa.

Por fim, argumentaremos nesta tese que, para sobreviver no mundo, o ser humano desenvolveu a capacidade de documentar essa realidade, uma capacidade fundamental para sobreviver e produzir conhecimento cultura, arte, técnica e ciência, sendo a linguagem uma característica evolutiva necessária dada essa necessidade de documentar a realidade.

Os resultados foram satisfatórios, apontando aspectos relevantes de interseção entre as perspectivas epistemológica e ontológica e metodológica, confirmando nossa tese. Isto é, há na Filosofia da Ciência da Informação espaço para uma antropologia filosófica e, mais especificamente, uma antropologia filosófica zubiriana.

### 3 CAMINHO FILOSÓFICO DA PESQUISA: O MÉTODO

O caminho para comprovar a validade da tese se deu a partir dos seguintes pressupostos ou, princípios filosóficos, adaptados de Brante (2001), que, embora desenvolvidos para uma proposta específica que analisa as consequências do realismo na construção de teoria sociológica, aderem-se à nossa perspectiva de pesquisa para situar o realismo dentro da pesquisa filosófica em Ciência da Informação, considerando que existe uma realidade independentemente das nossas representações e da nossa consciência:

- Pressuposto ontológico: No âmbito das ciências sociais, por sua vez, considera-se igualmente que existe uma realidade social.
- Pressuposto epistemológico: É possível apropriar-se de conhecimentos relativos a essa realidade.
- Pressuposto metodológico: Todo conhecimento é falível e corrigível.

Adaptando os pressupostos de Brante, nossa perspectiva para a tese foi delimitada metodologicamente a partir dos seguintes pressupostos:

- O pressuposto epistemológico está relacionado com o fato de a Ciência da Informação está inserida no âmbito de uma ciência social, portanto humana.
- O pressuposto ontológico é o de que o objeto da Ciência da Informação é o documento, seja este um livro, um artigo, uma fotografia ou qualquer outro registro, e que esse documento é um objeto social.
- O pressuposto metodológico está centrado na ideia de que há espaço para considerar uma filosofia do ser humano, ou uma antropologia filosófica, como via de construção de uma Filosofia da Ciência da Informação.

Os pressupostos citados encontram eco na afirmação de Xavier Zubiri sobre a “crise de princípio da ciência”. Para ele, uma “ciência é, com efeito, realmente ciência e não simplesmente uma coleção de conhecimentos na medida em que se nutre formalmente de seus princípios e, na medida em que, partindo de cada um de seus resultados, volta àqueles”. Para ele, a “ciência nasceu somente em uma vida intelectual” e “para que continue existindo, é

preciso algo mais que a pura faculdade de produzi-la. É preciso que se deem certas possibilidades” (Zubiri, 2010, p. 43).

O filósofo, ao denunciar a construção, pelo ser humano, “de um vidrento sistema de possibilidades para a ciência” afirma que se corre o risco, com o desvanecimento desse sistema, da “ciência converter-se em um produto seco, um cadáver da verdade”. E, animado por essa preocupação com a genuína vida intelectual, nos convida à “restauração” dessa vida (Zubiri, 2010, p. 43).

Nosso olhar metodológico, portanto, partiu desses pressupostos e caminhou em direção a um mergulho mais profundo sobre o campo de estudos ao qual pertencemos.

Desde o princípio, nosso olhar percorreu os âmbitos epistemológico e ontológico, buscando fazer do pensamento zubiriano um caminho (um método) de análise do campo, buscando reposicionar as perspectivas encontradas no referencial teórico.

Como vimos nesta pesquisa, Zubiri, ao afirmar que a “função intelectual mede-se tão somente por sua utilidade”, conclui que “a ciência vai se tornando cada vez mais uma técnica” (Zubiri, 2010, p. 43). Enfim, ao medir o mundo por sua utilidade, o ser humano “começa a perder progressivamente a consciência de seus fins”, não sabendo mais o que quer e, nesse mundo perdido, caótico, o “intelectual” vê a “função intelectual” vagando igualmente perdida (Zubiri, 2010, p. 44). E é na esteira desse pensamento que esta pesquisa está orientada e foi nesse intuito que ela foi estruturada metodologicamente.

Na primeira etapa, descritiva, buscamos nos apropriar de conceitos e referências que criassem um ambiente dialógico entre o epistemológico e o ontológico. Nessa etapa, a preocupação foi encontrar relações entre a Ciência da Informação na Ibero-América e os eventuais estudos orientados ao documento em uma perspectiva neodocumentalista e, mais especificamente, que posicionasse o conceito filosófico de documentalidade no campo.

Na segunda etapa, ao descrever o pensamento zubiriano, buscamos posicionar elementos para além da sua filosofia da inteligência e da realidade, e demonstrar que sua trajetória filosófica se deu também por meio de um percurso que buscou responder à pergunta fundamental da antropologia filosófica; ou seja, “O que faz do ser humano um ser humano?”.

Recorremos a uma seleta doxografia do pensamento de Xavier Zubiri para nos apoiar. Autores como Gérman Marquínez Argote (1982), Jordi Corominas (2006), José Fernández Tejada (2011), Esteban Vargas (2016), Alan Leal de Mattos e Osmar Ponchirolli (2016), Diego Gracia (2017) e Matheus da Silva Bernardes (2022) foram os escolhidos. Marquínez Argote e Corominas, em especial, por tocarem na filosofia do ser humano zubiriano e Bernardes e Fernández Tejada pela coerência na tradução e síntese do pensamento do filósofo espanhol.

E, nesse sentido, encontramos relações muito interessantes sobre a relação do ser humano com a ciência, com o pensamento, com a pesquisa, com a técnica e com o que Zubiri chamou de círculos de convivência, conceito fortemente relacionado com as dimensões do ser humano; ou seja, individual, social e histórico.

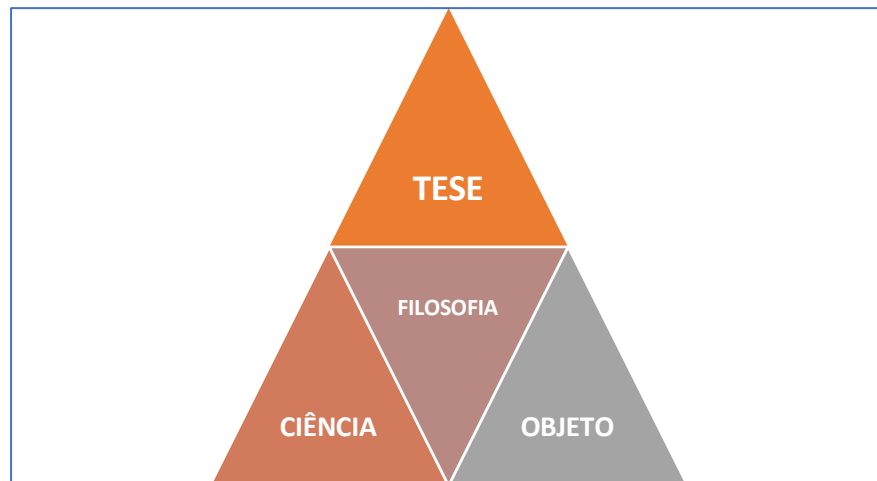
Buscando articular nosso pensamento, oferecemos um texto intermediário que serve de síntese aos principais capítulos descritivos. Articulamos os pressupostos epistemológico, ontológico e metodológico de modo a facilitar a leitura e o entendimento do nosso percurso filosófico, pois, nesses capítulos de síntese, está o nosso pensamento livre sobre o referencial teórico exposto.

Assim, a tese sustenta-se sobre três pilares: ciência, objeto e filosofia (Figura 1). Apesar das dificuldades de traduzir o pensamento complexo zubiriano, ao estruturarmos sua filosofia como caminho de construção entre o campo; ou seja, a Ciência da Informação, e o seu objeto, o documento, conseguimos constituir um argumento filosófico capaz de justificar um olhar mais atento ao que foi proposto como tese.

A tese, portanto, se assenta sobre uma determinada epistemologia da Ciência da Informação, enquanto campo, e uma ontologia do documento, enquanto objeto de estudos.

Deste modo, o percurso filosófico, metodologicamente delineado, se encaixa pretendendo funcionar como um veículo argumentativo que somando-se à ciência e ao seu objeto, pretendem servir de sustentáculo para que se promova a semeadura da presente tese.

Figura 1 – Estrutura metodológica da tese: filosofia, ciência e objeto



Fonte: Elaborado pelo autor.

Isto posto, na próxima seção, nos debruçaremos sobre as bases epistemológicas, volvendo esse solo tão fértil e tão rico do campo de estudos abarcados pela Ciência da Informação, buscando elementos teóricos que nos permitam plantar nossas primeiras sementes argumentativas

#### 4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA EPISTEMOLOGIA

A Ciência da Informação é uma Ciência Social? Tal questão epistemológica precisa ser respondida antes de que questões ontológicas e metodológicas sejam colocadas mais à frente. Pois, sendo uma ciência social, a Ciência da Informação se relacionará com seu objeto (livro, documento, informação etc.) de uma maneira bastante distinta, pois estes teriam, na visão cogitada por esta tese, outra natureza.

O mesmo acontece com as bases filosóficas escolhidas para estruturar o argumento de uma Filosofia da Ciência da Informação. Quando propõe-se aqui descrever os elementos teóricos de caráter epistemológicos que situam a Ciência da Informação como campo de estudos dentro de uma epistemologia social, é fundamental indagar-se sobre a relevância de uma discussão epistemológica, uma vez que ela, a epistemologia, "seria uma reflexão profunda e crítica sobre o universo da ciência", hoje, "cúmplice do processo de industrialização" que "contribui, organiza, racionaliza o processo de produção" e amplia "o campo de suas investigações", cabendo ao "epistemólogos questionar e problematizar o conhecimento do senso-comum, científico e filosófico" (Tesser, 1994, p. 97).

A teoria, segundo Alan Ryan, tem enorme importância em uma ciência desenvolvida. Para ele, "é fácil desejar que isso seja menos óbvio quando confrontado com tentativas muito desesperadas de cientistas sociais para prover estruturas teóricas para sua própria disciplina". Na perspectiva de uma filosofia da ciência aplicada às ciências sociais, entretanto, "podemos ver como a existência de uma teoria se ajusta ao nosso desejo de preencher vínculos causais", podendo "derivar uma implicação vitalmente importante às ciências sociais" (Ryan, 1977, p. 110-114).

A compreensão de uma ciência social aplicada, como parece ser o caso da Ciência da Informação, dá-se na perspectiva de problemas ou questões que correspondem a necessidades de pessoas em seus contextos sociais e atividades relacionadas (Ortega, 2013) e, nesse sentido, a elaboração de uma teoria social aplicada ao campo informacional precisa receber um tratamento epistemológico, ontológico e metodológico que contribua para a construção de caminhos que estabeleçam alicerces filosóficos que ancorem a discussão em

um patamar realista, a fim de reorientarmos a discussão tanto do objetivo quanto do objeto da ciência à luz de uma filosofia do ser humano, ou uma antropologia filosófica.

Nesse sentido, ao afirmar a necessidade de compreender o significado dos fenômenos sociais para não fracassarmos na condição de estudiosos desses fenômenos (Rudner, 1969), a filosofia das ciências sociais nos abre uma porta para propor a investigação que anima a pesquisa; ou seja, investigar a Ciência da Informação a partir da sua condição epistemológica de ciência humana e social aplicada e do documento na sua condição ontológica de objeto social para compreender o papel do ser humano em relação tanto ao campo como ao seu objeto.

Para compreender a Ciência da Informação como uma ciência humana e social, faz-se mister discutir não somente os aspectos sociais; ou seja, a relação entre os seres humanos e a informação, ou até mesmo a informação como mediadora das relações humanas; isto é, sociais, mas também redescobrir o elemento humano que está presente no fenômeno informacional.

Para isso, é necessário que se revise uma questão já vislumbrada outrora por Queirós (1999) em que a Ciência da Informação é colocada não como uma ciência, mas um saber humano e social. Para ele, "uma das funções da Ciência da Informação é compreender e organizar o fluxo de base do saber, científico ou não: a informação". Dado que a cognição está presente nesse processo, para ele, a Ciência da Informação seria, portanto, um "saber humano". Mas, visto que há o processo de troca e os fluxos informacionais, seria também um "saber social".

O fato é que a questão do humano e do social se tocam de muitas formas. Afinal, toda ciência social é humana e exige que haja humanos se relacionando e, portanto, qualquer epistemologia para não ser simplista deve penetrar profundamente nessa discussão entre (i) o que é uma ciência humana; (ii) o que é uma ciência social e, posteriormente, estabelecer o modo como a Ciência da Informação de aproxima de uma, de outra, ou, quiçá, das duas para definir-se.

Em um primeiro momento, a partir de Shera (1961), observam-se os aspectos históricos e epistemológicos que apontam para uma Ciência da Informação como ciência social interdisciplinar, resgatando autores que, ao

longo do século 20, construíram discursos que corroboram a construção de uma epistemologia social capaz situar o campo como uma ciência humana e social.

Beorlegui Rodríguez (2009), autor com grande ênfase antropológica, afirma que “uma ciência humana seria aquela que se ocupa de um aspecto da realidade humana”. Embora algumas disciplinas consideradas ciência humana possam se confundir como ciência social, como, por exemplo, ocorre com a antropologia, história, ciência política, linguística, psicologia, pedagogia e o direito, as ciências humanas distinguem-se das ciências sociais, pois tais disciplinas tratam dos aspectos do ser humano como indivíduo e ser social. Mas entendemos que, na prática, não é possível que haja uma ciência social que não busque seus fundamentos no âmbito da humanidade.

Rendón Rojas (2008), ao realizar uma reflexão epistemológica para o campo, deixa bem evidente essas relações entre ciências sociais e humanas ao analisar as relações existentes entre filosofia, ontologia, epistemologia, metodologia e ciência. E, partindo dessas relações, desenvolve argumentos que delimitam o objeto de estudos do campo e suas principais categorias em um contexto interdisciplinar.

Para o autor, a investigação no campo depende de “diversas disciplinas porque o objeto de estudos é complexo e se entrecruza com outras áreas do saber” (Rendón Rojas, 2008, p. 75, tradução nossa), caracterizando, assim, o caráter interdisciplinar do campo de estudos ao que pertence a Ciência da Informação.

O estudo de Machado, Simões e Souza (2017), ao estabelecer um consistente estudo sobre as relações disciplinares, aponta que a Documentação, assim como a Biblioteconomia, manifestou presença diretamente relacionada com a gênese da Ciência da Informação. Os autores também apontam que o campo estabeleceu relações privilegiadas, em determinados momentos, com outras áreas do saber: Informática, Ciência da Computação, Arquivística, Museologia, Sociologia, Psicologia, Comunicação, Linguística e Matemática, demonstrando um ajustamento e uma dinâmica com o desenvolvimento sociocultural e tecnológico.

Cibangu (2010) aponta que, além de “disciplina técnica”, “humana e cognitiva”, o papel da Ciência da Informação, “como ciência social, não é resolver ou reprimir a discordância, mas expor o mundo social em sua plenitude e

diversidade” apresentando “o mundo social e a realidade dos sujeitos e fenômenos sociais em sua essência” (Nascimento; Santos; Freire, 2013, p. 193).

Faz-se necessário um passeio epistemológico pelo campo, partindo do conceito de social para a Sociologia e do conceito de social para a Biblioteconomia e, conseqüentemente, para a Ciência da Informação, campo este que considerar-se-á teimosamente como derivado da Biblioteconomia e da Documentação. Para isso, efetuar-se-á um breve passeio pela ideia de Epistemologia Social, presente em Shera (1961), e Epistemologia da Biblioteconomia, presente em Mostafa (1985).

A natureza social da Ciência da Informação sempre esteve presente nos estudos do campo. Le Coadic, por exemplo, afirmava que:

[...] a Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das Ciências Sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural (Le Coadic, 1996, p. 21).

Apesar de nascer dentro de uma perspectiva positivista e funcionalista, Araújo (2003, p. 27) aponta uma transição para uma Ciência da Informação para que esta "assuma [...] tanto sua natureza de ciência social quanto sua postura de ciência pós-moderna".

Faremos um breve percurso sobre um conceito tradicional de informação, antes de adentrarmos propriamente na discussão sobre uma epistemologia social do nosso campo de estudos.

Assim, a informação pode ser considerada:

[...] um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais, codificadas (signos e símbolos) e modelados com/pela interação social, passíveis de serem registradas em qualquer suporte material [...] e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (Ribeiro; Silva, 2002, p. 37).

Para Silva (2006, p.25), tal "definição é, só por si, insuficiente para a caracterização da informação como objeto" e, por isso, ele sugere, a partir Borko (1968) e Le Coadic (1996), que há propriedades ou atributos inerentes ao conceito/objeto que precisam ser consideradas, tais quais:

(1) estruturação pela ação (humana e social) - o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação; (2) integração dinâmica - o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação; (3) pregnância - enunciação (máxima ou mínima) do sentido

ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação; (4) quantificação - a codificação linguística, numérica, figurativa valorável ou mensurável quantitativamente; (4) reprodutividade - a informação e reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e, transmissibilidade - a (re)produção informacional é potencialmente transmissível e comunicável (Silva, 2006, p. 25).

Assim, para Silva (2006, p. 25), a definição de informação como "fenômeno humano e social pelo qual se consome a comunicação" [humana], aliada ao conceito em tela, constitui bases mínimas para a composição do objeto e de um conseqüente campo de estudos.

Consideraremos um pequeno passeio pela aproximação da informação com a comunicação mediada pela Pragmática. Com base em Braga e Logan (2016, p. 45), veremos que informação, comunicação e interação social são, apesar de estudadas independentemente umas das outras, elementos inseparáveis no processo de produção [social] de sentidos. Ao argumentar que "tudo é comunicação" e que "é impossível não comunicar", os autores afirmam que:

[...] a sintaxe, a semântica e a pragmática são inseparáveis nos fenômenos comunicacionais, a informação, a comunicação e a interação são inseparáveis em sistemas bióticos, inclusive na cultura humana.

A ação é inata aos humanos, e não é apenas uma reação. O sentido é fundacional para a percepção e sensação direta da "realidade". O sentido não é inerente aos objetos, mas a posse das proposições, enunciados e crenças pertence à recepção através de suas interpretações dos sinais originais da emissão.

O sentido é inerente aos objetos, mas atribuídos a pessoas em situações sociais particulares. Além disso, a atribuição de sentido às coisas nunca cessa. Na presença de outra pessoa, de um objeto, de uma mensagem ou de uma situação social, um indivíduo imediatamente tenta definir a situação e atribuir-lhe um sentido no contexto da situação imediata (Braga; Logan, 2016, p. 59-60).

Caso não consideremos a Pragmática, segundo eles, há uma perda de sentido que causa o "desaparecimento" do fenômeno interacional, já que "ênfatisar a perspectiva relacional é valorizar a ideia de que a comunicação é ação humana, feita por pessoas". Trata-se de uma perspectiva que considera "que problemas de comunicação são 'problemas de comunidade', problemas que se relacionam com as comunidades que criamos e nas quais vivemos" (Braga; Logan, 2016, p. 64).

Nesse argumento, o processo de 'transmissão de informação' e a 'comunicação' não são a mesma coisa. Comunicação requer que a informação transmitida seja somente um sinal que deve ser processado no contexto social.

Posto de forma simples, comunicação é informação contextualizada por meio da pragmática e das interações sociais (Braga; Logan, 2016).

Para isso, será apresentada a seguir uma revisão a partir de um referencial teórico de autores ibero-americanos, a fim de estabelecer bases conceituais para a organização da discussão que orientará o presente estudo.

#### 4.1 EPISTEMOLOGIA SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No final da década de 1990, em artigo publicado como capítulo do livro "Ciência da informação, Ciências sociais e interdisciplinaridade", organizado pela pesquisadora do IBICT Lena Vania Ribeiro Pinheiro, uma pergunta era feita pelo pesquisador Carlos Fernando Gomes Galvão de Queirós: é a Ciência da Informação saber humano ou social? A resposta foi a de que "a Ciência da Informação não é uma ciência, mas sim um saber humano e social" em que uma das funções "é compreender e organizar o fluxo da base do saber científico ou não: a informação, esse produto de nossa troca de saberes e que passa forçosamente, para nós, pelos processos cognitivos." Para ele, portanto, "a Ciência da Informação é um saber humano" que por transitar entre os "grupamentos humanos" constitui-se também em um "saber social" (Queirós, 1999, p. 48).

No mesmo livro, Carvalho (1999), após posicionar a informação como um fenômeno social, conclui afirmando que "a Ciência da Informação está inserida no contexto das Ciências Sociais por estudar um fenômeno desta natureza", caracterizando-a com o apoio de teóricos como Hilton Japiassu, Boaventura Santos, Gernot Wersig e Tefko Saracevic, como uma "ciência interdisciplinar", uma vez que "a interdisciplinaridade é própria das ciências humanas e das ciências orientadas a problemas, enquanto a interdisciplinaridade e a orientação a problemas são características das denominadas ciências pós-modernas" (Carvalho, 1999, p. 59-60).

A Ciência da Informação seria uma ciência interdisciplinar e pós-moderna que deveria orientar-se a "definir modelos, redefinir interconceitos e cruzar tais modelos e interconceitos na busca de soluções para os problemas causados pela transformação do papel do conhecimento na sociedade humana" (Carvalho, 1999, p. 60).

Ainda na mesma publicação, Loureiro (1999) refuta, segundo ele, por suas características intrínsecas, o pertencimento da Ciência da Informação ao escopo das ciências humanas e sociais e, por conseguinte, ao âmbito das ciências tradicionais, visto que que ela estaria inserida no bojo do que convencionou-se chamar de pós-modernidade e, portanto, "nem ciência humana, nem social, mas heterológica, plural, inter-relacional quanto a multidimensionalidade dos seus saberes".

As questões levantadas nos três parágrafos em tela servem apenas para demonstrar um pequeno fragmento de como a discussão histórica e epistemológica do campo estava sendo delineada na virada do século XX para o século XXI.

As discussões, entretanto, que delimitam o campo de estudos da Ciência da Informação dentro do espectro das ciências sociais, precisam envolver um pouco mais de densidade a partir de teóricos do campo que enfrentaram a questão, sobretudo, dentro de um contexto ibero-americano.

Nas próximas linhas, investigaremos o campo em suas relações com as ciências sociais a partir de pesquisas e reflexões estabelecidas por teóricos como Maria Néida González de Gómez, Miguel Ángel Rendón Rojas, Carlos Alberto Ávila Araújo, Antônio Garcia Gutierrez e Solange Puntel Mostafa.

Refletir sobre o desenvolvimento teórico de uma perspectiva social no campo passa pela análise de ao menos três abordagens: a epistemologia social de Shera, a abordagem de Wersig e a hermenêutica de Capurro. Todos teóricos fundamentais para pensar o campo na segunda metade do século XX. Entretanto, para esta tese, nos focaremos mais em Shera, por entendermos que, diante de nossas metas empíricas, este autor pode nos permitir melhores possibilidades de reflexão.

Apesar da Ciência da Informação, vista como uma Ciência Social a partir desses teóricos, estar amparada em grandes contribuições desses autores, concentrar-nos-emos na leitura de abordagens ibero-americanas, já que que todos eles tiveram forte influência no campo. Por isso, faz-se mister tocar nesses autores sempre tentando fazê-los dialogar com os que constituíram ou se debruçaram sobre o pensamento ibero-americano.

A questão da pós-modernidade está muito presente na discussão do campo na virada do século; tanto que Araújo (2003, p. 26) argumenta que "pode-

se perceber a tentativa de consolidação de uma disciplina nos moldes das disciplinas científicas resultantes do processo de construção da ciência moderna", mas com sinais ainda bem iniciais, de uma "tentava constituir-se nos moldes da 'ciência pós-moderna". Entretanto, "esse movimento é marcado por uma nova conceitualização do que é ciência e da natureza do saber científico diante de sua própria evolução".

O autor ancora-se em Wersig (1993, p. 229-235, tradução nossa) o qual afirma que a "Ciência da Informação não deve ser parecida com uma disciplina clássica, mas com um protótipo de um novo tipo de ciência", pós-moderna, orientada "para a busca do completo entendimento de como o mundo funciona, mas para a necessidade de desenvolver estratégias para resolver em particular aqueles problemas que foram causados pelas ciências e tecnologias clássicas". Assim, essa mudança ocorrida nos últimos dez anos; ou seja, na década de 1980, demonstra "uma visão do sistema orientada para a técnica em direção a uma visão do sistema orientada para o usuário/humano". Essa nova orientação, inclusive, privilegiaria uma "abordagem cognitiva e abordagens para novas características dos sistemas baseadas na observação de humanos".

Para Araújo (2003, p. 26), foi graças à "superação tanto da tradição da ciência moderna quanto de sua manifestação no campo das ciências sociais" e a pretensão de se "aproximar da 'ciência pós-moderna', superando os limites do modelo até então dominante", que a Ciência da Informação buscou "superar seus impasses metodológicos simplificadores" e abarcou "um pensamento pautado pela complexidade" e, assim, "evoluiu para novas etapas de diálogo e inserção nas ciências sociais" no contexto da pós-modernidade.

Os postulados de Wersig, entretanto, são posteriores aos de Shera que, já na década de 1950, propôs "epistemologia social" como disciplina para o desenvolvimento de uma teoria da bibliografia (Egan; Shera, 1952).

A proposta da nova disciplina partia do princípio de que a epistemologia tradicional não pode compreender os processos intelectuais da sociedade, na medida em que estuda o conhecimento a partir do indivíduo. Na opinião de Shera, a psicologia, ao transferir os estudos para os laboratórios, produziu avanços no sentido de compreender o comportamento mental, mas também se fixou no indivíduo; os sociólogos se voltaram para os grupos de indivíduos, mas não se detiveram nas forças intelectuais que integram as estruturas sociais. Daí a necessidade de uma "epistemologia social", que se caracterizaria pelo estudo daqueles processos através dos quais a sociedade como

um todo se relaciona com o conhecimento (Renault; Martins, 2007, p. 136-137).

Na síntese oferecida por Renault e Martins (2007, p. 137), no pensamento de Shera, a simples automação dos mecanismos de armazenamento e recuperação da informação seriam incapazes de lidar com problema maior e de ordem humana e social: a geração de conhecimento na sociedade.

Por "mais bem feitos e por mais precisos que sejam os mecanismos para que sejam levados a efeito, não tem nenhum valor, se não são utilizados para o bem da humanidade, e é dessa utilização que o homem não ousa abdicar" (Shera, 1977, p.11).

Desse modo, um sistema de informação é constituído por uma tecnologia de operação, um conteúdo e um contexto social, em que qualquer sistema está posicionado, de modo que há um fracasso no entendimento desse contexto quando não se procura compreender como o conhecimento é comunicado e qual impacto ele produz na sociedade (Shera, 1971).

Assim, ele conclui que a ideia de que a Ciência da Informação deve se perceber como uma ciência social e que "a marca da epistemologia social consiste em que ela coloca a ênfase no ser humano e na sociedade como um todo, e todas as suas formas de pensar, conhecer, agir e comunicar" (Shera, 1973, p. 90, tradução nossa).

E, já nessa época, prevendo o avanço da tecnologia, afirmaria que a epistemologia social teria o papel de ser uma espécie de "aculturação da máquina" e a premissa de que as novas formas pelas quais o conhecimento tem se estruturado e tem sido coordenado na sociedade constituem um campo de estudos pouco explorado (Shera, 1980).

A perspectiva capurriana, por sua vez, traz consigo a ideia de uma Hermenêutica, subordinada à Retórica, para o campo de estudos informacionais. Uma proposta teórica que colocaria a Ciência da Informação como parte da Retórica.

Em síntese, as pretensões de Capurro (1992) seriam estabelecer a ideia de que a Hermenêutica – traduzida como um "ser no mundo em relação aos outros" – poderia se contrapor a "virada cognitivista" que estabelecia que a relação entre os seres estaria destituída de contexto, com a virada pragmática, na qual a informação poderia ser apreendida nessa interação com o mundo.

Nesse sentido, Capurro e Hjørland (2003) propõem que o termo informação na área de Ciência da Informação deve considerar os indivíduos, a cultura, a subjetividade e a interpretação.

O Paradigma Hermenêutico se apresentaria como um Paradigma Social, que, para Capurro (2003), enfocaria a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para, por exemplo, estabelecer a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo, levando a Ciência da Informação para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação.

De acordo com Nunes e Cavalcanti (2017, p. 13), "o esforço de situar a Ciência da Informação no panorama das Ciências Sociais corresponde a um movimento recorrente, que almeja [...] assinalar uma maturidade para a área"; que, para eles, apresenta-se "por meio da composição de paradigmas próprios que têm como finalidade orientar as pesquisas desenvolvidas em seu interior". Um movimento "recorrente" e "espiralado" que busca revisitar "temas já conhecidos com o objetivo de aplicar-lhes novos olhares".

Em Cibangu (2010), percebe-se um novo esforço de sistematizar uma visão geral da Ciência de Informação no que se poderia chamar, na visão da autora, em "modos" com tipos específicos de articulação de informações e necessidades de uso.

A seguir, apresentamos um quadro elaborado por Nascimento, Santos e Freire (2013) que organiza de forma sintética essa divisão proposta por Cibangu (2010):

Quadro 1 – Classificação epistemológica da Ciência da Informação baseada no conceito de modos entre ciências naturais-físicas, humanas e sociais a partir de Sylvian Cibangu (2010) por meio da revisão de Nascimento, Santos e Freire (2013)

<b>MODOS</b>	<b>ARTICULAÇÃO, NECESSIDADES E USOS</b>	<b>EXEMPLOS</b>
Modo das ciências naturais e físicas	Modelagem matemática, algoritmos, gráficos	Ciência da computação, ergonomia, ciências biológicas, bibliometria, interface de usuário, indexação
Modo ciências humanas	Vida Brain-centric, experiência interior, comportamento, razão, reflexo e contexto	Metafísica, comportamental ou ciência cognitiva, fenomenologia, ética
Modo ciências sociais	Interação social, rede, conexão	Redes sociais, construção de comunidades

Fonte: Cibangu (2010).

Na perspectiva desse autor, a partir do que infere Nascimento, Santos e Freire (2013, p. 193), "o papel da Ciência da Informação, como ciência social, não é resolver o reprimir a discordância, mas expor o mundo social em sua plenitude e diversidade". Destarte, o que ele propõe é que os cientistas da informação devem "apresentar o mundo social e a realidade dos sujeitos e fenômenos sociais em sua essência, e dessa maneira, tal como esses elementos são, devem ser estudos e compreendidos pela Ciência da Informação".

Em uma revisão de artigos da área, Cibangu (2010) demonstra o "forte laço com o social" que tem a Ciência da Informação, resgatando, por exemplo, Wersig (1993), ao recuperar a ideia de que um dos papéis da Ciência da Informação é ajudar os atores sociais no uso do conhecimento, sobretudo, diante da confusão gerada pelo modelo da sociedade pós-moderna. E, ao resgatar aspectos históricos das ciências sociais que trazem à tona princípios positivistas, ele argumenta sobre "a contraposição essa linha de pensamento, afirmando que também houve uma forte reação ao positivismo de dentro das ciências sociais, liderada pela postura que o mundo social não tem que ser objetivo" (Nascimento; Santos; Freire, 2013, p. 194).

Ao propor uma explicação científica que sustente a Ciência da Informação como uma ciência social, Cibangu (2010) desponta a limitação dos métodos (qualitativos e quantitativos) diante da complexidade fugaz da realidade, cabendo aos pesquisadores estarem cientes dessas limitações para que possam

assumir posições pluralistas do ponto de vista metodológico e paradigmático, a fim de garantir posições plurais (Quadro 2), (Nascimento; Santos; Freire, 2013).

Quadro 2 – Categorias de pensamento da Ciência da Informação com base no conceito de “modos entre ciências naturais-físicas, humanas e sociais a partir de Sylvian Cibangu (2010) por meio da revisão de Nascimento, Santos e Freire (2013)

<b>CATEGORIAS/DETERMINISMO</b>	<b>PERSPECTIVA</b>	<b>OBJETIVOS</b>
Tecnológico	Construir e justificar sistemas de informação	Modernizar ou atualizar a sociedade
Humano	Defender a centralidade da ação humana	Gerar maior consciência humana na sociedade
Social	As estruturas sociais como força motriz da realidade	Afirmar forças sociais sobre os indivíduos e seus produtos
Multidimensional	Permitir uma abordagem mais ampla da realidade sociais e dos sistemas de informação	Oferecer uma visão mais completa da realidade social

Fonte: Cibangu (2010).

A partir das sínteses apresentadas nos Quadros 1 e 2, retomamos as conclusões de Cibangu (2010) que propõe a divisão do campo em "modos" no qual a Ciência da Informação pode ser considerada uma (i) ciência física ou técnica na qual poderia ser "empregada na observação dos usos e necessidades de informação; uma (ii) ciência humana na qual as "dimensões emocionais, intelectual, mental, racional ou irracional da experiência vivida" são capturadas por "um ou mais aspectos da experiência interior"; e, finalmente, uma (iii) ciência social que se tornaria um "assunto obrigatório no campo, haja vista que a interação social define, ou, mais exatamente estabelece o alicerce do que faz o comportamento social, os fenômenos sociais, um mundo social, ou uma unidade social" (Nascimento; Santos; Freire, 2013, p. 195).

Até aqui, buscamos apenas aproximar a Ciência da Informação das ciências humanas e sociais dentro de um contexto pós-moderno para então oferecer alguns alinhamentos dessa perspectiva social com os autores contemporâneos, em especial os que transitam no cenário ibero-americano, no qual pretendemos focar.

#### 4.1.1 A Ciência da Informação ibero-americana

Na esteira das pesquisas empreendidas por Araújo (2018), verifica-se que, embora não conste dos manuais de referência sobre a Ciência da Informação e tenham pouca visibilidade no cenário internacional, "há uma significativa produção em ciência da informação nos países que compõem a Ibero-América, tanto em termos quantitativos como qualitativos" que, ainda que esteja fundamentada nas teorias e conceitos da tradição hegemônica anglo-saxã, mostra-se "criativa e inovadora, construída a partir de problemas específicos e modelos teóricos próprios construídos para resolvê-los" (Araújo, 2018, p. 32).

Apesar de haver no contexto da Ciência da Informação ibero-americana uma infraestrutura científica já consolidada e um esforço de institucionalização de diálogo entre os países, Araújo (2018) reconhece a existência de dois desafios: (1) a "procura de pontos em comum entre as diferenças pesquisas, de forma a se identificar um possível 'pensamento ibero-americano da informação'"; (2) "uma vez delimitado tal pensamento, confrontá-lo com a realidade epistemológica geral da ciência da informação, no mundo, para a identificação das contribuições específicas de suas pesquisas" (Araújo, 2018, p. 32).

Na pesquisa, é traçado um caminho que demonstra o interesse de institucionalização desse pensamento ibero-americano que remonta à década de 1990 e ganha força nas duas primeiras décadas dos anos 2000, tendo como principais saldos, segundo ele, a atuação da associação desses 22 países na concretização de encontros gerais e ibéricos, que proporcionaram:

[...] a consolidação de um espaço científico internacional, hispano-lusófono, para a apresentação e discussão de resultados de pesquisas científicas; o incremento da visibilidade da pesquisa ibero-americana para os países da própria região; o estabelecimento de diversas parcerias entre as universidades dos países que as compõem - desde projetos de pesquisa comuns como atividades de orientação e coorientação de investigações de doutorado e pós-doutorado (Araújo, 2018, p. 34).

Embora haja "uma carência de estudos que analisem efetivamente o conteúdo da pesquisa produzida, analisando as teorias que fundamentam os estudos, os objetos empíricos, os métodos e resultados encontrados" e ancorado no argumento de Rendón Rojas (2012), o autor avalia ser "possível identificar algumas tendências na composição do universo da ciência da informação na

Ibero-América” (Araújo, 2018, p. 35) e, nesse sentido, empreende o esforço de rastrear alguns traços e que tentaremos sintetizar a seguir (Quadro 3):

Quadro 3 – Panorama parcial da produção científica na Ibero-América a partir do levantamento realizado por Carlos Alberto Ávila Araújo (2018)

AUTORES	SÍNTESES
Réndon Rojas (2005) México	Há densos trabalhos de fundamentação da área desde a perspectiva filosófica, com problematização dos conceitos do campo e a definição de informação como qualidade secundária de determinadas entidades
Alfaro López (2010) México	Buscaram-se a superação da noção de “biblioteca” e a ruptura epistemológica com o campo de atuação profissional
Zoia Rivera (2016) Cuba	Em um fecundo diálogo com a informática soviética, buscou-se fundamentar o campo a partir da história dos registros de conhecimento, desde a antiguidade, destacando a origem da disciplina com as noções de cultura e comunicação  Houve ainda a tentativa de fundamentar a Ciência da Informação desde uma perspectiva matemática, a partir da síntese entre a teoria matemática da comunicação, a equação fundamental da ciência da informação, a bibliometria e a recuperação da informação
Moreiro Gonzalez (2005) Espanha	Buscou-se situar a área entre uma perspectiva matemática, originária do campo das telecomunicações, e outra que surge das ciências sociais
Moya Anegón; Fernandez Molina (2002) Espanha	Buscou-se fundamentar a Ciência da Informação em três grandes perspectivas mais significativas: a positivista, a cognitiva e a sociológica
Mancipe Flechas; Lukomski (2009) Colômbia	Em uma contribuição original, busca-se relacionar a Ciência da Informação com o paradigma “emergente” que se coloca como alternativa aos modelos de objetividade e explicação causal e linear
Silva; Ribeiro (2002) Portugal	Discutiu-se a Ciência da Informação como uma perspectiva pós-custodial que se desenvolveu em relação a uma custodial e patrimonialista
González de Gómez (2000); Araújo (2014) Brasil	Buscou-se uma fundamentação do campo a partir de sua inserção nas ciências humanas e sociais
Céspedes (2006)	O papel social da biblioteca: buscou-se destacar uma preocupação de que a biblioteca seja realmente utilizada, se converta em uma prática social efetiva, ambiente de interação e reflexão, como verdadeira ação transformadora

Almeida Jr. (1997)	O papel social da biblioteca: buscou-se ressaltar o vínculo entre o bibliotecário e a comunidade, a necessidade de sua participação na política e o seu papel em sociedades marcadas por contradições e desigualdades estruturais
Calixto (2007)	Nessa linha que privilegia o papel social da biblioteca, buscaram-se argumentos sobre esse papel no seio dos valores defendidos pela Unesco; ou seja, educação, cultura, promoção da paz, inclusão, redistribuição social da informação e do conhecimento e aprofundamento da democracia
Gordillo Sánchez (2017)	Buscaram-se estudos que têm em perspectiva da descolonização do conhecimento a ser promovido pelas bibliotecas, transformando o modelo hegemônico de privilégio dos saberes ocidentais para a valorização e incorporação de outras formas de conhecimento, inclusive os tradicionais
Hernández Perez (2017); Morales Campos (2008)	Pesquisas sobre diversidade, infodiversidade e multiculturalismo
Álvares; Gazpio; Lescano (2001)	Biblioteca escolar em seus contextos de contradições, pobreza e exclusões, bem como a necessidade de ações de promoções a leitura, formação de usuários, extensão bibliotecária e mediação
Silva (1999)	Denúncia das condições das bibliotecas
Campello (2012)	Programas de atuação profissional
Moncada Patino (2008)	Biblioteca pública e suas funções sociais e culturais
MagánWals (2001)	Bibliotecas universitárias
Frías Guzmán; Haro Águila; Artiles Oliveira (2017) Cuba	Preocupação com a formação do profissional de informação no contexto da sociedade da informação e a necessidade de um pensamento crítico e compreensivo
Pirela Morillo; Peña Vera (2005) Venezuela	Preocupação com as competências necessárias com o advento das tecnologias digitais
Cuevas; Simeão (2011) Brasil/Espanha	Competência informacional: inclusão digital, inclusão informacional e inclusão social
Ribeiro (2002) Portugal	O perfil profissional diante das mudanças epistemológicas da área
Cabra Torres <i>et al.</i> (2016) Colômbia	Buscou-se a superação de uma perspectiva instrumentalista de processos de busca e aquisição de competências no uso de tecnologias para uma competência em situações concretas de aprendizagem, com ênfase nas relações intersubjetivas que ocorrem nos processos de mediação
Castillo Sáez (2010); Pinto; Uribe-Tirado (2011; 2017) Chile/Espanha	Promoção de diálogo entre competência informacional e o fazer bibliotecário. Ou, constrói-se diretamente a partir da noção de inclusão informacional ou digital

Naranjo Vélez; Rendón Giraldo; Giraldo Arrendondo (2006); Réndon Giraldo; Naranjo Vélez (2008) Colômbia	Em uma perspectiva mais aplicada, apresentaram-se maneiras de se conduzir a formação de usuários, inclusive com modelos próprios, o MOFUS
Calixto (2010)  Barbosa Chacón; Castañeda Peña (2017)	Coloca a formação do profissional como uma complexificação das questões relacionadas à formação de leitores e promoção da leitura Ou articuladas ao estudo da semiótica no estudo de adesões, crenças e visões de mundo dos sujeitos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Araújo (2018).

Não foram contemplados no Quadro 3 alguns temas que, apesar de elencados pelo autor, não se julgou importante para sustentar os argumentos da tese, por não serem temas com forte adesão ao paradigma social. Por exemplo, temáticas e processos de biblioteconomia, representação e organização do conhecimento, estudos bibliométricos, gestão da informação, dimensão tecnológica da informação e museologia. Entretanto, com os dados levantados por Araújo, já "é possível perceber uma **ligação maior com a ciências sociais e humanas** do que no restante do mundo, bem como uma crítica maior ao modelo positivista hegemônico nos anos 1960" (Araújo, 2018, p. 40, grifo nosso).

Diante da diversidade de pesquisas, apesar de um quadro extremamente resumido, o autor argumenta que "um desafio que ainda se coloca é procurar, dentro da diversidade que compõe esse conjunto, espalhadas nas diversas temáticas apresentadas, a existência de traços, conceitos, teorias e perspectivas comuns" no âmbito dos países que compõem a Ibero-América. Outro fator apresentado por ele que merece destaque é que, enquanto na Espanha há um "reconhecimento maior da documentação", Portugal "viveu uma transição do curso de bibliotecário-arquivista para as ciências documentais e, mais recentemente, para a Ciência da Informação". No México, há uma "tradição mais forte propriamente da biblioteconomia", ao passo que em Cuba a "pesquisa se desenvolveu a partir da experiência soviética". Na Colômbia, "há uma predominância da biblioteconomia com questões relativas a arquivologia e a integração de ambas com a ciência da informação"; situação, aliás, muito semelhante à da Argentina e do Uruguai, países onde verifica-se também uma aproximação com a área de comunicação. No Brasil, "a ciência da informação é predominante na pós-graduação, mas em diálogo direto com a biblioteconomia

e com a arquivologia, e parcial com a museologia e outras áreas". Costa Rica e Venezuela possuem um volume de pesquisa significativo (Araújo, 2018, p. 40).

Delimitado esse cenário regional e toda a gama de pensamentos e pesquisas que há em sua estrutura institucional de pesquisa, o autor propõe-se a estabelecer uma síntese descritiva da "perspectiva epistemológica geral do campo da ciência da informação" em âmbito mundial (Araújo, 2018, p. 41).

A partir da leitura de autores como Shera e Cleveland (1977), Rayward (1983); Buckland e Liu (1998), Araújo (2018, p. 41) reconhece que:

[...] a ciência da informação surgiu a partir da confluência de quatro fatores" a partir da "evolução de um modelo, consolidado na década de 1960, para um conjunto de perspectivas contemporâneas que enxergam/analisa diversas outras dimensões dos fenômenos informacionais.

(1) O surgimento de uma **perspectiva pós-custodial**, que deriva da bibliografia no século XV, e que teve continuidade com o projeto de documentação de Otlet, no início do século XX, conduzindo à consolidação de uma área menos preocupada com a posse dos documentos e mais com a sua circulação e uso. (2) O surgimento da **biblioteconomia especializada** como um desmembramento do campo da biblioteconomia, especialmente nos Estados Unidos (1909), e que foi o embrião da Ciência da Informação. (3) A atuação dos **primeiros cientistas da informação** entre as décadas de 1930 e 1950, na Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos, evidenciando o caráter estratégico da informação científica, sobretudo no contexto pós-guerra. (4) O **incremento das tecnologias da informação**, desde o microfilme na década de 1920, e, em seguida, as tecnologias digitais que deram espaço para o surgimento de uma reflexão que deslocaria o conceito de informação como conteúdo objetivo depreendido do documento e, portanto, passível de processamento técnico (Araújo, 2018, grifo nosso).

Em um relato conciso, Araújo (2018, p. 41) nos oferece um caminho para conhecer o desenvolvimento da Ciência Informação a partir do seu objeto de estudos; ou seja, a informação ou fenômeno informacional.

Na década de 1960, considerada o período fundacional da ciência da informação, percebemos uma forte influência da Teoria Matemática da Comunicação (de Shannon e Weaver) e da Teoria Sistêmica. O fenômeno informacional nesse período era compreendido em uma lógica transmissiva,

matemática e sistêmica. Na década de 1970, a chamada "virada cognitiva" fundamentada na teoria do conhecimento objetivo de Popper e expressa na "equação fundamental" de Brookes traz uma nova estrutura conceitual para o campo em torno da articulação dos conceitos de dado, informação e conhecimento, embora a lógica sistêmica e instrumental dos estudos ainda possa ser percebida (Araújo, 2018, p. 41).

A partir daí, até a década de 1990, diversas pesquisas no campo foram se realizando e achados e elaborações teóricas promovendo uma série de mudanças na compreensão dos próprios fenômenos informacional, conforme apresentado a seguir: (a) O **processo** de conhecer passa a ser reconhecido como algo "dialético, envolvendo um tensionamento entre o sujeito e o real" no qual processos de acomodação e assimilação, codificação/decodificação, apropriação e imaginação estão relacionados; (b) Os **sujeitos** passam a ser reconhecidos como seres que agem no mundo, interferem, desenvolvem distintas linhas de ação; (c) O processo de verificação dos fenômenos passa a ser reconhecido como algo coletivo, de ordem interativa e subjetiva, assim como as demais ações da existência dos sujeitos; (d) Os sujeitos não apenas buscam informações, mas também criam, compartilham e rejeitam; (e) A informação não é um mero meio de transporte de dados, mas um meio pelo qual memória e cultura são construídas; (f) a informação não é algo que se passa no interior de um sistema, ela está imbricada a um contexto, ela é da ordem da contingência (Araújo, p. 2018, p. 42).

A informação não é algo que se transporta e sim algo que constrói a realidade; ela não é a entrega de algo de um emissor para um receptor, ela produz "efeitos", é uma forma de ação no mundo - ela precisa, portanto, necessariamente ser compreendida em seus vínculos com as dimensões social, cultural, política e econômica (Araújo, 2018, p. 42).

Na esteira de um potencial esgotamento dos modelos fisicalistas e cognitivos e a partir da compreensão dos fenômenos informacionais de estudos realizados, sobretudo, por Capurro (1992, 2000, 2003) e Capurro e Hjørland (2003), podemos compreender os desdobramentos da Ciência da Informação assumindo uma natureza sociocultural, pragmática e construcionista; principalmente por conta de alguns fatores elencados por Araújo (2018) como, por exemplo: (1) o desenvolvimento de distintas subáreas ou campos específicos de estudo; (2) as diversas tentativas de classificar a ciência da informação como

uma ciência pós-moderna, como campo interdisciplinar e como ciência social, sendo todas as três perspectivas antipositivistas e, assim, fundamentais para abarcar a complexidade dos fenômenos estudados; (3) a manifestação da Ciência da Informação em países distintos da tradição estadunidense, sobretudo, no contexto soviético, francês, canadense, alemão, dos países nórdicos e, também, em alguns países da Ibero-América onde a manifestação da Ciência da Informação precisa ser mais estudada em suas especificidades (Araújo, 2018).

Pensar a Ciência da Informação no contexto de um pensamento social ibero-americano pressupõe, agora, definir duas etapas para que haja consistência teórica e epistemológica. Primeiro, identificar teorias e tendências que posicionem o conceito de informação dentro de um contexto paradigmático social e, após, pinçar elementos que orientem a discussão no sentido de uma epistemologia social para o campo, buscando elementos que possam subsidiar a formulação de uma síntese para nosso pressuposto epistemológico.

#### **4.1.2 Um *corpus* para o pensamento na Ciência da Informação**

Nesse sentido, Araújo (2017) reúne 13 teorias que podem ser identificadas com o paradigma social proposto por Capurro. Posteriormente, a partir de uma configuração epistemológica geral do campo em âmbito mundial, evidenciar, conforme Araújo (2018), a importância das contribuições do pensamento ibero-americano.

No plano das teorias e tendências, Araújo (2017, p. 11) classificou o que ele considerou as mais representativas e significativas para a área por "sua presença em diferentes países, por seu caráter e por sua consistência conceitual" (Quadro 4).

Quadro 4 – Principais teorias contemporâneas na Ciência da Informação a partir de Carlos Alberto Ávila Araújo (2017)

TEORIA	PANORAMA
Análise de domínio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem como conceito central as "comunidades discursivas", conceito de designa coletivos ou grupos que compartilham determinadas formas de pensar, de se expressar e de conhecer a realidade</li> <li>• Permite identificar condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa, refletindo, assim, uma construção social (acordo intersubjetivo) de determinado campo</li> </ul>
Altimetria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presente desde o início do desenvolvimento do campo, os estudos métricos passaram a extrapolar o ambiente da ciência formal e avançaram para o estudo da ciência imersa na vida social e na dinamicidade da vida humana</li> <li>• O impacto, nesse sentido, passa a ser algo socialmente construído e a se realizar efetivamente em contextos concretos de uso e da experiência humana</li> </ul>
Cultura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presente no campo, sobretudo, com o desenvolvimento da ideia de gestão da informação e do conhecimento</li> <li>• Carrega a noção de que o ambiente organizacional, para além dos indivíduos isoladamente tomados, desenvolve-se a partir de sua relação com recursos informacionais de maneira reciprocamente referenciada.</li> <li>• Essa forma de lidar com a informação acaba por constituir uma cultura</li> </ul>
Curadoria digital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menos do que uma proposta teórica, a curadoria digital, ganha destaque como um campo de atividade profissional e institucional</li> <li>• Define-se como a prática e o estudo dos processos de seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais com a consequente criação de repositórios ou plataformas digitais participativas</li> <li>• Contribui de forma efetiva com o campo ao preocupar-se com a ligação e interdependência entre vários aspectos, momentos e instâncias relacionadas com a informação</li> <li>• Determinada ação relativa com a informação impacta a coleta, a organização, o acesso e a disseminação</li> </ul>
Folksonomias e indexação social	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parte do princípio de que a representação é algo socialmente construído, sendo o uso social que cria o significado dos documentos</li> <li>• Considera a indexação livre aquela a ser realizada pelos próprios usuários, no trabalho dos profissionais de informação, com o objetivo de proporcionar melhor recuperação da informação</li> <li>• A indexação não é apenas um ato técnico, mas uma construção conjunta</li> </ul>
Ética intercultural da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem originada com a criação do <i>Internacional Center for Informations Ethic</i>, em 2004, e voltada para os desafios da questão da privacidade, da propriedade intelectual, do acesso livre, do direito à expressão e da identidade digital</li> <li>• Seu impacto no campo aprofunda o pensamento proposto por Wersig (1970) em torno da ideia de uma responsabilidade social da Ciência da Informação</li> <li>• O assunto ganha relevância em cada lugar onde os fenômenos informacionais se manifestam</li> <li>• A prática ética constitui não apenas o cumprimento de determinados procedimentos profissionais, institucionais e tecnológicos, mas também o constante tensionamento deles com as expectativas, mentalidades e valores dos diferentes povos e saberes</li> </ul>
Neodocumentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento intelectual que pretende resgatar a documentação do começo do século XX, trazendo para o debate contemporâneo as ideias de Paul Otlet, Suzanne Briet, López Yepes e Bradford</li> <li>• Esse movimento, marcado pelas pesquisas de Rayward e Frohmann, propõe a substituição do termo informação pelo termo documento, pois aquela seria entendida como o seu efeito e a sua derivação</li> <li>• A neodocumentação busca reconciliar o estudo da informação com o da vida social, possui claras dimensões pragmaticistas, já que, na materialidade do documento, seria possível encontrar vinculações com o seu uso e marcas da sua origem</li> </ul>
Humanidades digitais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No âmbito da Ciência da Informação, as humanidades digitais têm proporcionado diálogos que se dão no campo das discussões sobre preservação de patrimônios culturais nas sociedades contemporâneas, a promoção do acesso universal de forma democrática e o embasamento crítico para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao ocupar-se do planejamento, proposição e perspectivas de uso das tecnologias a partir das preocupações típicas das humanidades, essa tendência de estudos, ainda recente, permite e potencializa uma compreensão das tecnologias não apenas nelas mesmas, mas como dispositivos sociotécnicos; isto é, elementos articulados aos demais fazeres humanos</li> </ul>
Arqueologia da sociedade da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A ideia de uma "sociedade da informação", surgida por volta das décadas de 1960 e 1970, contribuiu para fundamentar e desenvolver a Ciência da Informação</li> <li>• Tal movimento, entretanto, recebeu um tratamento crítico a partir do século XXI, o qual passou ao que seria um caráter deslumbrado que acabou apontando para o estudo da complexidade de fenômenos e desdobramentos em diferentes contextos, conforme a geopolítica internacional</li> </ul>
Regimes de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trata-se de uma das perspectivas mais disseminadas dentro do cenário contemporâneo da Ciência da Informação e está baseada na noção marxista de "modo de produção"</li> <li>• Tem fundamentação na ideia de cadeias de produção da informação na análise da circulação da informação em diferentes países e a formulação de políticas públicas no setor. A noção foucaultiana de "dispositivo" também é um fundamento importante para compreender como documentos ganham "força" e "massa", inscrevendo-se em institucionalidades e gerando determinados efeitos e fatos na vida social</li> <li>• Trata-se, portanto, de um modo informacional dominante em uma sociedade; isto é, quem são os sujeitos, as organizações, as regras, as autoridades, os recursos e as hierarquias que conformam determinado regime; ou seja, determinadas condições de existência de discursos e enunciações</li> <li>• Para conhecer a informação, a partir da tese levantada pelo conceito de regimes de informação, não podemos estudá-la nela mesma em seus componentes e elementos internos, mas compreendê-la como produto da interação entre vários fatores que a tornam possível e condicionam sua existência</li> </ul>
Memória	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar de o conceito estar ligado, de certo modo, ao campo de estudos da Ciência da Informação, ele passou a ganhar mais destaque entre o final do século XX e início do século XXI na medida em que foi abandonando uma perspectiva mais tecnicista ligada ao processamento e à</li> </ul>

	<p>recuperação de informação e passando a ser problematizado a partir de contribuições dos campos da história e da antropologia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os fundamentos dessa nova aproximação vão desde a noção individualista como o de memória como o de fenômeno vivido individualmente, mas articulado a suportes materiais externos até ganhar uma fundamentação mais ampla dentro de um quadro de construção social e do seu papel na constituição da cultura e da própria realidade</li> </ul>
Memória	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos mais recentes apontam para as condições de produção, de circulação e acesso da informação na constituição da memória, assim como o direito de participação nessa produção, a importância da pluralidade e da diversidade nesse processo e, finalmente, a garantia de que seja o mais democrático possível</li> </ul>
Aproximações com Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trata-se de uma tendência recente que sustenta o argumento de que a Ciência da Informação deveria fortalecer o diálogo com as áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia, apesar de não se tratar propriamente de um movimento intelectual ou um conjunto de ações práticas</li> <li>• É possível perceber uma sintonia entre as perspectivas teóricas mais recentes nas três áreas. Por exemplo, o conceito de mediação bibliotecária e competência informacional na biblioteconomia, os conceitos de <i>archivalia</i> e <i>archivalization</i>, a arquivística integrada, a arquivística pós-moderna, a ideia do museal, a nova museologia e a museologia crítica. Todas essas ideias possuem em comum o estudo das maneiras como a sociedade lida com o conhecimento que ela mesma produz</li> <li>• Assim, aproximar a Ciência da Informação dessas áreas é tentar compreender como a cultura é produzida, reproduzida e modificada por meio da interferência institucional, é analisar a dinâmica dessas várias interferências promovidas por atores institucionais ou não nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação de registros de conhecimento</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Araújo (2017).

A partir da classificação e dos panoramas sintetizados no Quadro 4, Araújo (2017) recupera aqueles que seriam os três principais modelos de estudos da informação desenvolvidos pela Ciência da Informação propostos por Capurro (2003) que teriam gerado certo consenso sobre o que é a área, sobre

sua evolução e que passou a refletir na sua produção científica e no ensino desde então.

Apesar disso, Araújo (2017, p. 25) argumenta que "a sistematização proposta por Capurro não era exatamente nova ou totalmente original", pois ele mesmo, em 1991, "e depois disso autores de proveniências institucionais distintas" ofereceram outras sistematizações. Por exemplo, Rendón Rojas (México), Saracevic (Estados Unidos), Orom (Dinamarca), Fernández Molina e Moya Anégon (Espanha), Silva e Ribeiro (Portugal) e Salaün e Asernault (Canadá); "todos esses autores, embora usando termos diferentes, identificaram três grandes conceitos ou modelos de estudo da informação".

Em sua perspectiva analítica, Araújo (2017, p. 27) oferece uma possibilidade de compreensão das teorias (Quadro 4) e das formas de estudos (Quadro 5) evidenciando ao menos cinco dimensões dos fenômenos informacionais de "dado" ou "construção" como de natureza "individual" ou coletiva"; enquanto "acúmulo de dados ou interferência e apropriação [de] algo técnico ou inserido na vida cotidiana [ou] como fenômeno isolado ou inserido em uma dinâmica mais ampla". E, segundo o autor, independentemente de qual seja a dimensão em que o fenômeno informacional é analisado, em todas as 13 teorias, prevalece ou predomina o segundo entendimento que a aproxima do **paradigma social**.

Quadro 5 – Síntese dos paradigmas ou formas de estudo da Ciência da Informação a partir da pesquisa de Carlos Alberto Ávila Araújo (2017)

PARADIGMA	TERMOS	SÍNTESE DO PARADIGMA
Físico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fenômeno objetivo</li> <li>• Nível sintático</li> <li>• Sinal</li> </ul>	<p>1. A informação é algo existente em si mesmo, independentemente de sujeitos e contextos, como um "dado" dotado de propriedades e características passíveis de serem medidas e explicadas a partir da formulação de leis</p> <p>2. <b>Ligações:</b> sinal, emissor, receptor, transporte, transferência, sistema, recuperação, probabilidade, precisão, revocação e mensagem</p> <p>3. Quadros de referência fundamentais em sua construção foram as teorias do comportamentalismo e da teoria sistêmica, hegemônicas no período de gestação do projeto da Ciência da Informação</p>
Cognitivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fenômeno subjetivo</li> <li>• Nível semântico</li> </ul>	<p>1. A informação é o produto da interação entre dados e conhecimento no âmbito do indivíduo. Dados seriam os elementos presentes na realidade independente do sujeito, e o conhecimento seria aquilo que os indivíduos sabem ou conhecem</p> <p>2. <b>Ligações:</b> dado, processamento, conhecimento, indivíduo, pessoa, lacuna, preenchimento, modificação, alteração e significado</p> <p>3. A inspiração filosófica dessa abordagem é a teoria objetiva do conhecimento de Popper que levou Brookes (1980) a propor a seguinte equação: a informação é compreendida como a medida da alteração da estrutura do conhecimento de um indivíduo</p>
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fenômeno intersubjetivo</li> <li>• Pragmática</li> <li>• Sociocultural</li> </ul>	<p>1. A informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social</p> <p>2. <b>Ligações:</b> documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade e histórico</p> <p>3. Abordagem marcada pela chamada "virada sociológica", tendo seus antecedentes na epistemologia social proposta por Shera (1960), na sociologia, por meio teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann e no movimento da viragem linguística promovida por pragmaticistas como Wittgenstein</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Araújo (2017).

Segundo o autor, apesar de a informação ter uma dimensão objetiva, passível de identificação, e envolva um transporte/transferência de algo de um sujeito para o outro; e envolva uma alteração de um estado cognitivo de uma pessoa ao ser transformada de dados em conhecimento, as teorias que enxergam esses elementos não os priorizam. A informação, em todas as teorias, mostra-se com "algo mais amplo e complexo do que o que é expresso em suas dimensões físicas e cognitivas" existindo "em dimensões que estão além da dimensão propriamente operacional e mecânica". Por tratar-se de um "processo no qual as identidades dos sujeitos e a cultura são construídas a partir de ações de apropriação e registros de conhecimento (documento) pelos sujeitos agindo de forma reciprocamente referenciada na construção de saberes"; embora priorizem a dimensão social, essas dimensões (física e cognitiva) seguem existindo, ainda que não priorizadas (Araújo, 2017, p. 29).

Destarte, tomando como ponto de partida um passeio epistemológico pelo campo a partir de seus elementos teóricos em relação com o pensamento que vai se delineando na Ibero-América, passa-se a discutir, então, elementos para uma epistemologia social contemporânea a partir de alguns autores escolhidos pelo entendimento de que suas pesquisas tendem a colaborar na construção teórica da tese que ora se propõe.

#### **4.1.3 Uma epistemologia social contemporânea do campo**

É preciso, contudo, retornar no tempo e voltar às formulações feitas pela pesquisadora Solange Puntel Mostafa, em sua tese de doutorado intitulada "Epistemologia da Biblioteconomia", defendida em 1985, na qual oferece, segundo ela mesma, "uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto. Não que a ciência não seja radical e rigorosa. Apenas ela não é de conjunto" (Mostafa, 1985, p. iv). E assim a autora passeia por uma densa estrutura de pensamento para chegar à construção do objeto em Biblioteconomia.

Dado que "toda atividade humana é essencialmente social independentemente de termos ou não consciência disso", não se pode negar que a Ciência da Informação, tendo suas raízes, ou ao menos suas relações epistêmicas, ancoradas na Biblioteconomia, também é uma prática social e, portanto, precisa ser entendida como tal. Mas isso não implica que seu objeto, o

que a define como ciência, seja a sociedade. Por isso, é fundamental recorrer-se à tese de Mostafa (1985, p. 36) para compreender como o "social da sociedade" deve ser compreendido para que se chegue ao "social da biblioteconomia" e, por sua vez, da Ciência da Informação (Mostafa, 1985, p. 32).

Amparada por um aparato teórico que contempla uma abordagem materialista histórica, Mostafa baseia-se em conceitos de sociedade presentes no cânone marxista em que "sociedade é, pois, modo de produção, a forma de organização dos homens entre si para dar conta da transformação da natureza" e, portanto, para que o trabalho se realize são necessários (1) a coisa, o objeto ou matéria; (2) os meios de produção, finalmente, (3) o trabalho (Mostafa, 1985, p. 37).

Para ela, tanto a Biblioteconomia de Butler quanto a Ciência da Informação de Saracevic precisam ser situadas dentro dessa "época econômica da estrutura social" (Mostafa, 1985, p. 40) e, portanto, toda produção é sempre uma produção social, inclusive, vale acrescentar, a produção científica, se é que vale aqui retomar uma divisão feita por Saracevic, criticada por Mostafa (1985, p. 27), em que é colocada a Ciência da Informação como ciência e a Biblioteconomia como profissão.

Vale ressaltar que o suporte na teoria materialista histórica feita por Mostafa é fundamental para que se possa compreender a sua tese; ou seja, "a biblioteconomia como prática social" e, conseqüentemente, reforçar o argumento de que uma Ciência da Informação, para que seja considerada uma Ciência Social, deve estar amparada tanto na prática social defendida por Mostafa, quanto na epistemologia social defendida por Shera. O argumento de uma Biblioteconomia como prática social, segundo ela, precisa ser feito a partir de um "conjunto de outras práticas, pela mediação dos produtos das práticas em seu conjunto e sua articulação no conjunto do trabalho social". Aqui, a autora denuncia a ideia de interdisciplinaridade ao afirmar que "a biblioteconomia não se constitui como prática social pela simples adesão [a outras ciências] nem pela sua semelhança com outras profissões liberais" (Mostafa, 1985, p. 42).

Nesse sentido, ela define como a-históricas "as colocações que enfatizam a interdisciplinaridade da Ciência da Informação" buscando relacioná-las "com as outras áreas do saber tanto quanto o são as colocações que relacionam as

práticas bibliotecárias com outras práticas profissionais", por serem, segundo ela, relações exteriores, estabelecidas após já terem sido constituídas. Assim, quanto mais relacionada com a prática educativa, mais social será a prática da Biblioteconomia (Mostafa, 1985, p. 42).

Em sua toada materialista, Mostafa (1985, p.45), recorrendo a Nico Poulantzas e Antonio Gramsci, tece comentários sobre a divisão social do trabalho com apontamentos que merecem destaques como, por exemplo, ao erro de se "buscar distinção do trabalho intelectual" e afirmando que:

[...] se o trabalho para ser historicizado precisa ser relacionado no "conjunto geral das relações sociais", a ciência e suas aplicações tecnológicas são também produzidas pelo conjunto da sociedade no seu todo, estando nessa sociedade capitalista apropriada por uma classe específica (a burguesia e dentro dela, no limite, os cientistas e tecnólogos, espécie *abaeternitataes*) (Mostafa, 1985, p. 46).

Compreendida a lógica da sociedade como modo de produção, a autora parte para a crítica a a-historicidade presente no humanismo de Butler (Biblioteconomia) e no modernismo de Saracevic (Ciência da Informação), afirmando que "ao ignorarem a constituição da vida em sociedade e, portanto, a forma de organização dos homens no processo produção", eles "ignoram também a gênese do próprio conhecimento" que, para ela, seja o "conhecimento da realidade física ou social é gerado na interação dos homens no processo de produção da vida e, portanto, não pode ser [...] dotado autonomia absoluta" (Mostafa, 1985, p. 47).

Como sempre existiu a divisão social do trabalho na sociedade, foi "só a partir das relações burguesas na manufatura que o trabalho intelectual é radicalmente separado do trabalho manual", uma vez que foi antecedida pela "separação do trabalhador dos meios de produção" (Mostafa, 1985, p. 47), fazendo-se necessário que seja promovido "o equilíbrio dessas forças, devolvendo ao trabalhador o domínio subjetivo/intelectual da produção". Dessa maneira, seremos, segundo o cânone marxista, "todos trabalhadores e a finalidade da produção [inclusive a científica] seja dada pela sociedade em seu conjunto, por toda a sociedade" (Mostafa, 1985, p. 51).

Mais adiante, ao oferecer posturas epistemológicas para o campo, Mostafa regata Zunde e Gehl (1979), afirmando que, como disciplina empírica, a Ciência da Informação "não está preocupada com o que é a informação em um sentido metafísico ou ontológico", mas com "o fenômeno através do qual a

natureza da informação se revela e ao qual está circunscrito" (Mostafa, 1985, p. 118-119).

Ao questionar em sua construção epistemológica os limites da ciência, a autora coloca-se em uma ordem de ideias anticientificista ao argumentar que "se a essência [do objeto] não se revela sem a aparência, sem a manifestação, sem o fenômeno", insere-se de imediato "a imprescindibilidade do fenômeno, pois a essência necessita do seu aparecer que é por onde ela se revela e, da mesma forma, o fenômeno é sempre o aparecer de algo" (Mostafa, 1985, p. 115).

O mundo sensível, diz ela, "não é fixo e estático como ele é apresentado pela Ciência da Informação que como qualquer ciência particular capta a coisa pronta destituída de sua gênese"; não podendo

prescindir de uma filosofia da informação, todavia uma filosofia da informação não pode ficar acima da Ciência da Informação, porque aí estaríamos na dicotomia kantiana entre razão teórica e razão prática (Mostafa, 1985, p. 117).

Ao situar sua argumentação em torno de uma postura epistemológica, Mostafa adere à ideia de "regularidades como Formas; isto é, a 'coisa-em-si'", posição mais difundida e, segundo ela, dada pela própria Ciência da Informação ao "substancializar o método de conhecer para fazer ciência da informação onde teríamos duas vias de acesso: o próprio método de conhecer e o resultado do processo de conhecimento"; ou seja, "a informação fenomenal que aquele método conheceu" (Mostafa, 1985, p. 118).

Para retomar sua tese de uma Biblioteconomia Social, Mostafa, ancora-se no conceito de "reificação do conhecimento" que, para ela, "é muito fértil para qualquer análise crítica da Ciência da Informação porque ligada a ela estão todos os principais fenômenos ligados à Ciência da Informação" e que, ainda, "aproximaria a Ciência da Informação mais como prática educativa em sentido amplo, do que como prática apenas científica e, portanto, neutra e desvinculada dos valores humanos" (Mostafa, 1985, p. 120, grifo nosso).

Ao denunciar, em sua tese, o positivismo e o fiscalismo presentes no campo, que passou a uma espécie de "ciência da ciência", a autora lança uma incômoda pergunta: "se o papel da Ciência da Informação for somente o de agilizar os mecanismos elitistas das ciências, qual será o seu papel transformador como prática verdadeiramente social?" (Mostafa, 1985, p. 125).

Segundo ela, "ainda que ignorássemos a divisão social do trabalho, ainda que mantivéssemos uma posição conservadora, poderíamos admitir como natural que poucas pessoas produzam muito acima da média" criando "concentrações 'normais' (ignorando até a divisão social do trabalho)" tirando, por exemplo, "a oportunidade de outros publicarem em detrimento de cientistas/autores mais produtivos" contribuindo, assim, com a "promoção da [injusta] desigualdade entre os homens" (Mostafa, 1985, p. 126).

Após uma análise ousada, a autora encerra sua tese, afirmando que "a excessiva concentração da produção intelectual já é resultado da contradição básica da sociedade baseada na apropriação dos meios de produção". Nesse sentido, sua tese, além de propor uma grande teoria social para a biblioteconomia no âmbito educacional, também traz um alerta:

A Ciência da Informação terminou por operar a rígida operação entre forma e conteúdo. Recuperar essa unidade é recuperar o compromisso político da sua competência técnica (Mostafa, 1985, p. 134).

Rendón Rojas (1994, 1996, 2005, 2007, 2008), no esforço de definir a "bibliotecología" como uma disciplina científica, ampara-se em bases teóricas e filosóficas estruturadas em cinco fundamentos e cinco categorias de análises específicas.

Do ponto de vista de uma fundamentação filosófica, ele assume uma postura ontológica realista procurando definições sobre o que é a biblioteca, o livro e o usuário. Para ele, a seleção, a classificação e a catalogação de materiais não seriam uma atividade subjetiva e arbitrária, mas objetiva e com base nos três componentes básicos da disciplina bibliotecológica, inclusive com leis que possuem também um caráter objetivo (Rendón Rojas, 2005).

No artigo *Un análisis filosófico de lá Bibliotecología* (1996) aparecem suas primeiras ideias. Neste texto, ele já ensaiava a fundamentação de uma antropologia filosófica ao retomar marcos da filosofia de Heidegger, Hegel, Marx e Husserl para defender a objetividade do campo e a importância de um projeto de existência do ser humano e o papel que este desempenha para evitar a alienação da humanidade.

A fundamentação filosófica em termos ontológicos, entretanto, só aparece no estudo de 2005, no qual, dentro de um campo axiológico, o autor aborda o campo a partir de noções antropológicas em função de um enfoque que ofereça ao usuário um estatuto antropológico (*homo sapiens, homo faber, zoon politicon*,

*homo habilis* etc.). Nessa análise, o ser humano aparece como um ser dentro de um "conjunto de relações sociais", "um ser criado a imagem e semelhança de Deus" ou, quem sabe, "um ser-em-si consciente de estar condenado a ser livre e que deseja libertar-se dessa liberdade" (Rendón Rojas, 1996, p.10, tradução nossa).

De qualquer maneira, para ele, é a partir de uma ideia aceita sobre o que é o ser humano que se pode "organizar nosso que fazer bibliotecológico"; caracterizando, assim, a assertiva de que "para se fundamentar a bibliotecologia se deve realizar uma tarefa filosófica-antropológica de análise do usuário; ou seja, extrapolar uma concepção filosófica determinada" (Rendón Rojas, 2005, p. 48, tradução nossa).

Para o autor, a afirmação de que "la atividade bibliotecária tem sua origem nas necessidades do ser humano encontra fundamento nas análises fenomenológicas que fez Heidegger do ser do homem" (Rendón Rojas, 1996, p.10, tradução nossa).

Ainda no que diz respeito a uma proposta a partir de fundamentos filosóficos, o autor estabelece algumas questões fundamentais para determinar o objeto de estudos da disciplina bibliotecológica, a saber: é uma ciência, técnica ou tecnologia?; é um ramo da ciência ou da ciência da informação?; qual a sua relação com a bibliografia, a informática, a arquivologia, a museologia?; tem pontos de contato com as ciências da comunicação, a teoria da informação e a cibernética?; o que rege a diversidade e a unidade na especialização das ciências? (Rendón Rojas, 2005, p. 49) E, dentro dessas questões, ele propõe os demais pontos de fundamentação.

Reconhecendo que "a linguagem de uma disciplina ocupa um lugar muito importante, posto que é a ferramenta com a qual se designarão os conceitos que a constituem", Rendón Rojas defende a relevância de uma "fundamentação teórica", pois uma "terminologia própria, suficiente e precisa" corrobora o "desenvolvimento de um campo particular de conhecimento". Por outro lado, é preciso uma "fundamentação extra teórica"; ou seja, determinar "conceitos, técnicas e métodos" que "se tomam de outras áreas do conhecimento" (Rendón Rojas, 2005, p. 50, tradução nossa).

Nesse sentido, ao trilhar em suas pesquisas epistemológicas Rendón Rojas (2008) chega a demonstrar a cientificidade da "ciência bibliotecológica e

da informação", definindo seu objeto de estudo e as principais categorias, e a importância da interdisciplinaridade para a disciplina (Quadro 6).

Para o autor, "informação", "documento", "usuário", "instituição informativa documental" e "profissional da informação documental" compõem o núcleo central de análise da ciência bibliotecológica e da informação (Rendón Rojas, 2008, p. 73, tradução nossa).

É sobre esses fundamentos científicos e essas categorias de análise que Rendón Rojas estabelece tantos os valores sociais e políticos dentro do paradigma informacional na era da informação (2007) quanto uma discussão epistemológica, metodológica que situa a Ciência Bibliotecológica e da Informação no contexto das ciências sociais e humanas, e reafirma a interdisciplinaridade como característica importante para o campo (2008).

Quadro 6 – Síntese das principais categorias de análise da disciplina bibliotecológica a partir do estudo de Miguel Ángel Rendón Rojas (2008)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisada desde o enfoque pragmático, pois sua existência deve-se ao sujeito</li> <li>• É um ente ideal que existe pela atividade de um sujeito e para o sujeito, ao estruturar e interpretar os signos</li> <li>• A informação, no pensamento de Rendón Rojas, como o fazer dos gregos com o <i>logos</i>: pensamentos, ideias, conceitos, sentidos, significados e palavras internas</li> </ul>
Documento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É a objetivação da informação, independentemente da sua natureza material ou simbólica e sua manifestação fenomênica</li> <li>• Foi feito para objetivar a informação e, ao mesmo tempo, permitir a desobjetificação e, desse modo, o fluxo de informação</li> <li>• Nem todo objeto é documento, ainda que todo objeto contenha informação</li> </ul>
Usuário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o ser humano que tem uma necessidade de informação e pode, ou não, exigir satisfazê-la dentro de um Sistema Informativo Documental (SID)</li> </ul>
Instituição informativa documental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É a instituição criada pela sociedade para proporcionar as condições necessárias para satisfazer as necessidades de informação do usuário dentro do SID</li> </ul>
Profissional da informação documental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É aquele que constrói e mantém o SID, o encarregado de abrir portas do mundo da</li> </ul>

	<p>informação para que os usuários satisfaçam suas necessidades de informação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é simplesmente um intermediário entre a informação e o usuário, mas um agente ativo para o funcionamento do SID e um colega na construção do conhecimento com outros cientistas</li> </ul>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Rendón Rojas (2008).

Ao estabelecer sua proposta de "fundamentação metodológica", Rendón Rojas (2005, p. 51, tradução nossa) sugere como possibilidade o método lógico-dedutivo utilizado para "classificar e catalogar os documentos" obtendo, dessa maneira, "um sistema que tem relações entre seus elementos". Para ele, "deve-se especificar se essas relações são em nível sintático (entre símbolos independentemente de seu conteúdo); nível semântico (entre conteúdos); nível pragmático (entre símbolos e usuários) ou em todos os níveis de uma única vez".

Outro método, o hermenêutico, também é muito utilizado para a interpretação e documentos. Amparado em Gadamer, o autor demonstra preocupação sobre as garantias de objetividade e fidelidade para a análise de documentos em certas atividades bibliotecárias. Assim como, que "passos e procedimentos se devem seguir e quais condições se devem observar para se ter o resultado desejado" (Rendón Rojas, 2005, p. 52, tradução nossa).

Quanto aos métodos estatísticos, ele defende que, embora já se realizem investigações no campo utilizando tais métodos, é "indispensável estabelecer bases teóricas destes métodos para que nosso trabalho seja científico" ao detectar "necessidades de informação", "interesses de usuários", "erros na organização do trabalho bibliotecários" etc. (Rendón Rojas, 2005, p. 52, tradução nossa).

A quinta fundamentação, segundo Rendón Rojas, é a fundamentação lógica; ou seja, "analisar como se relacionam os distintos conceitos entre si" e "demonstrar a consistência da teoria bibliotecológica", não devendo "haver contradições em seus enunciados" e, caso tenham, "estabelecer se os enunciados falam sobre o mesmo objeto" ou, ainda, têm os "mesmos aspectos" ou as mesmas "premissas gnosiológicas". Desse modo, garantir que, havendo contradição, como estas se dariam em "termos hermenêuticos" e que seus

"contextos sejam distintos" para que se possa verificar o que é verdadeiro e o que é o falso (Rendón Rojas, 2005, p. 53, tradução nossa).

Ao estabelecer uma reflexão epistemológica para a Ciência da Informação, González de Gómez (2001) fala sobre as dificuldades de se definir um campo científico para a ciência, sobretudo, por conta do caráter estratificado do objeto de estudos; ou seja, a informação, o que justificaria, aliás, o argumento em defesa e uma orientação

"interdisciplinar ou transdisciplinar do campo, na medida em que este se vê obrigado a trabalhar a articulação das plurais dimensões do objeto informacional: semânticas, sintáticas, institucionais, infraestruturais, entre outras" (González de Gómez, 2001, p. 5).

Assim, ao estabelecer que a Ciência da Informação não teria como objeto a informação fora de contexto, González de Gómez (2003) afirma que o campo constrói seu objeto por um ponto de vista que organiza um domínio a partir da articulação da informação/ação de informação. E, segundo ela, são essas modalidades e estratos de ações de informação que estabelecem novas zonas de vizinhança e solidariedade com outros conhecimentos, conferindo, a partir desse argumento, aos programas de pós-graduação na área, um papel fundamental. Para isso, a autora defende que, ao estudar "fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação", o conceito de informação para o campo deve ser entendido como, ou ampliado para, "ações de informação, as quais remetem aos atores que a agenciam, aos contextos e situações que acontecem e aos regimes de informação [que veremos mais adiante com mais detalhes] em que se inscrevem" (González de Gómez, 2003, p. 32)

Na sua leitura, sem perder de vista o caráter disciplinar do campo, o que a autora propõe é que a Ciência da Informação construiria seu ponto de vista no domínio epistemológico das ciências sociais, a partir da noção de ação de informação, mantendo um campo de visão e solidariedade que contextualizasse a informação em dimensões plurais como a narrativa, a regulatória e estruturante e a econômica e regulatória sem prejuízo com saberes que facilitam a articulação; por um lado, de seu ponto de vista e campo de visão e, por outro, com os que, mudando o ponto de vista, compartilham com ela o ponto de visão, como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia, mapeando desde os

diferentes ângulos ou com outras ênfases as ecologias dos conhecimentos e das memórias sociais (González de Gómez, 2001, p. 41).

Ao sustentar sua reflexão, a autora, ancorada em Rawski e Shera que, segundo ela, já apontariam para o fato de que as questões informacionais tinham que ser lidas no contexto de uma epistemologia social e, portanto, apontariam para uma crescente remissiva dos processos informacionais ao campo social, defende que desenvolvem e desenvolverão novas versões da ciência da informação; não admitindo que essa nova versão venha a ser uma ciência ilocucionária, uma metaciência ou, ainda, uma transciência (González de Gómez, 2001, p. 16).

Se por um lado, segundo ela, "as possibilidades e formas de conhecer não podem estabelecer-se totalmente a priori, como se precedessem à história, às formações sociais e aos seus atores gnosiológicos"; por outro, "o social parece ter perdido sua transparência e inteligibilidade" (González de Gómez, 2001, p. 17); o que abre discussão para a busca de um estatuto epistemológico, ontológico e metodológico que posicione o campo mais assertivamente dentro do âmbito das ciências humanas e sociais com lastro filosófico em uma filosofia do ser humano.

Ao considerar a Ciência da Informação como parte de um escopo abarcado pelas ciência social, González de Gómez (2012, p. 18, grifo nosso) afirma tratar-se de "uma escolha epistemológica, mas resultante do reconhecimento de condicionantes históricos e contextuais, que nos tem levado a pensar acerca da informação a partir dos usos sociais da linguagem", pois, para a autora, a informação e, conseqüentemente, o documento, constituem-se como linguagem; portanto, são compreendidos como elemento mediador da interação entre os indivíduos e entre eles e o mundo.

Na abordagem de González de Gómez (2012), a inserção da informação nos domínios da hermenêutica reposiciona a discussão dentro do campo de interpretação destituindo o conceito de informação de objeto isolado, mas contextual, concebida a partir dos sentidos que são facultados aos indivíduos engendrarem por meio de sua apropriação.

Ao oferecer uma possibilidade argumentativa que favorece o "conceito qualitativo de informação", de cunho habermasiano, por meio da Teoria da Ação Comunicativa, orientada por uma perspectiva sociointeracionista, González de

Gómez (2012, p. 24) também oferece esse caminho teórico pautado no viés argumentativo a seguir embasado na percepção de que:

Uma parte significativa do pensamento contemporâneo acerca da informação, parecia assim seguir rumos opostos. Por um lado, os formalismos analíticos, o cognitivismo mentalista ou sua exacerbação, próximo de um platonismo de conteúdos, reforçam a relação da informação com a semântica, mas as isolam dos contextos de comunicação e ação. De outro lado, as abordagens hermenêuticas reconhecem os contextos de interpretação, mas tendem a desativar a relação da informação com os processos gnosiológicos e seu correlatos semântico-referenciais, seja na prática cotidiana ou especializada (González de Gómez, 2012, p. 24).

O esforço da autora para descrever as ações de informação passa por dois caminhos. O primeiro, "considerando-as analisáveis em estratos", uma vez que tais ações "passariam no mundo contemporâneo por processos acelerados de diferenciação", sendo que cada um dos estratos

implica parâmetros de desempenho relativamente autônomo, mas ao mesmo tempo convergente na instância de atualização de uma ação de informação: narrações e textos, usos sociais e regras organizacionais, meios, tecnologias resultantes de ao menos três estratos (González de Gómez, 2012, p. 25).

O segundo, empreendido pela autora a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas, tem permitido um alinhamento mais claro das categorias analíticas (Quadro 7), estabelecendo nexos entre o "entendimento qualitativo da informação e a teoria social", caracterizando as ações de informação por sua relação com níveis e formas de integração social, conforme sua imersão nas "práticas e experiências de forma de vida" ou "formalizadas ou estruturadas por alguma definição sistêmica" em contextos formais de atividades administrativas ou econômicas (González de Gómez, 2012, p. 26).

<b>SEMANTICO-PRAGMÁTICO</b>	<b>OPERACIONAL TECNOLÓGICO</b>	<b>REGULATÓRIO</b>
Manifestam os diferenciais pragmáticos da informação, conforme a diversidade de atores, arranjos comunicacionais e focos temáticos <sup>1</sup>	Definidos pelas ofertas tecnológicas com tendência ao desenvolvimento de tecnologias genéricas, sujeito a jogos monopólicos ou oligopólicos da economia da informação, produzindo universalizações, definindo padrões e outros critérios de formatação conforme nichos tecnológicos e de mercados mundializados	Remete às regras dos jogos sociais da informação, especificamente institucional ou organizacional com poder de intermediar a proliferação de conteúdos semânticos e as restrições operacionais e econômicas do dispositivo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de González de Gómez (2012).

A ação social, segundo Oliveira (1999), ocorreria em "redes de interações e práticas cotidianas que circunscrevem uma intersubjetividade regulada pelos usos da linguagem", como, por exemplo, "em configurações complexas e exercícios articulados de racionalidade, afeto e compromisso", nominados pelo autor como "forma de vida". Seriam essas redes de interações e práticas "contextos de significado culturalmente determinados e diferencialmente construídos" em que a "potência do imaginário coletivo e das heurísticas culturais, que criam e recriam formas de vida, de produção e reprodução cultural, no horizonte de um mundo da vida que é moradia e exílio, recurso e desafio" (González de Gómez, 2012, p. 26).

A proposta sugerida por González de Gómez (2012) é, tendo Habermas como horizonte, desdobrar os planos de potência, próprios de uma forma de vida, conferindo-lhes condições de possibilidade de uma ação de informação, como modo e dimensão de uma ação social.

- A potência narrativa, que é tanto a inscrição da vida na linguagem quanto o uso abduativo da linguagem, a abertura de perspectivas imprevisíveis de mundo e de experiência em que se instauram novas províncias de sentido (na música popular, nas danças originais, nos sabores da culinária tradicional, na arte cibernética, na pesquisa científica);

<sup>1</sup> Estrato polinômico (implica regras e quadros normativos não necessariamente unificados e harmonizáveis); heterológico (agrega plurais formas e usos de linguagem); polimórfico (sujeito a variações e mudanças seguindo dinâmicas socioculturais plurais, por vezes, imprevisíveis (González de Gómez, 2012).

- A potência da sociabilidade, de gerar e transformar formas sociais, de configurar novos modos coletivos de ação, de juntar e separar forças e coisas, de montar múltiplos jogos de regras, de quebrar as regras e formular outras regras; de buscar até a exaustão figuras de solidariedade e compromisso – mesmo nas bordas da luta e do conflito –;

- A potência estético-expressiva, de transformar a dramaturgia singularizada das biografias locais em matrizes produtivas de identidades coletivas, ergon e dynamis.

Na realização da potência ontológica das culturas intervirão os poderes formativos e seletivos dos plurais atores envolvidos em suas práticas habituais ou especializadas. O Estado, as agências de gestão e os macroatores econômicos de amplo radio de ação podem gerar ou interditar modos de objetivação, agindo assim como controles exteriorizados dos usos sociais da linguagem (González de Gómez, 2012, p. 26).

Sendo, segundo González de Gómez (2012, p. 27), a ação de informação uma prática a ser realizado "por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas", propõem-se no contexto sociocultural, "uma ação de informação poderá orientar-se preferencialmente em direção a processos de objetivação" ou seja, o uso representativo da linguagem", ou ainda, "oferecer garantias performáticas à busca de entendimento mútuo" como por exemplo, o "uso comunicativo da linguagem", sendo poderes seletivos exteriorizados como agentes do Estado ou do Mercado, assim como "labor informacional" ao plano "meta-informacional".

A informação tem sido considerada, com maior frequência, associada à transmissão cultural e aos processos de socialização e formação de identidades. Hoje, porém, a informação remete aos modos e problemas da integração social, na medida em que aumenta a dependência e interdependência entre diferentes atores e contextos sociais, entre diferentes saberes, setores de atividade e funções de produção e de gestão (González de Gómez, 2012, p. 28).

A partir do quadro teórico ora exposto, a autora propõe tal premissa e sugere a necessidade de novos recursos conceituais, uma vez que, para ela, qualquer que seja a "ação de informação, imersa em processo crescente de diferenciação e com extensa e intensiva interseção das tecnologias digitais", somando-se o fato de "afetar e ser afetadas pelos modos de transmissão cultural, de socialização e formação de identidades, tem como plano preferencial de constituição aquele em que se definem os modos de integração social". É nesse âmbito que são

tecidas ou esgarçadas as relações dos participantes de uma forma de vida e os sistemas administrativos e tecnológicos, relações permanentemente reformuladas pelas dinâmicas das formas de vida e as estratégias seletivas do poder (González de Gómez, 2012, p. 28).

Destarte, é proposto pela autora o conceito de regime de informação como conceito capaz de abarcar essa nova realidade nas dinâmicas de integração social e produção de informação:

[...] numa formação social, que prescreve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais de informação, padrões de excelência e critérios para o seu processamento seletivo. Cada vez que muda ou mudam os eixos de ênfases e relevância, mudam também todos ou muitos parâmetros que configuram o 'locus' de entendimento ou definição de recursos e ações de informação. Ao mesmo tempo cada nova configuração de um regime de informação, resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política (González de Gómez, 2012, p. 32).

Ao passo que a "esfera econômica tem um peso decisivo na configuração dos regimes de informação", faz-se mister "dar conta do fato da intervenção constante das variáveis econômicas sobre a estruturação de instituições e recursos de informação e sua distribuição entre atores sociais, atividades e regiões". De outro modo, "a sociedade civil, como expressão organizada das plurais formas de vida, tem sido diversamente requerida a desempenhar algum papel, em figuras distributivas ou compensatórias visando a democratização da informação" (González de Gómez, 2012, p. 32).

No século XXI, dado o deslocamento dos contextos preferenciais de constituição e análise de recursos e ações de informação que deixaram se ser estadocêntricos para uma redistribuição que abarca também atores privados, o conceito de regime de informação necessita ser colocado no horizonte de uma Ciência da Informação que pretenda se afirmar como uma ciência social e cada vez mais como a natureza do seu objeto de estudos.

A Ciência da Informação, como demonstra essa descrição, é um campo de estudo que se dedica à compreensão e organização do fluxo de informações científicas e não científicas.

Sua natureza transdisciplinar e pós-moderna a insere no contexto das ciências sociais, gerando debates sobre sua classificação como ciência humana, social ou heterológica, e sua relação com disciplinas tradicionais.

A compreensão da Ciência da Informação como ciência social aplicada requer uma abordagem epistemológica, ontológica e metodológica para

considerar aspectos sociais, resgatando o elemento humano e social no fenômeno informacional.

Diferentes abordagens, como a cognitivista, a sociológica e a hermenêutica, influenciam a forma como a disciplina é concebida, destacando sua maturidade e orientando pesquisas.

No cenário ibero-americano, a Ciência da Informação busca se consolidar desde a década de 1990, ganhando força no século XXI. Tal contexto enfatiza questões humanísticas e reconhece a importância da documentação, fortalecendo a abordagem ontológica.

Premissas sobre o fenômeno informacional consideram seus processos dialéticos e coletivos sujeitos ativos na construção e compartilhamento de informações, e a contextualização da informação na cultura. Tendências contemporâneas, como ética da informação, neodocumentação, regimes de informação e memória, ampliam o escopo do campo, enfatizando sua natureza social.

A visão de Rendón Rojas, com fundamentos antropológicos, destaca a relação da Ciência da Informação com a necessidade humana de informação e sua inserção nas ciências sociais.

A perspectiva das ações de informação propõe um olhar contextualizado sobre atores, contextos e regimes, consolidando a Ciência da Informação como uma ciência social com uma força epistemológica robusta.

Apresentamos a seguir uma síntese mais ampla deste capítulo, a fim de oferecer ao leitor uma visão mais panorâmica dessa primeira descrição: a epistemológica.

## 4.2 SÍNTESE EPISTEMOLÓGICA E TRANSIÇÃO

Como um campo de estudo que envolve a compreensão e organização do fluxo de informações científicas e não científicas, podemos perceber que há a perspectiva de que a Ciência da Informação seja um saber humano e social, inserido no contexto das ciências sociais, apresentando características transdisciplinares e da pós-modernidade.

O debate sobre a Ciência da Informação ser considerada uma ciência humana, social ou heterológica, assim como sua relação possível com as ciências tradicionais, passa fundamentalmente sobre o quão ela relaciona com seu objeto de estudo de maneira distinta.

Para estabelecer a relevância de uma reflexão crítica sobre o conhecimento, faz-se necessária uma discussão epistemológica capaz de preencher vínculos causais e derivar implicações importantes. A compreensão da Ciência da Informação como uma ciência social aplicada, portanto, requer tratamento epistemológico, ontológico e metodológico, de modo a compreender os aspectos sociais e redescobrir o elemento humano e social no fenômeno informacional.

Embora existam muitas definições de informação, entre elas a que a considera como um conjunto estruturado de representações codificadas e modeladas pela interação humana, passíveis de ser registradas em suporte material ou virtual e comunicadas, essa significação é insuficiente para a definição da informação como objeto, dado que há outras propriedades mínimas que precisam ser consideradas: estruturação da ação humana, integração dinâmica do ato informacional, pregnância, qualificação e reprodutividade. Só assim teremos uma definição de um fenômeno humano e social.

Outras abordagens também precisariam ser contempladas, como a de Shera (1977), para quem a Ciência da Informação não deveria ser parecida com uma disciplina clássica, mas orientada para o entendimento não de como mundo funciona, e sim para desenvolver estratégias para a resolução dos problemas causados pelas ciências e tecnologias clássicas.

A partir de suas observações de que a epistemologia tradicional não poderia compreender os processos intelectuais da sociedade, Shera propôs uma epistemologia social que se caracterizaria pelo estudo daqueles processos pelos quais a sociedade, como um todo, se relaciona com o conhecimento, propondo, inclusive, que – além de colocar a ênfase no ser humano e na sociedade como um todo e em todas as suas formas de pensar, conhecer, agir e comunicar – a Ciência da Informação teria o papel de ser uma espécie de “aculturação da máquina”.

A ênfase no ser humano e na sociedade, assim como uma adesão ao paradigma hermenêutico, de Capurro, na onda de uma virada pragmática e, em

contrapartida, a virada cognitivista, na qual a informação seria apreendida em um processo de interação, acabou tendo muita adesão no campo, por focar na subjetividade e na interpretação no estudo da informação, situando a Ciência da Informação no panorama das ciências sociais, buscando, assim, assinalar a maturidade da área e orientar as pesquisas.

Mais recentemente, já no século XXI, Cibangu (2010) empreende um novo esforço para sistematizar o campo; dessa vez, em “modos” cujo “modo das ciências humanas” seria distinto do “modo das ciências sociais”, à medida que o primeiro se articula com experiência interior, comportamento, razão, reflexo e contexto; e o segundo com interação social, rede, construção de comunidades e conexão. Nessa visão, a proposta é de uma informação menos preocupada em resolver ou reprimir discordância e sim apresentar o mundo social e a realidade dos sujeitos e fenômenos sociais em sua essência.

A crítica de Cibangu aos métodos diante da complexidade fugaz da realidade direciona a responsabilidade aos pesquisadores de empreender posições pluralistas do ponto de vista metodológico e paradigmático, garantindo posições plurais que, do ponto de vista humano, teria como perspectiva defender a centralidade da ação humana, gerando maior consciência humana na sociedade; e, do ponto de vista social, orientar as estruturas sociais como força motriz da sociedade, afirmando forças sociais sobre os indivíduos e seus produtos.

Na visão de Cibangu, no que diz respeito à ciência humana, a Ciência da Informação estaria centrada nas dimensões emocional, intelectual, mental, racional ou irracional da experiência vivida e, em relação à ciência social, considerada um aspecto obrigatório, estaria centrada na interação social, no comportamento social, nos fenômenos sociais, no mundo social ou na unidade social.

Até aqui, falamos de um pensamento “importado”, uma vez que a Ciência da Informação ibero-americana vem tentando se organizar e se institucionalizar desde a década de 1990, e ganhando força nas primeiras décadas do século 2000, contando com a associação de 22 países. Os estudos, embora não muitos, nos permitem enxergar uma tendência na composição do universo da Ciência da Informação ibero-americana.

No contexto ibero-americano, empreenderam-se densos trabalhos de fundamentação da área desde uma perspectiva filosófica, problematizando conceitos do campo e definindo informação como qualidade secundária de determinadas entidades; buscou-se situar a área entre três grandes perspectivas: a positivista, a cognitiva e a sociológica; fundamentou-se o campo a partir de sua inserção nas ciências humanas e sociais; e, finalmente, perceberam-se algumas pesquisas sobre o papel social da biblioteca, sobre o perfil do profissional diante das mudanças epistemológicas na área e questões referentes à formação do profissional diante da complexidade relacionada aos leitores e à promoção da leitura.

Esse panorama levantado nos permite perceber uma orientação às questões estudadas no âmbito da humanidade; ou seja, fortalecendo o nosso pressuposto epistemológico inicial.

Outro aspecto colocado foi um maior reconhecimento da documentação, o que, como veremos mais à frente, fortalece nosso segundo pressuposto, o ontológico, que coloca o documento como objeto de estudos da Ciência da Informação.

Algumas premissas sobre o fenômeno informacional são relevantes para este estudo. Quanto aos processos, vemos que tanto o de conhecer quanto o de verificação passam a ser reconhecidos, respectivamente, como algo dialético e coletivo, interativo e subjetivo; quanto aos sujeitos, vemos que eles são reconhecidos como seres que agem no mundo, interferem, desenvolvem distintas linhas de ação e não apenas buscam informação, mas também a criam, compartilham e rejeitam; e, em relação à própria informação, percebemos que ela não é um mero meio de transporte de dados, mas o meio pelo qual a memória e a cultura são construídas, e também não é algo que passa no interior de um sistema, mas está imbricada a um contexto, pois é da ordem da contingência.

Destacam-se, neste estudo, algumas teorias e tendências contemporâneas que, se amalgamadas com nosso pressuposto epistemológico, oferece grande lastro de possibilidades de interseção dentro do âmbito de uma antropologia filosófica.

No âmbito da ética da informação, por exemplo, o assunto ganha relevância e os fenômenos informacionais se manifestam, inclusive, na pesquisa

e divulgação científica, hoje atropeladas pelas notícias falsas (*fake news*) e pelo mau uso das tecnologias de interação e rede social.

No âmbito da neodocumentação, em que se propõe a substituição do termo informação por documento e se tenta reconciliar o estudo da informação com o da vida social, sobretudo diante da materialidade do documento, que permitiria encontrar vinculações com seu uso e marcas de origem.

No âmbito dos regimes de informação, vemos uma perspectiva orientada aos modos de produção em uma perspectiva marxista fundamentada na ideia cadeias de informação. Tais regimes, portanto, constituem um modo informacional dominante na nossa sociedade. Essa perceptiva, ao abrir-se para a necessidade de considerar vários fatores para compreendê-la, impõe ao pesquisador novas chaves antropológicas que possibilitam e condicionam a existência humana.

No âmbito da memória, apesar de tecnicista, é fortemente usado nos campos da história e da antropologia e, nesse ínterim, considerando uma fundamentação mais ampla; ou seja, abarcado em um quadro de construção cultural, constituição da cultura e da própria realidade pode se articular muito bem com os pressupostos propostos para esta tese.

É claro que esses quatro âmbitos podem ser ampliados, mas, em princípio, podemos analisar a partir deles as relações do fenômeno informacional, como fenômeno social. Resta, portanto, estabelecer os limites dentro dos paradigmas do campo. Nesse sentido, é nítido o distanciamento do campo com as perspectivas dos paradigmas físico e cognitivo e uma clara aproximação ao paradigma social, tendo em vista que, nesse paradigma, a informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo e de construção social.

E embora essa abordagem, a partir da virada sociológica, tenha sido antecedida pela epistemologia social de Shera; pela construção social da realidade de Berger e Luckmann; e, no momento da virada linguística, por Wittgenstein, o que propomos aqui é acrescentar a essa abordagem uma perspectiva realista oferecida pelo filósofo basco Xavier Zubiri. Após refletirmos sobre os conceitos de documento e documentalidade, pretendemos oferecer *insights* originais para outro posicionamento da Filosofia da Ciência da Informação, orientada por uma antropologia filosófica.

E, ainda, vislumbrando o caráter de uma epistemologia social mais contemporânea, recorreremos às noções presentes no trabalho de Mostafa que, não obstante o caráter marxista, oferece conceitos de grande importância para esta tese, como, por exemplo a materialidade do fenômeno, o papel transformador do campo e a reificação da informação. Sua tese, ainda que da década de 1980, ao propor uma grande teoria social para o campo no âmbito educacional, nos oferece grande possibilidade dialógica com uma filosofia do ser humano.

De todos, o mexicano Rendón Rojas (2008), ao assumir uma postura ontológica realista e afirmar que o campo se fundamenta em cinco categorias de análise específicas, oferece uma abordagem do campo a partir de noções antropológicas buscando dar ao usuário, no caso, o “animal de realidades”, que veremos adiante em um estatuto antropológico capaz de analisar eventuais categorias.

Rendón Rojas (2008) afirma que é a partir da ideia que se faz do ser humano que se ode organizar o fazer “bibliotecológico”, ficando patente que, na visão do autor mexicano, para se fundamentar o campo, deve-se realizar uma tarefa filosófica-antropológica, pois ele parte do princípio de que a atividade bibliotecária tem suas origens nas necessidades do ser humano, e, apesar de essa ser uma premissa heideggeriana, encontramos um paralelo na premissa proposta pela filosofia do ser humano proposta por Xavier Zubiri, como veremos adiante.

Rendón Rojas (2008), ao estabelecer valores sociais e políticos para o pertencimento da Ciência da Informação no âmbito das ciências sociais e humanas oferece uma síntese das categorias de análise da disciplina bibliotecológica:

- A informação - deve ser analisada desde o enfoque pragmático, uma vez que sua existência se deve ao sujeito, que é um ente ideal que existe pela atividade do sujeito e para o sujeito, ao estruturar e interpretar signos, o faz a partir do *logos*; ou seja, constitui-se de pensamentos ideias, conceitos, sentidos, significados e palavras internas.
- O documento - objetivação da informação, independentemente da sua natureza material ou simbólica e sua manifestação fenomênica; feito

para objetivar a informação e ao mesmo tempo permitir a desobjetificação e, desse jeito, o fluxo de informação; para ele, ao contrário do que propõe Maurizio Ferraris, como veremos adiante, nem todo objeto é documento, ainda que todo objeto contenha informação.

- O usuário - ser humano que tem a necessidade da informação.
- A instituição informativa documental - criada pela sociedade para proporcionar as condições necessárias para a satisfação da necessidade de informação.
- O profissional da informação documental - aquele que constrói e mantém o sistema de informação documental, encarregado de abrir as portas do mundo da informação para que os usuários satisfaçam suas necessidades de informação. Esse profissional não é simplesmente um intermediário entre a informação e o usuário, mas um agente ativo no funcionamento do sistema de informação documental e um parceiro na construção de conhecimento com a comunidade científica.

Uma última perspectiva, a das ações de informação, propõe definir o campo científico da Ciência da Informação, sobretudo por conta do caráter estratificado do objeto de estudo, a informação.

Nessa perspectiva, ao estudar fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, a proposta é que se deva remeter o olhar aos atores que agenciam aos contextos e situações e aos regimes de informação em que se inscrevem; ou seja, o olhar sobre a informação deve ser contextualizado em plurais dimensões (a narrativa, a regulatória e estruturante, a econômica e a regulatória) sem prejuízo dos saberes que facilitam a articulação.

A ação de informação, portanto, é realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente em uma forma de vida gerada em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas.

O que vimos até aqui é que segue fortalecido o panorama de um paradigma social e, portanto, a força epistemológica que situa a Ciência da Informação como uma ciência social e, em muitos momentos, sobretudo quando consideramos as perspectivas das tendências que elencamos (ética,

neodocumentação, regime de informação e memória), nos estudos ibero-americanos, mas não só.

Também na perspectiva de uma epistemologia social de Shera e na fundamentação filosófica de Rendón Rojas (1996, 2005, 2008), que elenca categorias filosófico-antropológicas para situar o campo, em especial, informação, documento e usuário, fica a abertura de que o nosso pressuposto epistemológico, por si só, já propõe uma filosofia do ser humano capaz de fundamentar uma Filosofia da Ciência da Informação.

## 5 DO DOCUMENTO À IDEIA DE DOCUMENTALIDADE

Na sua perspectiva ontológica, o pressuposto assumido por essa pesquisa busca na noção de documento o objeto de pesquisa do campo de estudos que abrange a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Documentação. Discutiremos a noção de documento, inicialmente, a partir de Paul Otlet (1934), Suzanne Briet (1970), Bernard Frohmann (2008, 2009, 2012).

A escolha desses autores se deu pela aderência que eles têm dentro do campo de estudos em que a Ciência da Informação está inserida e pelas importantes contribuições que esses autores deram ao campo, seja por formular o conceito (Otlet), por ampliá-lo (Briet) e, atualmente, por Frohmann “ter dado o direcionamento mais crítico” (Gugliotta, 2017, p. 328) ao documento como objeto de estudos do campo de estudos informacionais.

Enquanto Paul Otlet e Suzanne Briet se preocuparam em traçar limites que definiam o que seria o documento, Frohmann, por sua vez se empenhou em demonstrar como o contexto da produção é determinante para compreender a informatividade que os documentos carregam (Gugliotta, 2017, p. 328).

E, embalados nessa perspectiva ontológica, ou seja, a natureza do documento como objeto de estudos da Ciência da Informação, seguiremos, agora, na esteira do movimento intelectual neodocumentalista o qual buscou resgatar a noção de documento e a sua centralidade para o campo de estudos, um novo conceito filosófico, a documentalidade, que vislumbramos como a possibilidade de acrescentar ao nosso corpo teórico, investindo um pouco na discussão com filósofo italiano Maurizio Ferraris (2007, 2012, 2013, 2017), conforme veremos a seguir.

### 5.1 O CONCEITO DE DOCUMENTALIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Saldanha (2013), ao analisar e discutir sob a via contemporânea a condição simbólica do conceito de documento, identifica as “diferentes funções epistemológicas na Ciência da Informação que o conceito cumpre”, buscando ampliar a ideia “materialidade”, não apenas pela razão fisicalista, mas sob um ponto de vista culturalista.

Para ele “este conceito pode ser vislumbrando nos trabalhos dos ‘neodocumentalistas’, principalmente por Bernd Frohmann, como também pode

ser identificado em uma análise crítica das visões sociopolíticas de Paul Otlet” que, apesar de não ser possível “determinar uma noção de ‘documento’ na obra otletiana apenas sustentada pela raiz etimológica e/ou pelos desdobramentos no mundo medieval e moderno a partir do seu uso”, é possível encontrar, no “caráter político e filosófico” de seu pensamento, uma “potência simbólica” demarcada que coloca o documento como uma força antropológica de transformação social (Saldanha, 2013, p. 85).

De acordo com Ortega e Lara (2008, p. 8),

o documento construído pela Ciência da Informação é, hoje, concebido simultaneamente como instância física e informativa que, sob ações e condições específicas contextualizadas, otimiza a circulação social do conhecimento [que, de modo mais amplo, nos sugere que] a construção histórica da noção de documento aponta que ele é produto de ações de mediação, as quais se realizam por atividades como seleção, descrição, indexação, ordenação, exposições a partir de quaisquer objetos. Sistemas e serviços e demais atividades constituem os dispositivos documentários, que funcionam como proposta de percurso dos sujeitos no mundo da informação. Deste modo, a noção clássica de documento e suas derivações fundamentam a operacionalização, na contemporaneidade, das atividades citadas. Sob outro ponto de vista, a abordagem dos neodocumentalistas privilegia o documento quanto às relações de poder que o envolvem enquanto **objeto produzido pelo homem, portanto, relações localizadas histórica, social e politicamente** (Ortega; Saldanha, 2019, p. 209, grifo nosso).

Mostafa (2011, p. 10, grifo nosso) vê no conceito de **documentalidade**, resgatado por Frohmann, "um conceito capaz de movimentar o mundo da Ciência da Informação". Para ela, "olhar o nosso objeto de estudos com aportes da ciência" é uma coisa "bem diferente" que "olhar o mesmo objeto do ponto de vista filosófico". Afinal, "filosofar é necessariamente criar ou inventar conceitos que deem conta de abarcar ou explicar os novos acontecimentos percebidos no vivido".

Não sendo a filosofia, portanto, uma "simples arte de inventar conceitos", mas "um movimento perpétuo de reconceituar a existência", Mostafa, com base na ideia de que "o conceito filosófico é um acontecimento e não um acontecido" e "absoluto e relativo ao mesmo tempo", procura amparar sua defesa de um conceito de documentalidade amparada no trabalho de Frohmann, para quem a ideia de documentalidade está ligada a quatro propriedades: "funcionalidade", "contingência", "complexidade" e "agência" (Mostafa, 2011, p. 11-12).

As ideias básicas de Frohmann (2009) são: interesse no documento em sua materialidade, recusando-se, assim, ao mentalismo informacional; interesse

em explorar os documentos como agenciamentos heterogêneos ou associações complexas, contingentes e, sobretudo, heterogêneas e não meros suportes informacionais ou veículos de comunicação. Desse modo, embora sejam papéis, eles estão envolvidos em contextos em que há pessoas, processos e coisas. Afinal, os papéis ou as ideias referem-se às coisas do mundo, e tudo que existe no mundo é, potencialmente, passível de documentação por suscitar ou se transformar em informação.

Destarte, a ideia de agenciamento desperta interesse particular em Frohmann, pois tal ideia se presta, segundo Mostafa (2011, p. 13), "para explicar o que acontece com as coisas que se transformam em documento".

Outra questão colocada por Mostafa por meio da leitura de Frohmann é que, a partir de Briet e da questão do documento não só como papel, mas como objeto, "um mundo grávido de virtualidades documentárias", de modo que, "a documentalidade como conceito filosófico expressa esse mundo de virtualidades documentárias, pois todo objeto é virtualmente um documento". É preciso entender, entretanto, que a "documentalidade como conceito filosófico se encarna nas coisas, mas não se confunde com ela". Destarte, Frohmann entende que, "ao criarmos documentos e nos reunirmos em torno deles, para analisá-los, disputá-los, refutá-los ou tê-los como aliados, temos que criar conceitos para articular essas relações" (Mostafa, 2011, p. 18).

Assim, ele (Frohmann) ancora-se no conceito de documentalidade e, mesmo que defenda a "materialidade da informação" ao combater o "mentalismo informacional", apoia-se nos exemplos advindos de processos sociais e sempre relacionados com processos documentários ou, por exemplo, no papel da documentação na estabilidade da informação científica (Mostafa, 2011, p. 19).

Nesse sentido, Frohmann, ao dedicar-se ao resgate dos conceitos de documento, documentalidade e documentação, insere-se, junto com Ronald Day e Michel Buckland, por exemplo, em um seleto grupo de "neodocumentalistas", nomeados por Maria Nélide González de Gómez, conforme veremos a seguir.

Para González de Gómez (2011, p. 23, grifo nosso), "questionar a materialidade ou imaterialidade da informação resultaria em uma espécie de desvio", uma vez que deixaria de se indagar o objeto da Ciência da Informação para passar a se indagar algum "tipo de entidade ou fenômeno". O documento seria, assim, uma "**ontificação da informação**", posto que este possuiria uma

matéria passível de manipulação, seria algo plausível de intervenção e transformação pelo labor humano, "ainda que não se especifique por essa condição material".

Para Briet, o documento é a prova de suporte de um fato e "a base de um conhecimento fixado materialmente, que poderia ser utilizado para consulta, estudo e prova" e, em termos mais precisos, "todo signo (índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual" (González de Gómez, 2011, p. 25).

Em termos macros, "a Documentação é colocada por Briet no mesmo cenário das técnicas culturais, tendo de responder às demandas de transmissão cultural e de integração social num período de mudanças aceleradas" e o documento como conceito e o documentar como prática do labor dos documentalistas com capacidade de ocupar lugar em frentes culturais, tendo a documentação como um meio poderoso de coletivização do conhecimento e das ideias (González de Gómez, 2011, p. 30-31).

Ao abordar sobre a informatividade dos documentos em Frohmann, González de Gómez afirma que esta "resultaria das características de certas práticas de documentar" e, assim, há um "prioridade ontológica do documento sobre a informação de modo que uma filosofia da informação deveria estar fundada numa filosofia do Documento"; nesse sentido, a materialidade do documento, seu pertencimento institucional, a forma como são socialmente disciplinadas as práticas documentárias e a sua contingência histórica seriam importantes características a serem consideradas (González de Gómez, 2011, p. 32).

Para Frohmann, "a possibilidade que as informações têm de permanecerem de modo duradouro nas 'exomemórias'" e, deste modo, "ficarem socialmente disponíveis e acessíveis e de gerar efeitos, dependeria assim da sua fixação como inscrição instituinte e instituída"; o que, por sua vez, daria "sustentação real à ampliação epistemológica dos estudos da informação", uma vez que a "'materialização' da informação, sua objetificação e exteriorização nos contextos institucionais, justifica que a entendamos como dimensão de ações, interações e relações sociais"; de tal modo que o documento seja "objeto plausível de uma ciência social" (González de Gómez, 2011, p. 33).

Buckland, ao traduzir as ideias de Otlet e Briet para o inglês, trouxe grande contribuição para a Ciência da Informação explicitando que Otlet teria enfatizado que era necessária “uma definição de documento que incluísse objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar ideias, obras de arte, assim como textos”. Buckland, ainda, desenvolveu e atualizou o pensamento documentalista. É dela a ideia de utilizar o conceito de discursos (textos ou artefatos). Um livro, assim, seria um artefato com intenção de constituir discursos; enquanto barcos seriam artefatos, mas não teriam a intenção de produzir discursos. Haveria ainda outros objetos (antílopes, por exemplo) que não seriam artefatos (Ortega, 2016, p. 53-54).

Faz-se mister notar que Otlet, já na abertura de seu tratado, ao estabelecer os seus fundamentos, afirma os objetivos da documentação organizada. Para ele, tais objetivos “consistem em poder oferecer sobre qualquer espécie de fato e de conhecimento informações documentadas” que sejam “universais quanto ao seu objeto”, “corretas e verdadeiras”, “completas”, “rápidas”; “atualizadas”, “fáceis de obter”, “reunidas antecipadamente e preparadas para serem comunicadas”, e, finalmente, “colocadas à disposição do maior número possível” de pessoas (Otlet, 2018, p. 5).

E, entre os componentes da documentação elencados por Otlet, destacamos “os documentos propriamente ditos” e “outros documentos, exceto os bibliográficos e gráficos”. Sobre os primeiros, ele os definiu como “cada um deles é constituído por um conjunto de fatos ou ideias”, para serem “apresentados em formato de texto ou imagem e ordenados segundo uma classificação ou um plano determinado pelo objeto ou o propósito a que se propõem seus redatores”. Sobre os últimos, ele destaca “a música, as inscrições lapidares, os processos relativamente recentes” – lembrando que Otlet nos fala de 1934 – “pelos quais se grava e se transmite a imagem da realidade em movimento (cinema, filme, filmoteca) e o pensamento falado (fonógrafo, disco, discoteca)” (Otlet, 2018, p. 5-6).

Otlet refere-se ao termo livro (do grego *biblion*) para designar “toda espécie de documento”. De modo que, a “documentação no sentido lato do termo abrange o livro; isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresente”.

Para ele, esse livro (documento) apresenta um duplo aspecto: ser, “primordialmente, uma obra feita pelo homem”, “resultado de seu trabalho intelectual”; mas “multiplicado em inúmeros exemplares, apresenta-se também como um dos inúmeros **objetos** criados pela civilização”, “capazes de produzir efeito”; o que “é próprio de todo objeto que possua caráter corporal e que se organiza **tecnicamente**” (Otlet, 2018, p. 11, grifo nosso).

Para o documentarista belga, “livro tende sempre a alijar as **realidades** vivas!”, pois “estudantes leem os livros de anatomia sem se reportar suficientemente à ilustração viva que carregam necessariamente consigo: seu próprio corpo”. Igualmente, “a administração encara os fatos da vida social através de relatórios escritos: ela tem uma visão artificial de situações que exigem decisões rápidas”. Desse modo, enquanto “os problemas surgem” de um lado, “na forma de lutar contra o que é muito ‘livresco’, contra a letra que mata o espírito”; por outro, encerra “a realidade em textos cada vez mais precisos, em documentos cada vez mais representativos e completos” (Otlet, 2018, p. 50, grifo nosso).

O argumento elaborado por Otlet, de que “se o livro se afasta da vida, o inverso também acontece”, afinal, “o livro é produto da vida: vida exterior, vida interior” que, por sua vez, “produz a vida exterior ao introduzir e manter no **corpo social** uma quantidade imensa de ideias que são como protótipos de ações empreendidas” (Otlet, 2018, p. 50, grifo nosso).

Paradoxalmente, o livro também reproduz “a vida interior ao fazer nascer um mundo, na mente de cada leitor, e fazê-lo dele desfrutar”. É pelo “livro, [que] cada um de nós é transportado para todos os países, apresentado a todos os ambientes, iniciado em todas as experiências da vida”. Sendo, ainda, “por intermédio dele [que] eleva-se, amplia-se, aprofunda-se a representação mental”; podendo ela “assumir exatidão e acuidade extraordinárias; vantagem para o autor, vantagem para o leitor”. Tudo isso se passando “como se as coisas realmente estivessem presentes, estando, no entanto, **representadas somente por seu duplo**; isto é, o livro” (Otlet, 2018, p. 50, grifo nosso).

Veremos mais adiante em Zubiri (2006), na seção 6, mais precisamente na seção secundária 6.2, que o ser humano, por meio da técnica, cria instrumentos e com eles interfere e modifica a realidade. Em Otlet, vemos que “os instrumentos que o homem forjou para tratar intelectualmente as coisas” são:

a “lógica”, a “classificação”, a “linguagem”, o “livro” (documento) e “a ciência coordenada e escrita”. Para cada um desses instrumentos, “existe um sistema e uma teoria” (Otlet, 2018, p. 50) que, em Zubiri (2006), transforma a realidade do ser humano.

“De imediato, diz ele, é preciso distinguir a realidade do pensamento (meditado, falado, escrito)”, uma vez que a “realidade – os fatos – superam em muito as necessidades de ordem do homem, seu espírito de sistema e suas concepções lógicas”. Deveras, “há, de um lado, os fatos novos, e, de outro lado, os pontos de vista novos sob os quais se percebem os fatos antigos”. Assim, “os agrupamentos da classificação não conseguiriam ser estáveis”, sendo “preciso um permanente esforço para enquadrar os conceitos novos na classificação estabelecida e no estado dos conhecimentos já sistematizados como ciência” (Otlet, 2018, p. 51).

O livro, para Otlet, é uma reprodução do **mundo** [da realidade], criada pela **inteligência** que, ao ser acessado pelo leitor, faz nascer em outras inteligências a representação desse mundo e prepara as criações do “homem” (Otlet, 2018, p. 51, grifo nosso) como uma espécie de polinização intelectual e criativa.

Otlet possui uma compreensão da documentação expressada por sua metáfora do “livro” que “se refere tanto ao objeto físico do livro e, mais importante ainda, a um conceito cultural do livro como uma forma de unificação do conhecimento positivo”. Para ele, “na medida em que este conceito não só incorpora o objeto físico do livro, mas também é um reflexo do social e natural de ‘fatos’”, que, para Otlet, representava uma encarnação concreta da história do conhecimento verdadeiro e, portanto, um veículo para a compreensão global (Day, 2001, p. 10).

A leitura que Day (2001) faz de Otlet afirma que os livros, como “objetos de informação”, capazes de “representar fatos, documentos, e de conhecimentos como a informação ou a ciência”, e, por sua vez, cada um desses significados, remete à “cultura do livro”.

Para Otlet, segundo Day (2010, p. 10), tanto o livro quanto a cidade, por exemplo, deviam ser “uma reprodução, um sumário, uma síntese de tudo de melhor que a humanidade pode produzir”.

[E] longe de ser uma visão antiquada, o poder metafórico e metonímico do livro na construção da arquitetura do espaço social continua até os nossos dias, mesmo com as instituições tendo entrado na era digital (Day, 2001, p.10).

Note que Otlet, segundo Day (2001, p. 16), “concebe a expansão da totalidade intelectual do livro em termos de sistemas sociais historicamente determinados” com “entrada”, “produção” e “saída”. Para Otlet, “os livros são parte de um processo evolutivo do pensamento, e, como tal, contêm o que veio antes deles em outros livros”. Assim, “o modo de evolução” de um livro para outro é muito específico: ocorre em termos de repetição; “repetição que, em Otlet, é uma lei universal de não simplesmente repetir o mesmo com o mesmo resultado, mas é um tipo peculiar de repetir o que é caracterizado como uma amplificação”. Essa “repetição, como uma amplificação, leva à expansão universal e geométricas do conhecimento”, sugerindo que “há uma mudança de escala para a natureza e valor do conhecimento”. Para Otlet, “os textos são ambos os veículos e incorporações de repetição dinâmica, levando a uma expansão de conhecimentos e uma mudança na forma de conhecimento”.

A história de Otlet é, em última análise, uma história de ideias, de uma crença que se sustenta, apaixonada e resolutamente, na importância da vida intelectual, na possibilidade de sua transformação por meio de novos tipos de instrumentos e máquinas para administrar e comunicar conhecimentos e na necessidade de concretizar finalmente uma sociedade mundial nova e pacífica (Rayward, 2018, p. xiii).

Para Rayward (2018, p. xiii), entretanto, “no cerne dessas ideias e crenças, encontra-se o conceito de Otlet sobre documento”, para quem “o conhecimento achava-se engastado em documentos que o objetificavam e lhe davam uma espécie de *status* público”.

Na perspectiva de Otlet, “os documentos, entretanto, consistiam não apenas em palavras escritas ou impressas”, mas “objetos, figuras e ilustrações, partituras musicais” ou “qualquer coisa que tivesse valor probatório, que ‘documentasse’ algo, era um documento” (Rayward, 2018, p. xiv).

Antecipando a era das redes digitais e respondendo sobre “como poderiam os documentos em suas muitas manifestações e formatos repassar o conhecimento que eles ‘contivessem’ ou representassem”, Otlet aventava que “seria preciso reunir e inter-relacionar todos os documentos em seus vários formatos” buscando a universalidade (Rayward, 2018, p. xiv).

Assim, a “biblioteca, o museu e o arquivo deviam ser todos vistos como aspectos de uma única organização documentária”; e, “no caso de documentos textuais, Otlet sugeria que seria necessário identificar o que houvesse de novo e importante em documentos específicos” e “tudo que fosse simplesmente retórico ou duplicado ou estivesse errado teria de ser descartado” (Rayward, 2018, p. xiv).

Tecnicamente,

se cada ‘fato’ fosse registrado separadamente de forma padronizada, então esses registros poderiam ser sistematicamente ligados entre si, arranjados e rearranjados segundo uma ordenação conceitual dos campos do conhecimento representados pelas tabelas minuciosamente subdivididas e outros dispositivos da CDU. Para Otlet esse processo é um desiderato essencial do que eram efetivamente os sistemas ‘manuais’ hipertextuais e multimídias que ele contemplava. Para nós, hoje em dia, habitantes de uma era pós-moderna e com sua mentalité relativista e revisionista, esse processo está repleto de todo tipo de dificuldade conceitual e ‘epistemológica’ (Rayward, 2018, p. xiv).

Já naquela época,

Otlet ressaltava a importância de criar novos tipos de documentos como parte desse processo — mapas, tabelas e diagramas que correlacionassem, resumissem, ilustrassem e simplificassem informações que, de outro modo, seriam volumosas e complexas. A ideia era reunir, correlacionar, integrar e criar múltiplas representações do conhecimento, que haviam sido produzidas e disseminadas aleatoriamente, e que por isso se mostravam fragmentadas, dispersas, repetitivas, sujeitas a erros e incompletas. Otlet chamava de codificação esse processo de representar e reconstituir o conhecimento. Ele acreditava ser essa a função mais importante de uma nova espécie de enciclopédia que ele estava propondo (Rayward, 2018, p. xiv).

É incrível constatar que, já naquela época, o documentalista francês “antecipou a invenção de novas modalidades de máquinas que apoiariam e melhorariam o trabalho intelectual”, as nossas atuais “estações de trabalho e redes” (Rayward, 2018, p. xiv).

Ainda na esteira de uma neodocumentação, Frohmann (2012, p. 246-247) propõe “outra” filosofia da informação, uma “documentação rediviva” na qual ele argumenta que “os estudos sociais da ciência mostram que mesmo a informação científica depende, para sua emergência, de práticas documentárias culturalmente específicas, historicamente determinadas e institucionalmente disciplinadas”. Para ele, “uma das implicações do foco nas práticas documentárias para uma filosofia da informação é que tal filosofia está subordinada a uma filosofia da documentação” em que a “informatividade não é

somente propriedade das práticas documentárias dignas de estudo”, pois “muitas práticas com documentos têm pouca relação” – se alguma nenhuma – com informar alguém sobre alguma coisa. Para ele, “a implicação de uma filosofia da documentação” reconhece “como urgente o imperativo para o estudo de práticas documentárias antigas, medievais ou do início da era moderna assim como daquelas que surgem com os documentos eletrônicos”. Desse modo, “o que fazemos com documentos eletrônicos, como essas práticas se configuram, e o que elas fazem conosco, são eminentemente dignas de estudo”. Entretanto, ele argumenta, “a forma digital de documentos contemporâneos não criou nenhum imperativo filosófico durante todo o tempo em que o conceito de práticas documentárias esteve presente”.

E, mais tarde, é justamente Buckland (2018) que situa brevemente Ferraris, filósofo italiano, na “árvore genealógica” da Teoria do Documento:

A documentação designa o processo ou o resultado do documentar. Documentário, enquanto adjetivo, refere-se ao que tem o caráter de um documento, a saber, representar ou explicar algo, sobretudo quando se usa o filme como médio. A documentalidade foi usada por Frohmann (2011) para designar as propriedades e traços pelos quais um objeto obtém seu papel documentário, e por Ferraris, para (designar) o caráter de traços e inscrições em suas teorias da ontologia social (Ferraris, 2013; Ferraris; Caffo, 2014 *apud* Buckland, 2018, p. 2, tradução nossa).

De acordo com González de Gómez (2022, p. 4), o realismo contemporâneo nos impõe novos “inventários” e novas reavaliações “na posição dos traços, registros e documentos, nas taxonomias ontológicas, instalando um novo e instigante domínio reflexivo na Ciência da Informação”. Assim, a partir dessas perspectivas, ela realiza uma “leitura introdutória das teorias de Maurizio Ferraris”, que tem a autoria do “Manifesto do Novo Realismo (2012)” e a “quem outorga um papel protagônico às inscrições e aos documentos”.

Destarte, adentramos na noção de “documentalidade” que nada mais é do que é a “articulação social do registro, que se manifesta de maneira particularmente evidente na produção de documentos” e que, segundo ele, tem as seguintes funções: “a objetivação da ação; isto é, a construção de objetos sociais”, “a organização da ação por meio da planificação” e “a articulação da ação por meio de um sistema de atos documentais” (Ferraris, 2012, p. 138-139).

Para o filósofo, “a especialização social da escritura e a documentalidade” seriam “a esfera de produção dos objetos sociais”, este é o “resultado de um ato

social [...] que se caracteriza por ser registrado”, seja em formato analógico, digital ou mesmo na mente das pessoas implicadas no ato. Dessa forma, Ferraris institui a seguinte regra constitutiva: “objeto = ato inscrito” (Ferraris, 2012, p. 53).

A “ontologia social do documento” proposta por Ferraris nos ajuda a ampliar o conceito antropológico aristotélico de ser humano como animal dotado de linguagem. Aristóteles, segundo ele, ao analisar amplamente “o papel da memória na construção da experiência e do saber”, não considerou que “a linguagem tem com finalidade o registro” (Ferraris, 2012, p. 41).

Assim, para Ferraris, documentalidade seria a denominação da sua ontologia social, que nada mais é do que “o ambiente em que são gerados os objetos sociais”. A regra constitutiva básica dos objetos sociais, segundo as 11 teses propostas pelo autor, é: objeto = ato inscrito, em que um objeto social seria o resultado de um ato social que envolveria ao menos duas pessoas ou uma máquina delegada e uma pessoa, que se caracteriza por ser registrado, em um pedaço de papel, um arquivo de computador ou apenas na mente das pessoas envolvidas no ato (Ferraris, 2013, p. 164-165).

E, ao considerar o registro como recurso fundamental e eixo estruturante da sua teoria do documento, Ferraris levanta um argumento antropológico importante, o de que, no século XX, passamos por três épocas importantes: a idade da “produção”, da “comunicação” e do “registro”. Na idade do registro, segundo ele, “igualmente à época da produção, se fabrica; igualmente à época da comunicação, se transmite; mas aquilo que é fabricado e transmitido é um documento registrado” (Ferraris, 2012, p. 43).

Sua tese básica é de que a distinção entre ontologia e epistemologia, combinada com o reconhecimento da autonomia ontológica da esfera dos objetos sociais levaria a uma teoria do documento subjacente a uma “ontologia da realidade social”, conforme preconizado em suas 11 teses sobre a **documentalidade**: (1) Ontologia cataloga o mundo da vida; (2) Existem três tipos de objetos: naturais, ideais e sociais; (3) A ontologia é distinta de epistemologia; (4) Os objetos sociais dependem de assunto, mas não são subjetivos; (5) A regra constitutiva dos objetos sociais é “objeto = ato inscrito”; (6) Não há nada social fora do texto; (7) A sociedade não se baseia na comunicação, mas no registro; (8) A mente é uma superfície que coleta inscrições; (9) Os documentos, no sentido forte, são inscrições de atos; (10) A carta é o fundamento

do espírito; (11) A individualidade mostra-se na assinatura (Ferraris, 2013, grifo nosso).

Quando são “inscrições de atos”, os documentos se configuram em um “sentido forte”. Mas, quando são “inscrições de fatos”, configuram-se em um “sentido fraco”. Denomina-se, portanto, a documentalidade o ambiente em que tais objetos sociais são gerados: ofício, escrita e registro. O conceito de ofício refere-se a toda forma de registro, o que especifica a possibilidade de serem iterativos, e a principal forma da tecnologia estar vinculada à nossa experiência, sendo a escrita a expressão paradigmática de toda tecnologia (Ferraris, 2014, p. 113).

Para o objetivo deste trabalho, nos interessa basicamente que as teses da documentalidade de Maurizio Ferraris são um conjunto de princípios ontológicos e pragmáticos que explicam a natureza e o funcionamento dos objetos sociais, como os documentos, as instituições e as normas. Segundo Ferraris, os objetos sociais são atos inscritos que dependem dos sujeitos, mas não são subjetivos. Sua proposta está inserida em um movimento realista cuja teoria da documentalidade representa sua expressão madura e questiona os princípios centrais da pós-modernidade; ou seja, a ideia de que a realidade se constitui socialmente e é manipulável ao infinito cuja verdade e objetividade são conceitos inúteis (Ferraris, 2012).

O “Novo Realismo”, proposto pelo autor, encontra sua expressão mais relevante na sua “ontologia social do documento” e nos abre uma possibilidade ontológica importante para que avancemos em nosso pressuposto ontológico rumo a uma antropologia filosófica realista, uma vez que, para ele, “o ser humano vive em uma dependência constitutiva” de objetos (técnicos e sociais), que faz com que grande parte de nossa realidade social seja socialmente dependente e que nossa relação com essa realidade social seja, antes a de construtores, mas a de receptores passivos no que se diz respeito às normas e, por isso, tão propensa à mobilização (Ferraris, 2017, p. 99-101).

Para González de Gómez (2022, p. 5), esse “Novo Realismo”, outorga “realidade ontológica aos traços, registros, documentos e novas modalidades, não os considera como diversificações de uma ontologia regional”; ou seja, informacional e documentária, “mas faz deles grandes categorias metafísicas,

suficientes em escopo e abrangência para descrever em sua totalidade o que é real”.

Ferraris, ao propor se Novo Realismo (2014) enumera cinco movimentos que caracterizariam a sua posição diante do que ele denominará “falsificação epistemológica” ou “falácia transcendental”, estas, indutoras dos equívocos do pós-modernismo que seriam a radicalização das teses kantianas da Crítica da razão pura: “pensamentos sem intuições são vazios, intuições sem conceitos são cegos” e “não existem fatos, só interpretações”, aforismo que sintetizaria o pensamento nietzschiano (Sferraza Papa, 2017 *apud* González de Gómez, 2022, p. 6).

Em um primeiro movimento, ele busca enfatizar a diferença entre ontologia, ou aquilo que existe independentemente das nossas interpretações, e epistemologia, ou o que pensamos que sabemos e que pode ser dependente de nossas representações. Para ele, “o que torna nossas afirmações verdadeiras não são nossas representações, senão aquilo a que essas representações se relacionam” (Ferraris, 2014, p. 110 *apud* González de Gómez, 2022, p. 6).

Em um segundo movimento, considerando que as coisas no mundo atuam de maneira causal, e nós, como parte da materialidade do mundo, produzimos efeitos, podemos, a partir de observação empírica, perceber a existência de uma quantidade indefinida de coisas que preexistem a qualquer pensamento e, quando pensamos, certa classe de representações resiste aos nossos esquemas conceituais; o que cria argumentos de preexistência, de resistência e de interatividade, e requerem que se observe: “se bem as coisas não deixam de existir independentemente do que pensemos delas, podemos porém afetar sua existência por nossas ações, seja no mundo físico ou social” (Ferraris, 2014 *apud* González de Gómez, 2022, p. 7).

No terceiro movimento, o autor sugere que “o real não se manifesta apenas como resistência e negatividade: toda negação comporta uma determinação e uma possibilidade”, que, na síntese, oferecida por González Gómez (2021, p. 7), tal “disponibilidade refere-se à viabilidade que o Mundo oferece por meio dos objetos e do ambiente”. Nesse movimento, uma das consequências seria que, partir dos objetos poder-se-ia “reduzir o fosso entre as nossas teorias e a nossa experiência de mundo”. Desse modo, “um devido reconhecimento da positividade na qual todos nós confiamos, mas sobre a qual

raramente refletimos” seria o argumento afirmativo do realismo (Ferraris, 2014 *apud* González de Gómez, 2022, p. 7).

No quarto movimento: a fim de “articular a oferta que nos chega dos objetos” (Ferraris, 2014, 2020b *apud* González de Gómez, 2022, p. 7), este seria um argumento taxonômico, uma distribuição das viabilidades ontológicas entre categorias de objetos:

- Objetos naturais: existem no tempo e no espaço.
- Objetos ideais: existem fora do tempo e do espaço e independentemente dos sujeitos.
- Artefatos: existem no tempo e no espaço, dependendo dos sujeitos para suas gêneses.
- Objetos sociais: existem no tempo e no espaço, dependendo dos sujeitos para suas gênesis e persistência.

Enfim, o quinto movimento consiste em isolar o conceito de meio ambiente, como uma totalidade que reúne restrições e disponibilidades: “existir é produzir efeitos, causais ou normativos, num meio ambiente”. Denominará entorno a cada uma das esferas que, como estruturas diferenciadas de resistência e capacidade, ficam disponíveis para a interatividade – e, em certos casos, a causalidade pode devir normatividade (e não o inverso). Seria interessante comparar o mundo objetivo de Popper, no qual circulam livros e teorias, com os entornos de Ferraris, em que o natural, o social e o tecnológico se misturam, configurando enxambros de previsibilidades e imprevisibilidade (Ferraris, 2014, p.111 *apud* González de Gómez, 2022, p. 8).

Assim, Ferraris denuncia e reposiciona a epistemologia e a ontologia, no que entende, seja, segundo ele, uma reformulação paradigmática e filosófica da filosofia; o que a reflexão do século XX definiu como uma diferença ontológica, indicando com essa expressão a diferença entre o ser e o ente, que deve definir-se com maior precisão como diferença epistemológica; ou seja, como diferença entre os entes e o conhecimento que temos deles (Ferraris, 2020 *apud* González de Gómez, 2022, p. 9).

Conforme vemos em Ferraris, tanto em suas 11 teses da teoria da documentalidade quanto na sua proposta de um Novo Realismo, a relação entre o ser humano e o documento está caracterizada, seja de modo ontológico, seja de modo epistemológico. A partir daí, adentraremos em um breve excursão nos

conceitos de López Yepes (2015) e autores por ele estudados para investigar aspectos antropológicos-científicos e, então, podermos avançar para nossa proposta teórica; ou seja, a fundamentação de alguns aspectos da filosofia zubiriana, e assim estabelecer as bases possíveis para uma antropologia filosófica para a Ciência da Informação.

## 5.2 O SER HUMANO E O DOCUMENTO: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICO-TECNOLÓGICA

O caráter social de uma Ciência da Informação, em sua organização histórico-epistemológica, encontra-se com a dimensão ontológica do documento como objeto de estudos do campo informacional e, a nosso ver, fortalece o caráter antropológico do ser humano em relação ao documento; já o caráter antropológico, é preciso ressaltar, está presente em Otlet e perfeitamente identificado na obra de López Yepes (2015), obra em que o autor busca refletir sobre a natureza do documento.

Para ele, “o documento é a pedra angular do nosso *que-fazer* e sua percepção adequada é básica para compreender da disciplina que todos cultivamos”. Dessa forma, “ele ostenta um triplo caráter: **antropológico**, **vivencial** desde um enfoque humano e **pervivencial** desde um enfoque tecnológico” (López Yepes, 2015, p. 65, grifo nosso, tradução nossa).

Em síntese, ele afirma que “o caráter antropológico-cultural advém da tendência inata que ser humano tem a explicar seu entorno, a prolongar sua memória”. Para isso, cria ferramentas de suporte que “permitam a fixação dos dados e sensações” e, assim, “a possibilidade de transmissão às gerações seguintes”. Aparece assim, “o documento como memória e meio de transmissão de cultura e conhecimento” (López Yepes, 2015, p. 65, tradução nossa).

É em seu caráter antropológico-vivencial que o documento “como símbolo de sua influência no sentir humano se manifesta como entidade dinâmica, viva e mágica, em um leque de funcionalidades” que, segundo o autor, torna o documento como “objeto de amor e fonte portadora de verdade fonte de alegria e entretenimento, fonte de estudo e ligação com seus autores” e, por fim, “objeto de reinterpretação permanente” (López Yepes, 2015, p. 66, tradução nossa).

O documento ou livro é, como indicamos, um fato de significado permanente. Reflete a rica natureza mudando nossa ânsia e foi e é uma fonte de nutrição do ser humano. É também o caminho para a felicidade que empresta sabedoria - noção medieval- e objeto de contemplação a partir de muitas e diversas concepções. Em todas elas, do documento, do livro, grande invenção do ser humano a que deve o seu progresso pessoal e espiritual, se exalam aromas diferentes (López Yepes, 2015, p. 40, tradução nossa).

Como forma, ou ferramenta, de “modificar o comportamento do ser humano e acelerar de modo exponencial seu poder de informação”, ele destaca o caráter antropológico-tecnológico. De algum modo, ressalta o autor, “o documento permanece e se aperfeiçoa ao longo de nossa história como um genuíno companheiro de viagem” conferindo ao ser humano uma “natureza quántupla” (López Yepes, 2015, p. 66, tradução nossa).

A partir da leitura de autores como Sartori (1998), Terceiro (1996) Majó (1997) entre outros, López Yepes (2015), como veremos a seguir, descreve detalhadamente categorias antropológico-tecnológicas do ser humano em suas respectivas relações com o documento. São, segundo ele, o *homo sapiens*, o homem de cultura escrita; o *homo videns*, o homem da cultura e da imagem; o *homo digitalis*, o homem da cultura multimídia; o *homo documental*, o homem da cultura da documentação pessoal (da autodocumentação); e, finalmente, o *homo documentator*, o profissional do documento, próprio da sociedade do conhecimento.

O *homo sapiens*, ou o homem da cultura escrita, para López Yepes, do ponto de vista da utilização dos sentidos no contexto da comunicação pode ser distinguido em quatro épocas: oral, quirográfica, tipográfica e eletrônica, em que “todos os métodos de comunicação e todos os sentidos são utilizados, mas em diferentes graus e de diferentes maneiras”. Nesse sentido, “o *homo sapiens* é o primeiro participante da era da comunicação”, sendo “o homem da palavra e da palavra escrita”, diferente do *homo videns*, “o homem da imagem”. Sendo o homem, segundo Sartori (1998, p. 17, 23-27, tradução nossa), da “capacidade simbólica” e da “capacidade de gerar cultura”, um “utilizador habitual da linguagem como instrumento de comunicação e de pensamento”. Capaz assim, de “multiplicar os seus próprios conhecimentos”, inclusive, criando os “primeiros tipos de documentos” conhecimento. A partir de Majó (1997), López Yepes cogita que “hoje em dia o *homo sapiens* tende a ser suplantado inteiramente pelo *homo*

*digitalis*, quer dizer, em aquele cidadão atento às potencialidades e perigos da tecnologia da informação” (López Yepes, 2015, p. 44, tradução nossa).

O *homo videns*, o homem da cultura e da imagem, é “o objetivo da sociedade telecomandada” em que a “palavra é destronada pela imagem” e “tudo acaba sendo visualizado”. Entra-se, então, segundo Lopes Yepes, apoiado em Sartori (1998, p. 32-33, tradução nossa), “no primado da imagem” em o “visível” prepondera sobre o “inteligível” e, assim, vemos sem compreender. Enquanto a televisão mostra-nos “imagens de coisas reais”; ou seja, “fotografia” e “cinematografia” do que existe, o computador, ao contrário, “mostra-nos imagens imaginárias”, sendo a “realidade virtual” uma “irrealidade que foi criada com a imagem e que só é realidade na tela” (López Yepes, 2015, p. 45, tradução nossa).

Assim, Lopez Yepes (2015, p. 45, tradução nossa), ainda amparado na descrição de Sarori (1998), afirma que “a televisão transfere o contexto da palavra para o contexto da imagem e transforma o processo de pensar a comunicação”. Ocorre aí, segundo ele, “uma metamorfose que reverte à própria natureza do *homo sapiens*”. A televisão passa a não ser apenas “um instrumento de comunicação”, mas também “um instrumento antropogênico, um meio que gera um novo antropos, um novo tipo de ser humano” (Sartori, 1998, p. 36, tradução nossa). Nesse momento, “o *homo sapiens* está alheio aos estímulos do conhecimento e da cultura escrita, que é dá origem à atrofia cultural e à pobreza”. Sartori é enfático em falar que “a televisão produz imagens e anula conceitos”, atrofiando, dessa forma “a nossa capacidade de abstração” e, conseqüentemente, “toda a nossa capacidade de compreensão” O *homo sapiens*, assim, suplantado pelo *homo videns*, vê sua “linguagem conceitual” (abstrata) ser substituída pela “linguagem perceptual” (concreta), infinitamente mais pobre, “mais pobre não só em termos de número de palavras, mas sobretudo em termos de riqueza de significado; isto é, de capacidade conotativa” (Satori, 1998, p. 47-48).

A integração, segundo Sartori (1998, p. 52, tradução nossa), desejável entre leitor e espectador, não parece ocorrer regularmente. “A conclusão é mais uma vez que o conhecimento através de imagens não é conhecimento no sentido cognitivo do termo e que, em vez de disseminar o conhecimento, corrói o seu conteúdo”, de modo que “o dependente de vídeo tem menos senso crítico do

que alguém que ainda é um animal simbólico treinado no uso de símbolos abstratos” e, “ao perder a capacidade de abstração”, perde também “a capacidade de distinguir entre o que é verdadeiro e o que é falso” (Sartori, 1998, p. 102, tradução nossa).

O *homo digitalis*, o homem da cultura multimídia, é, em síntese, cidadão digital que ocupa esse novo espaço. Majó afirma que “a informação afeta a vida de todos os cidadãos” e que “as tecnologias de informação vão modificar a nossa forma de aprender, de nos movimentar, de comunicar e até de nos divertir”, o que já se pode perceber nos dias de hoje como uma “realidade palpável”. A “universalização da informação” como uma “aldeia global”, tudo isso está aí (Majó, 1997, p. 56-57, tradução nossa). Entretanto, deve-se evitar a exclusão por razões culturais ou educativas ou, por outras palavras, um regresso à cultura do *homo sapiens* (Majó, 1997, p. 182-183, tradução nossa).

O caminho por excelência da informação digital é a Internet, já que “a televisão é um instrumento monovalente que recebe imagens com um espectador passivo que a assiste, enquanto o mundo multimídia é um mundo interativo (e, portanto, de utilizadores ativos) e polivalente (uso múltiplo)”, mediado pelo “computador que recebe e transmite mensagens digitalizadas” (Sartori, 1998, p. 53). Entretanto, ao se aventurar “na rede de informação”, se “permitindo observar que um boato não informa ou que uma informação falsa desinforma” (Sartori, 1998, p. 56-61, tradução nossa).

Dessa maneira, citando Mattelart (1994, p. 25), López Yepes afirma que “o *homo digitalis* – o homem digital – corresponde ao habitante quintessencial da sociedade da informação” imerso, portanto, “na mudança social e na revolução da informação”. Em que pese os imensos benefícios, sobretudo no “impacto generalizado das tecnologias, da informação como poder e da internacionalização do mundo”, há, ainda, a do “problema da dissociação entre o global e o local” (López Yepes, 2015, p. 47, tradução nossa).

Para López Yepes (2015, p. 47, tradução nossa), “este modelo de sociedade acarreta uma série de perigos e, em relação à nossa profissão, há excesso de informação em um mar de dados sem obter resultados concretos”; sendo “um dos problemas que nós, documentaristas”, precisamos “resolver enquanto contribuidores para a conversão da informação em conhecimento;

conhecimento que, aliado à reflexão pessoal do usuário da documentação, pode levar a novos conhecimentos”.

O *homo digitalis*, ou membro da sociedade digital, “é tentado a tornar-se um ser digital ambulante”; ou seja, “pessoas são potencialmente comunicáveis entre si e com o mundo exterior”, o que nos impõe, conseqüentemente, de “um certo paradigma digital”. Para Breton e Proulx (*apud* López Yepes, 2017, 44-48), paradigma digital é “a união, num mesmo conjunto homogêneo, de quatro dimensões: uma técnica básica, a eletrônica; uma metodologia específica para o processamento automático e lógico da informação”; “um sistema de representação coerente e universal do mundo e, em suma, um compromisso estratégico e económico”, conforme citado por Díaz Nosty (1996, p. 56 *apud* López Yepes, 2017, p. 48, tradução nossa).

O *homo documental*, ou **o homem da cultura e da documentação pessoal e da autodocumentação**, “não é um profissional em sentido estrito, embora assim possa parecer dada a facilidade de manuseamento dos numerosos dispositivos de envio e recepção de mensagens”. Enquanto a “documentação tradicional é muito difícil de manusear para um utilizador não profissional”, “a documentação digital é, paradoxalmente, menos difícil em certos aspectos”. Assim, os documentos eletrônicos serão interativos, nos quais o “usuário” “pede um tipo de informação e o documento nos responde” e, ao dizermos que “mudamos de ideia e o documento responde novamente”, desse modo, Gates (1995, p. 116-117) citado por López Yepes, descobriremos no sistema que “o fato de podermos olhar a informação de diferentes maneiras” dá a ela mais valor. Assim, “a flexibilidade convida à exploração e a exploração é recompensada com a descoberta” (López Yepes, 2017, p. 48, grifo nosso, tradução nossa).

Este “não ser um profissional no sentido estrito” deve-se, segundo López Yepes, ao fato de esse homem digital ser “capaz de desenvolver a sua documentação pessoal com a ajuda de todos os recursos, incluindo os eletrônicos e digitais”, sendo essa documentação pessoal apenas “o conjunto de informação documental obtida e gerida de forma a resolver as necessidades específicas de uma determinada pessoa no presente e no futuro” (López Yepes, 2017, p. 48, tradução nossa).

Uma das características desse *homo documental* é ser um “cosmopolita doméstico”, pois, tendo em vista que “a cidade passa a ser um centro de comunicação”, o homem que nela habita “pode ser considerado um cosmopolita doméstico” (termo proposto por Javier Echeverría). O habitante dessa “casa telemática”, o *homo documental* “observa que esta casa é o lugar onde acontecem inúmeras transformações sociais, é uma janela aberta para o mundo, um foco de interligação com o mundo exterior” e, assim, “o *domus* dos nossos dias pode ser contemplado a partir do contato direto com o mundo da informação digital” (López Yepes, 2015, p. 49, tradução nossa).

Segundo Echeverría (1995, p. 123), “a leitura e a escrita domésticas”, o “primeiro passo em direção ao cosmopolitismo doméstico”, podemos afirmar que “a permanência telemática representa um avanço muito importante nessa direção”. Transformam-se, assim, “estas casas abertas ao tempo, à informação preservada, às fontes de informação, bibliotecas, videotecas, discotecas, fototecas domésticas” em “pequenos centros de documentação pessoal” (*apud* López Yepes, 2015, p. 49, tradução nossa).

Não sendo “habitadas apenas por corpos, mas também por pessoas capazes de pensar, é necessário” dotar as casas de “uma infraestrutura cultural que lhes permita conectar-se com a cultura universal que em grande parte foi produzida em áreas distantes no espaço e no tempo”. Essas casas “abriram-se a outras culturas e internacionalizaram-se”. Agora “os espaços domésticos têm representações da forma de pensar e agir em outras partes do mundo e, portanto, tornam-se mais cosmopolitas” (Echeverría, 1995, p.198-199 *apud* López Yepes, 2015, p. 49, tradução nossa).

E, por fim, o *homo documentator*, o profissional do documento, próprio da sociedade do conhecimento, que se configura a partir da “nova noção de mudança documental como corolário lógico da era informacional-digital”. Mudança documental esta que ocorre essencialmente como “consequência da utilização e extensão da informação digital e do papel predominante do computador”, delineando “características baseadas na mudança documental com aproximação cada vez maior da informação ao utilizador”, assim como “o diálogo homem-máquina” e, também, as “novas formas mais profundas de obtenção de conhecimento científico e não científico” com “uma grande capacidade de obtenção de informação mais integrada ou multimídia” e “um novo

papel atribuível ao documentarista” com sua conseqüente “participação progressiva no mundo digital” ou, ainda, “nas estradas da informação por onde circulam as mensagens em busca do maior impacto entre os destinatários, mensagens, claro, em formato digital” (López Yepes, 2015, p. 50, tradução nossa).

Nesta seção, abordamos a evolução do pensamento sobre documentação, a partir Paul Otlet e Suzanne Briet, e avançamos para outros pensadores neodocumentalistas que se inspiraram naqueles.

Otlet enfatiza a importância da documentação organizada para oferecer informações universais e acessíveis, visualizando o livro como um documento que transcende limitações físicas e amplia a representação mental.

Sua visão paradoxal sobre o livro potencialmente afastando e conectando o leitor à vida é destacada. Além disso, ele reconhece a necessidade de inter-relacionar diferentes tipos de documentos para uma abordagem universal na organização da informação.

Também introduzimos a perspectiva de Ferraris, que propõe uma ontologia social do documento, enfocando a catalogação do mundo da vida e destacando a importância do registro na sociedade.

E, finalmente, em López Yepes, exploramos a força antropológica do documento, que exerce influência contínua sobre a humanidade, transformando-se em novas bases tecnológicas e digitais.

Como veremos mais adiante, é premente a necessidade de uma antropologia filosófica para compreender as dimensões epistemológica e ontológica, situando o ser humano na sua jornada de documentar, produzir memórias, discursos e, conseqüentemente, mais realidade.

Apresentamos a seguir uma síntese mais ampla desta seção primária, a fim de oferecer ao leitor uma visão mais panorâmica dessa segunda descrição: a ontológica.

### 5.3 SÍNTESE ONTOLÓGICA E TRANSIÇÃO

Como vimos nesta seção, já em Paul Otlet e Suzanne Briet, a preocupação em se definir o que seria o documento estava presente, constituindo ontologicamente, via documentalidade, a ideia de materialidade

como uma instância física e informativa, fruto de ações de mediação. Dessa forma, o documento ganha força antropológica de transformação social e, pela via neodocumentalista, é estudado quanto às suas relações de poder como objeto produzido pelo ser humano, enquanto este estabelece relações histórica, social e política.

Em Frohmann (2009), aparece o conceito de documentalidade e, assim, um novo olhar filosófico sobre o documento, capaz de o ligar a quatro propriedades, a saber: funcionalidade, contingência, complexidade e agência. Essa perspectiva passa a olhar o documento em sua materialidade, descartando o “mentalismo informacional”. O documento, nesse contexto, não é um mero suporte de informação ou um veículo de comunicação, mas agenciamentos heterogêneos, frutos de associações complexas, contingentes e heterogêneas, envolvidos em contextos em que há pessoas, processos e coisas. E, não sendo só o documento aquilo que está no papel, o mundo estaria repleto de virtualidades documentárias.

Por outro lado, González de Gómez (2011) posiciona-se no sentido de que questionar a materialidade ou a imaterialidade do documento configurar-se-ia um desvio, uma vez que se deixaria de indagar pelo objeto da Ciência da Informação. O documento, nesse caso, seria uma ontificação da informação, pois o documento seria o suporte de um fato que, em Briet, é definido como a base de um conhecimento fixado para ser usada no futuro, como consulta, estudo ou prova.

Mas o documento, afirmou Buckland (2018), traduzindo Otlet (1934), precisa de uma definição que inclua objetos naturais, artefatos, objetos, apontando pistas para a atividade humana, para representar ideais, obras de arte e textos. Esses documentos seriam artefatos para que o ser humano pudesse produzir memórias e discursos.

Descrevemos as ideias e concepções de Paul Otlet (1934) sobre documentação, conhecimento e o papel do livro na organização e disseminação do saber. Otlet foi uma figura importante no desenvolvimento de sistemas de organização da informação no início do século XX, e suas ideias abrangiam uma visão ampla sobre o conceito de documento e sua função na sociedade.

De acordo com o autor, a documentação organizada tinha como objetivos oferecer informações documentadas que fossem universais, corretas,

completas, rápidas, atualizadas, fáceis de obter e disponíveis para o maior número possível de pessoas. Ele via o livro como um tipo de documento que reproduzia o mundo, proporcionando uma representação que transcendia as limitações físicas e permitia acesso a diversas experiências e conhecimentos.

O texto destaca a visão paradoxal de Otlet sobre o livro, argumentando que, enquanto o livro pode nos afastar da vida ao se tornar excessivamente teórico, ele também é um produto da vida e desempenha um papel crucial na ampliação e aprofundamento da representação mental, transportando o leitor para diferentes lugares e experiências.

Além disso, Otlet reconhecia a importância de outros tipos de documentos, como a música, as inscrições lapidares e as formas de representação da realidade em movimento, como o cinema e o fonógrafo. Ele propunha a necessidade de inter-relacionar todos esses documentos em diferentes formatos, buscando uma abordagem universal na organização da informação.

O texto também menciona a perspectiva de outros estudiosos, como Day (2001) e Rayward (2018), que destacam a compreensão de Otlet sobre o livro como uma forma de unificação do conhecimento positivo e sua visão sobre a importância da documentação na criação de uma sociedade mundial pacífica.

Finalmente, o texto aborda a proposta de Otlet de criar tipos de documentos, como mapas, tabelas e diagramas, para correlacionar, resumir, ilustrar e simplificar informações complexas. Ele antecipou a necessidade de tecnologias que apoiassem o trabalho intelectual, semelhantes às atuais estações de trabalho e redes.

As contribuições e ideias de Otlet no campo da documentação e organização do conhecimento e sua visão abrangente sobre o papel dos documentos na representação e transmissão do saber foram visionárias, permanecem, em grande parte, atuais, e possibilitam diálogos relevantes com os horizontes da pesquisa em curso.

O conceito de documentalidade pode também ser compreendido, como definiu Maurizio Ferraris (2007, 2013), como a articulação social do registro, que se manifesta de maneira particularmente evidente na produção de documentos. Uma definição que, em princípio, não iria de encontro à abordagem documentalista e neodocumentalista, afinal, as funções propostas pela

documentalidade como articulação social do registro em documento são: a objetificação da ação, ou a construção de objetos sociais, a organização da ação por meio da planificação e a articulação da ação por meio de atos documentais. Essa especialização social da escritura seria a documentalidade expressa na esfera de produção de objetos sociais que são resultados de um ato social que se caracteriza pelo ato do registro.

Entretanto, Ferraris não faz distinção entre o fato de o ato ser registrado analógica, digital ou mentalmente e, este último iria de encontro, por exemplo, à ideia de materialidade propostas pela documentalidade da Ciência da Informação.

A proposta de Ferraris (2007, 2013), portanto, seria a de uma ontologia social do documento, uma proposta que nos ajudaria a ampliar o conceito antropológico aristotélico de ser humano dotado de linguagem, a qual teria a finalidade de registro (note que, para ele, o registro pode também ser feito em suporte mental), portanto, inscrito na memória humana.

O argumento antropológico ferrariano é o de que, no século XX, passamos por três épocas: da produção, na qual se fabrica, da comunicação na qual se transmite, e do registro, no qual o que é fabricado e transmitido é um documento registrado.

Em suas teses básicas da documentalidade, Ferraris (2007, 2013) sustenta a ideia de uma ontologia que cataloga o mundo da vida; de que existem objetos naturais, ideais e sociais; que todo objeto é um ato inscrito; que a sociedade não se baseia na comunicação, mas no registro; a mente é uma superfície que coleta inscrições; em seu sentido forte, documentos são inscrições de atos; a carta é o fundamento do espírito; e a individualidade mostra-se na assinatura.

O novo realismo (Ferraris, 2012) proposto pelo autor possui força antropológica ao mostrar que o ser humano vive em dependência constitutiva de objetos (técnicos e sociais), o que faz com que nossa realidade social seja socialmente dependente e que nossa relação com essa realidade social seja, ante a de construtores, a de receptores passivos e, portanto, propensos à mobilização.

E, guiados na relação do ser humano com o documento, López Yepes (2015) nos convida a pensar sobre a natureza própria do documento, como um

permanente protagonista em relação ao ser humano; no documento como criatura responsável por mudar nossos modos, hábitos e jeito de fazer ciência em paralelo ao desenvolvimento dele próprio; no documento, transformando-o em novos significados para a espécie humana, agora em novas bases tecnológicas e digitais.

O documento, assim, exerceria uma força antropológica sobre a humanidade desde a sua condição de *homo sapiens* e não mais o deixaria, passando, aliás, a exercer cada vez maior força sobre a sua existencialidade, não importando o caráter desse documento, se analógico ou digital.

O fato é que, desde os primórdios da nossa condição “*homo*”, passamos a documentar nosso “estar” na realidade de modo cada vez sistemático, seja em nossa dimensão individual, histórica e social (dimensões que veremos no próximo capítulo), produzindo ciência, arte e religião e dando, assim, à realidade contornos simbólicos por meio de atos documentais dos mais diversos, transformando esses registros documentais em uma espécie de amálgama simbólico da nossa passagem pelo mundo da vida.

E é diante dos pressupostos epistemológicos e, agora ontológicos, que avançaremos para o cerne da nossa proposta teórica: a antropologia filosófica como pressuposto metodológico para compreensão do encontro das dimensões: a epistemológica; ou seja, a Ciência da Informação como uma ciência social; e ontológica, o documento como objeto social, na busca de uma síntese teórica que sustente a presença de uma filosofia do ser humano subjacente a uma Filosofia da Ciência da Informação; isto é, uma Antropologia filosófica da Ciência da Informação capaz de situar o lugar do ser humano nessa grande jornada que se fez graças à nossa capacidade de documentar, produzindo, assim, memórias, discursos e mais realidade, como veremos, a seguir, nessa imensidão chamada de realidade.

## 6 ELEMENTOS PARA UMA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

O conceito de ser humano é central em uma antropologia filosófica. Isso, cremos é ponto pacífico. O que muda são as relações que estabeleceremos ao longo desta proposição. Pensaremos esse ser humano em relação a quê, quem ou o quê? Durante toda a história, a perspectiva de uma filosofia do ser humano, ou do humano, esteve presente no percurso dos maiores filósofos da humanidade.

Na antiguidade, essa perspectiva era cosmológica; ou seja, encarava o ser humano em conexão com a natureza. No medievo, o ser humano era em relação com Deus, uma espécie de membro da “ordem” emanada Dele. Já a modernidade fez com que o ser humano se firmasse sobre si mesmo como “sujeito”, ou razão, visão que acabou por subjugar e volatilizar o ser humano, transformando-o em um momento fugaz do curso evolutivo do absoluto. O pensamento contemporâneo, entretanto, forçou uma tomada de consciência da inutilidade das construções modernas, culminando na perda da própria personalidade e principalmente da percepção de se encontrar diante o nada (Oliveira, 2006). É claro que, esse percurso não é linear e, como podemos ver, ainda hoje, visões diversas desse ser humano, dependendo da estrutura cultural que nos atravessa e da orientação teológica ou filosófica que se coloca diante de nós.

Compreender o percurso do ser humano ao longo dos séculos é fundamental para que possamos compreender a relevância da questão antropológica na atualidade das ciências do ser humano, incluindo aí as ciências sociais e, conseqüentemente, na Ciência da Informação.

A questão epistemológica (a Ciência da Informação como ciência social) encontra-se com a questão ontológica (o documento como objeto social) e nos aponta uma necessidade metodológica – método aqui compreendido em seu sentido mais largo; ou seja, como caminho –, que nos sugere um reposicionamento de atitude filosófica: uma guinada antropológica na filosofia da Ciência da Informação como ciência social, cujo objeto social é o documento.

Destarte, antes de propor adentrar na discussão propriamente dita, precisamos nos perguntar sobre qual ciências sociais e antropologia filosófica estamos falando?

## 6.1 UMA QUERELA ANTROPOLÓGICA

O pressuposto metodológico da pesquisa em questão, ancorado na antropologia filosófica, com influência da filosofia da inteligência e realidade zubiriana, se encontra com o argumento do filósofo brasileiro Ivan Domingues, que busca “focalizar a visão de ser humano patrocinada pelas ciências humanas e sociais” e questiona o “impacto sobre a filosofia e a questão antropológica”.

A perspectiva é clara: “mostrar os legados e desafios que cercam a questão antropológica na atualidade, tendo como centro a ideia de natureza e seu questionamento e mesmo o abandono pelas duas vertentes das ciências contemporâneas” (Domingues, 2011, p. 13). Tal perspectiva, conforme os argumentos a seguir, parece-nos perfeitamente aplicável ao horizonte filosófico da Ciência da Informação.

Na esteira de uma análise que se faz sobre os caminhos que percorreram as ciências humanas e sociais, Domingues aponta para um *gap* entre natureza e cultura que ora “busca regularidades” e mecanismos parecidos com os das ciências naturais e ora recusa tais regularidades e mecanismos nos processos por conta da enorme variedade de costumes e de comunidades humanas. Essa recusa tende ao “relativismo cultural” e ao “historicismo radical” que pode ser superado ou contido em “limites menos ameaçadores à inteligência das coisas” (Domingues, 2011, p. 24-25).

Domingues, ao inventariar a “diversidade e a descoberta das coisas” que levaram ao relativismo cultural, afirma que esse relativismo é “um dos maiores legados das ciências humanas para a cultura ocidental e de consequências talvez mais pesadas do que as descobertas de Copérnico e Darwin” por estimular o descentramento do ser humano.

Copérnico descentra a Terra ao promover o sistema heliocêntrico; Darwin, com a teoria da evolução, descentra o ser humano colocando-o ao lado dos macacos; Marx e Durkheim descentram o indivíduo em favor da sociedade e das classes sociais; Freud descentra a consciência, aquilo que sobrou do indivíduo, e busca o centro da subjetividade no inconsciente; Saussure, ao ir em busca dos elementos puros da linguagem (signo, significado e significante),

descentra o pensamento; e, por sua vez, a Antropologia, pelas vias do etnocentrismo europeu, decide descentrar tudo. E, estando “tudo fora do centro [...]”, o resultado é o relativismo cultural” (Domingues, 2011, p. 35).

É claro, ressalta o autor, que o relativismo cultural não é uma invenção da modernidade e muito menos da Antropologia que apenas relata essa faceta das sociedades humanas “mostrando a plasticidade do comportamento dos grupos humanos”, ora levando ao fechamento (etnocentrismo), ora levando à abertura (relativismo) (Domingues, 2011, p. 38).

Os possíveis males do relativismo e do historicismo levaram a reações que buscariam constantes estruturas, instituições e mesmo leis da história. Essa era a saída universalista em busca de padrões que mostrassem:

[...] que por trás da diversidade cultural e do devir histórico há constâncias e regularidades a quais serão procuradas na sociedade humanas, no corpo, na ação, na linguagem e na mente e serão vistas como alicerces da cultura e do mundo humano (Domingues, 2011, p. 42).

E são encontradas em tentativas de constituir teoricamente regras, pulsões, disposições e estruturas: os arquétipos junguianos, a estrutura do aparelho psíquico freudiano, a infraestrutura e a superestrutura marxista, a morfologia social durkheimiana, as estruturas elementares de parentesco, interdição do incesto e estrutura do córtex straussiana, assim como as disposições do cérebro, redes neurais e processos fisiológicos da psicologia cognitiva e das neurociências. Esse partidarismo dos relativistas e universalistas, para Domingues, que está na origem da “desintegração da natureza humana e os sucessivos descentramentos que ocorreram ao ser humano no transcurso da modernidade”, fez sobrar um “indivíduo pós-moderno desgarrado” gerando uma “resposta da filosofia” e uma abertura para a antropologia filosófica (Domingues, 2011, p. 42-43).

Por fim, considerando que a filosofia e, por consequência, a antropologia filosófica não possuem meios para lidar com o empírico, a saída metodológica seria “levar a cabo sua tarefa, ao pensar a questão antropológica, por meio puramente especulativos e formatar um discurso universal” – pensar os horizontes, usando uma expressão zubiriana – “apoiando-se em conceitos abstratos e definições essenciais”, livre de substantivações, procurando, assim,

“circunscrever seu objeto – o homem – sem a menor referência ao espaço e o tempo, diferentemente da ciência” (Domingues, 2011, p. 35).

Se o objeto da Ciência da Informação, conforme enunciamos em nosso pressuposto ontológico, é o documento que se assume como um objeto social na visão ferrariana, podemos compreender que a tarefa de uma Antropologia filosófica da Ciência da Informação seria pensar metodologicamente a documentalidade no contexto de uma ciência social; ou seja, recusando o pensamento relativista pós-moderno e situando-se diante da relação do ser humano com os documentos em uma perspectiva filosófica que não caia, conforme nos aponta Domingues, no “perspectivismo, na multiplicação de pontos de vista e na adoção de uma perspectiva elevada ou superior” e procure “encontrar os meios intelectuais – os conceitos – para dar sentido à diversidade e à relatividade das coisas, sem cair no relativismo” (Domingues, 2011, p. 45).

Para isso, nosso pressuposto metodológico ancora-se na perspectiva realista zubiriana, que busca seus fundamentos antropológicos na inteligência humana e na realidade estrutural e dinâmica, conforme tentaremos demonstrar ao longo do percurso da investigação na tentativa de realizar o encontro dos pressupostos epistemológicos e ontológicos da Ciência da Informação, elencados na seções primárias 2 e 3, com a antropologia filosófica como pressuposto metodológico para sustentar o estudo que delimitaremos na sequência a partir de três aportes: a visão de Xavier Zubiri sobre a ciência a verdade e a pesquisa; uma síntese de sua filosofia da inteligência e da realidade; e, por fim, os elementos em seu pensamento que suportam um antropologia filosófica.

## 6.2 A CIÊNCIA, A VERDADE E A PESQUISA

Antes de penetrarmos na teoria da realidade e da inteligência escolhida para sustentar nossa tese, cabe-nos, entretanto, compreender a possibilidade levantada aqui sobre um pressuposto metodológico na visão crítica à ciência pós-moderna, fato que acusamos em Miguez e Santos (2017) ao estabelecer relações entre a filosofia zubiriana e a visão de Bourdieu sobre a ciência a partir da leitura sobre o fundamento e a funcionalidade da ciência descritos por Guerrero Anaya (2006).

Em nossa leitura, enquanto Bourdieu denuncia os “jogos de poder” envolvidos no ato e na posição dos agentes no campo, Zubiri aponta para os “jogos de conceito” e as limitações de uma inteligência meramente emissora de conceitos e definições, distanciados do fundamento transcendental da realidade (Miguez; Santos, 2017, p. 450).

O que Zubiri (2010, 2011b) propõe, como veremos a seguir, é ir muito além desses “jogos de conceito”, mas penetrar na “verdadeira realidade”, que deve adentrar tanto a ciência quanto a pesquisa; assim revigoradas em seus princípios; ou seja, investigando “como são e como acontecem as coisas reais” e, no âmbito filosófico, “o que é ser real”. Ambas, ciência e filosofia, “embora diferentes não são independentes”. Então, antecipando nossa discussão sobre “o que é pesquisa”, cabe sinalizar o que Zubiri pensa a respeito dessa relação: “Toda filosofia necessita das ciências e todas as ciências necessita de uma filosofia. São dois momentos unitários da pesquisa. Mas como momentos não são idênticos” (Zubiri, 2011b, p. 285).

Para Zubiri (2011c, p. lii), não se pode estabelecer uma prioridade intrínseca do saber sobre a realidade e vice-versa:

O saber e a realidade são, em sua própria raiz, estrita e rigorosamente congêneres. Não há prioridade de um sobre o outro. E isso não somente devido a uma condição intrínseca e formal da própria ideia de realidade e de saber. Realidade é o caráter formal – a formalidade – segundo o qual o apreendido é algo “em próprio”, algo “de seu”. E saber é apreender algo segundo essa formalidade (Zubiri, 2011c, p. lii).

Em seu texto clássico, “Nossa situação intelectual”, publicado originalmente em 1944, Zubiri (2010, p. 41) parte de três pressupostos que, segundo ele, “colocariam a vida intelectual em uma situação profundamente paradoxal”. São eles: a confusão da ciência, a desorientação no mundo e, por fim, o desencantamento íntimo do cientista consigo mesmo.

Ao se referir à “confusão da ciência”, Zubiri afirma que ela só é “realmente ciência e não simplesmente uma coleção de conhecimentos na medida em que se nutre formalmente de seus princípios” e, a partir de seus “resultados, volta a aqueles”. Para ele, a “confusão na ciência está intimamente ligada a uma crise de princípios”. Princípios estes que, para ele, referem-se à existência, para cada ciência, de “um perfil marcado que circunscreva o âmbito de sua existência” e uma “dispersão sem igual do saber humano” em que “todas as ciências se acham colocadas no mesmo plano”, um “plano científico”, que precisa estar

ancorado em um “conhecimento do que se chamam ‘os fatos’ ou objeto”. Toda ciência precisa de um objeto que deve ser “equivalente em todas as ciências” e que precisa de uma “positivação” que as nivele. Para ele, todas as ciências “teriam em seu próprio objeto integral um princípio de subordinação hierárquica” (Zubiri, 2010, p. 42-43).

Já no âmbito da “desorientação no mundo”, o filósofo espanhol argumenta que “a função intelectual mesma” não tem um “lugar definido no mundo atual”. Em seu argumento, Zubiri afirma que não se trata de “falta de interesse, mas porque essa função se converteu em numa espécie de secreção de verdades, venham de onde vierem e versem o que versarem” (Zubiri, 2010, p. 43).

De forma bem contundente, Zubiri escreve:

Diante desse dilúvio de conhecimentos positivos, o mundo começa a empreender um perigoso crivo de verdades, fundado precisamente no suposto interesse que oferecem, interesse que logo se torna utilidade imediata. A função intelectual mede-se tão somente por sua utilidade, e tende a eliminar o restante como simples curiosidade. Dessa maneira, **a ciência vai se tornando cada vez mais uma técnica** (Zubiri, 2010, p. 43, grifo nosso).

Medindo o mundo por sua utilidade, o ser humano “começa a perder progressivamente a consciência de seus fins” não sabendo mais o que quer e, nesse mundo perdido, caótico, o “intelectual” vê a “função intelectual” vagando igualmente perdida (Zubiri, 2010, p. 44)

Ao contrário de um animal que basta conduzir-se em um ambiente, do ser humano, segundo Zubiri, espera-se que ele realize propósitos e esboce projetos para suas ações.

O sistema total desses projetos é o seu mundo. Quando os projetos se convertem em arquivo, quando os propósitos se transformam em simples regulamentos, o mundo desmorona, os seres humanos se transformam em peças, e as ideias são usadas, mas não entendidas: “a função intelectual já carece de sentido preciso”. Mais um passo e “renuncia-se deliberadamente à verdade”: as “ideias se transformam simplesmente em esquemas de ação, em receitas e rótulos”. A ciência, assim, “degenera em ofício, e o cientista em classe social: o intelectual” (Zubiri, 2010, p. 45-46).

Por fim, “há o descontentamento íntimo [do cientista] consigo mesmo”. Zubiri reconhece que os “métodos para conhecer” são capazes de oferecer aos cientistas e à humanidade “esplêndidos resultados, como jamais houve em outra

época da história”, reconhece também que uma “exuberância da produção científica” que “alcança graus tais, que se tem a impressão de que a quantidade de descobertas científicas excede enormemente as atuais capacidades humanas para entendê-las” (Zubiri, 2010, p. 46).

Os avanços nos métodos e na produção, observados por Zubiri em 1944, nos parecem muito atuais, ao lermos quase oito décadas depois, sobretudo quando mergulhamos nos fenômenos do arquivamento em nuvem, das mídias sociais e, mais recentemente, no uso cada vez maior da inteligência artificial.

Entretanto, Zubiri também observa dois fenômenos. O primeiro é que os “métodos da ciência vão se tornando com rapidez vertiginosa em simples **técnicas de ideias ou fatos**”. O segundo é que o cientista se vê perdido entre tantas verdades, advindas de um “conjunto de métodos e de resultados de proporções ingentes”. E, assim vê-se “invadido, no fundo do seu ser, por um profundo fastio de si mesmo, que se eleva, como uma densa névoa, do exercício de sua própria função intelectual” (Zubiri, 2010, p. 46-47, grifo nosso).

Vale lembrar que Zubiri nos fala da década de 1940, do século passado, não tendo conhecido ainda a ascensão vertiginosa da técnica, a banalização da educação superior em um grande mercado de diplomas e, por fim, o produtivismo acadêmico que tem assolado os cientistas, em muitos casos, adoecendo-os sem necessariamente valorizá-los, especialmente no Brasil.

Ao alertar sobre a necessidade de que os cientistas voltem a levar “uma vida intelectual”, passando a não se contentar com os “produtos” da ciência, que, no melhor dos casos, servem para satisfazer uma simples “curiosidade intelectual”, Zubiri afirma que, para que “a ciência nasça [ou renasça] e continue existindo, é preciso algo mais que apura faculdade de produzi-la”, mas “que se deem certas possibilidades” (Zubiri, 2010, p. 47).

Embora em algumas ciências, e talvez este seja o caso das ciências tecnológicas, “uma fecunda crise de princípios é sintoma manifesto de pujante vitalidade”, e vemos em Zubiri “a positivação niveladora do saber”, “a desorientação da função intelectual” e “a ausência de vida intelectual”, é preciso que se tome consciência do “sutil e vidrento sistema de possibilidades” que “o ser humano foi tecendo” para a ciência. Quando essas possibilidades “se desvanecem, a ciência deixa de ser viva para converter-se em um produto seco, em cadáver da verdade” (Zubiri, 2010, p. 47).

Tendo a ciência nascido em uma “vida intelectual”, Zubiri tenta a partir das considerações acima demonstrar como um conflito entre o intelectual e a ciência põe-se a decidir a sorte da inteligência, sugerindo que, para se enfrentar esse problema, é preciso que se promova “a restauração da vida intelectual” (Zubiri, 2010, p. 48).

Para Zubiri (2011b, p. 284), “o pesquisador professa a verdadeira realidade”. Essa defesa é feita em um discurso de 1982, por ocasião do recebimento do Prêmio “Ramón y Cajal” à Pesquisa Científica, portanto, dois anos antes de sua morte, e quase 40 anos depois da publicação de *Nossa situação intelectual*. No texto, vemos um Zubiri maduro, mas fiel aos princípios expostos no seu texto de quatro décadas antes.

No texto em referência, Zubiri se pergunta sobre “O que é pesquisa?”. Para ele, “investigamos a verdade, mas não uma verdade das nossas afirmações, senão a verdade da própria realidade”. Trata-se da “verdade através da qual chamamos o real de verdadeira realidade”, que pode ser “uma verdade de muitas ordens: física, matemática, biológica, astronômica, mental, social, histórica, filosófica etc.” (Zubiri, 2011b, p. 283).

Para ele, o pesquisador, para investigar a realidade, não deve simplesmente “ocupar-se dela”, mas “dedicar-se” a ela. “Dedicar significa mostrar algo (*deik*) com uma força especial (*de*)” e,

[...] tratando-se de uma de dedicação intelectual, esta força consiste em configurar ou conformar nossa mente segundo a exposição da realidade e oferecer o que assim nos é mostrado à consideração dos demais. **Dedicação é fazer com que a verdadeira realidade configure nossas mentes.** Viver intelectivamente conforme esta configuração é o que chamamos de profissão. **O pesquisador professa a verdadeira realidade** (Zubiri, 2011b, p. 283-284, grifo nosso).

Há, segundo ele, “algo peculiar” na profissão de pesquisador. Pois, “aquele que apenas se ocupa dessa realidade não pesquisa”. Pesquisar implica possuir a “verdadeira realidade” ou “pedaços dela”. Já aquele que “se dedica à verdadeira realidade tem uma qualidade oposta: não possui verdades, mas pelo contrário, está possuído por elas”. Em sua defesa do fazer científico; ou seja, da profissão de pesquisador, Zubiri afirma que “na investigação, vamos de mãos dadas com a verdadeira realidade, estamos sendo arrastados por ela”. E, é

justamente esse “arrasto” o que ele define como “o movimento da pesquisa” (Zubiri, 2011b, p. 284).

Em seu discurso, Zubiri (2012b, p. 284) afirma que “esta condição de arrasto impõe à própria pesquisa caracteres próprios: são os caracteres da realidade que nos arrasta”. Inicialmente,

[...]devemos perceber que todo o real é real só e respectivamente a outras realidades. Nada é real se não é respectivo a outras realidades. Quer dizer, é desde si própria **constitutivamente aberta**. Somente se a entendermos desde outras coisas, as quais deveremos buscar, é que teremos entendido o que é a coisa que queremos compreender. Entendemos assim o que a coisa é na realidade. O arrastamento com que nos arrasta a realidade faz de sua intelecção um movimento de busca. E como isso mesmo acontece com outras coisas desde as quais percebemos o que queremos entender, resulta que ao estarmos arrastados pela realidade nos encontramos envolvidos num momento inacabável. **A pesquisa é inacabável, não somente porque o homem não pode esgotar a riqueza da realidade, mas porque o é radicalmente**. Quer dizer, porque a realidade é, desde si mesma, constitutivamente aberta. [...] **Pesquisar o que algo é na realidade é uma tarefa inacabável, porque o real mesmo nunca está acabado** (Zubiri, 2011b, p. 284-285, grifo nosso).

Mas a realidade, além de aberta, como vimos, também é múltipla, segundo Zubiri em pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, pois “há muitas coisas a investigar, cada um com seus caracteres próprios”. Sendo a Ciência “a investigação do que as coisas são na realidade”, a investigação científica conste em “pesquisar as notas ou caracteres próprios de cada ordem de coisas reais” (Zubiri, 2011b, p. 285).

Em segundo lugar, “o real é múltiplo não somente porque as coisas apresentam muitas propriedades diferentes, mas também por uma razão muito mais profunda: porque o que é aberto é seu próprio caráter de realidade” (Zubiri, 2011b, p. 285).

Seja no pensamento do jovem Zubiri; ou seja, aquele que produziu do período entre guerras até o início dos anos 1960, especialmente com a publicação de *Sobre la esencia* (1962), ou na sua maturidade intelectual com a publicação de sua *opus Magnum: A Trilogia Inteligência Senciente*, que veio ao mundo no início da década de 1980, o filósofo espanhol sempre demonstrou em seu pensamento a forte influência que a ciência e o pensamento científico exerceram sobre ele.

Para ele, o fim último de toda a ciência é a verdade, e esta “é a posse intelectual da índole das coisas”, sendo essas coisas “propostas ao homem, e a

verdade não consiste senão em que a inteligência revista a forma mesma daquelas”. Assim, “quando a inteligência expressa essa situação, dizemos que seus pensamentos possuem verdade”; assim, a verdade “um acordo do pensamento com as coisas”, residindo o problema da ciência “em chegar a um acordo cada vez maior com o maior número de coisas” (Zubiri, 2012, p. 49).

Há, entretanto, segundo Zubiri, três condições para esse acordo. A primeira consiste em “algo que é prévio ao exercício da função intelectual: as coisas mesmas são ‘propostas’ à inteligência”; ou seja, há de “estar presentes para o homem”, caso contrário, “seria absolutamente impossível sequer começar a entender”. Essas “coisas mesmas” ou esses “pensamentos puros”, para Zubiri, não são por si só “conhecimentos verdadeiros e nem falsos”, pois “se as coisas estiverem presentes e manifestas, em todos os seus detalhes, a inteligência não seria senão um fiel espelho da realidade”. As coisas, entretanto, não ocorrem desse modo, pois a “presença de certas coisas oculta a de outras” e, ainda, “o detalhe das coisas não se manifestam, sem mais nem mais, sua estrutura interna”. Uma aproximação é necessária para que essas coisas se manifestem cada vez mais. É este, segundo Zubiri, o método que “não é senão o caminho que nos leva às coisas”, sendo a primeira condição da verdade “ater-se às coisas mesmas” (Zubiri, 2010, p. 49-51).

A segunda condição, segundo Zubiri, não sendo a inteligência uma mera registradora das coisas, esse “ater-se à realidade mesma”, requer que não se espere simplesmente que “as coisas passem diante de seus olhos”, requerendo assim, “um audacioso impulso”, antecipando-se ao fenômeno, “mediante um interrogatório”. Para ele, “uma coisa é perguntar-se por que ocorre um fenômeno, outra delimitar com minha pergunta a área em que vou investigar o fenômeno”, e indo além: “forçar a natureza com minhas perguntas” até que “apresente fenômenos que sem elas nunca teria aparecido”. Esse modo concreto, primário e prévio, é um “suposto para todo possível acordo com ele”, a realidade. Zubiri defende que um método “que leve não simplesmente a resolver problemas” suscitados pelas coisas, “mas um método que antes nos leve a forçar que as coisas nos suscitem novos problemas”. Dessa forma, “a verdade pressupõe um sistema de questões prévias com que a inteligência enfrenta a realidade” (Zubiri, 2010, p. 51-52).

E, finalmente, chegamos à nossa terceira condição, segundo a qual nos interrogamos sobre “de onde nasce essas perguntas?” Em seu argumento, Zubiri afirma que não sendo a ciência “consustancial ao homem”, mesmo a parte em que as perguntas correspondam à realidade mesma, “esta não é suficiente para iluminar aquele questionário”, pois “a ciência tem uma história tardia, lenta e tortuosa” e, mesmo “na mais objetiva das ciências, é inegável essa condicionalidade história”. Notamos que “problemas que só se suscitam em certas épocas” e, mesmos aqueles que “suscitados e resolvidos, talvez por acaso, numa época, ficam isolados na ciência, porque seu estado histórico não permite dar-lhes sentido”. Assim, “o sistema de perguntas nasce da estrutura total da inteligência humana” (Zubiri, 2010, p. 52).

Como podemos ver, Xavier Zubiri ocupou-se da questão da ciência, da pesquisa e da verdade com rigor e originalidade. Não como cientista, mas como filósofo sempre e buscando dialogar com o pensamento científico da sua época. Contudo, como demonstraremos a seguir, as premissas para a compreensão do seu pensamento; ou seja, “homem como realidades”, buscando tanto na sua teoria da inteligência e da realidade quanto na sua filosofia do ser humano elementos com os quais dialogaremos para alcançar nossa proposição de tese que se dará após esse planejar pelo pensamento zubiriano.

### 6.3 O SER HUMANO, UM ANIMAL DE REALIDADES

Desde o início da sua obra, Zubiri ocupou-se de temas como “função intelectual”, “saber”, “ciência” e “realidade”, mas também sobre o “homem” e sobre o mundo, sempre estabelecendo um diálogo profundo com a tradição filosófica desde Aristóteles a Heidegger, com quem chegou a travar um diálogo pessoal quando esteve na Alemanha e frequentou seu curso. Foi, portanto, nesse contato com a tradição filosófica que Zubiri formulou toda sua teoria da inteligência, que culminou na sua *Trilogia Senciente* (Corominas; Vincens, 2006).

A ideia de realidade, em Zubiri, “adquire seu sentido pelo todo em que se inscreve cada uma das coisas reais” (2010, p. 123). Trata-se, para ele, de uma questão muito séria por não se limitar ao “orbe da física”, mas abraça “o ser inteiro do homem”. Os “atos do homem”, para Zubiri, “transcorrem num mundo parcialmente anímico, parcialmente exteriorizável” e, por essas “dimensões

suas, o homem se encontra dotado de um acontecer que possui uma trama interindividual e uma trama temporal e histórica”. Os seres humanos, diz ele, também “constituem um mundo” (Zubiri, 2010, p. 123).

Atendo-se tão somente às “ações humanas, em sua realidade biográfica, social e histórica, [os fenômenos] são precisamente [...] o que acontece no mundo”. Mas, para “além desse acontecer, paira para o homem o problema do que ele é”. E esse problema nos convida a saber “se a filosofia e o ser do homem vão nutrir-se, em última instância, do que ‘acontece no mundo’ ou do que as coisas e o homem ‘são na realidade’” (Zubiri, 2010, p. 123).

Para compreender essa relação com o ser humano e o mundo, faz-se necessário compreender o que seriam “inteligência senciente” e “realidade humana”, pois é no encontro desses dois conceitos que conseguiremos estabelecer elementos para constituir uma proposta de antropologia filosófica que, nos termos do pensamento zubiriano, dialogue com a Ciência da Informação, oferecendo bases para um reposicionamento ou, minimamente, outra possibilidade de construção filosófica.

### **6.3.1 A inteligência senciente em Xavier Zubiri**

Como vimos, Zubiri (2010, p. 82) tem sua concepção de saber. Para ele, “saber não é raciocinar nem especular”, mas “ater-se modestamente à realidade das coisas”; diferentemente de sentir, uma “estrutura formal do processo senciente” ou da “apreensão sensível” cuja “experiência nos instala radicalmente na realidade” (Zubiri, 2011a, p. 15).

“Sentir não é o mesmo que entender”, mas “o entender e o sentir não se opõem”, sendo ambos apenas “modos de apreensão sensível” que se dão quando há a “impressão da realidade”. Portanto, na “impressão da realidade”, há formalmente “sentir e entender como momentos seus”, sendo o senciente “impressão da realidade” e o intelectual “apreensão de realidade” (Zubiri, 2011a, p. 52-53).

O sentir, em Zubiri, “é determinado como um processo que integra unitariamente três momentos”, sendo eles, “a suscitação, a modificação do tônus vital e a resposta”. No ato de sentir as coisas, “deixamos uma impressão no senciente”; isto é, uma “apreensão sensível” que formalmente é uma “apreensão

impressiva”. Nessa impressão, há três momentos: um primeiro momento em que “o senciente é passivo em relação à impressão”, chamado de “momento de afecção”; um segundo momento em que “a impressão se torna presente no senciente”, o “momento da alteridade”, e, um terceiro momento, o da “força de imposição”, em a “nota”<sup>2</sup> presente na afecção “se impõe ao senciente suscitando o processo mesmo de sentir” (Bernardes, 2023, p. 42). E é “a unidade intrínseca desses três momentos” que constituem a “impressão”.

X. Zubiri, sem confundir potências, afirma a estrutura unitária de sentidos e inteligência. A inteligência sente a realidade: é senciente. E a sente em impressões, que não são meras impressões sensíveis, mas impressões de realidade. A inteligência está a flor dos sentidos e se dimensiona em cada um deles: visualmente, acusticamente, tatilmente etc. A este primeiro nível, a inteligência é concreta e tem a ver muito não só com a vida cotidiana, mas também com campos muito importantes como a **cultura** e a **estética**. À inteligência seguem o *logos* e a razão. Essas palavras conotam o uso abstrato da inteligência que se desenvolvem nas crianças e na humanidade com o tempo. A criança e o homem pré-histórico entram em um determinado momento no “uso da razão”, mas é porque antes haviam estado no uso da inteligência. **Sentidos e inteligência são duas potências de uma só faculdade: a inteligência senciente** (Marquinez Argote, 1982, p. 10-11, grifo nosso, tradução nossa).

Sentir e inteligir, embora pareçam ser atos distintos de um mesmo momento; ou seja, o que é “apreendido pelo sentir é dado ‘à’ inteligência a fim de que esta o entenda”, a impressão da realidade, em Zubiri, é um único ato, “o ato de apreensão primordial de realidade”, que formalmente consiste em ser a “impressão de realidade” um “sentir intelectual” e, por sua vez, estando o sentir no inteligir, essa inteligência é um “inteligir senciente”. Por isso, o filósofo espanhol optou por substituir tais termos por “inteligência senciente” para se referir à “apreensão impressiva de realidade”, termo que compreende tanto o “sentir intelectual” quanto o “inteligir senciente” (Zubiri, 2011c, p. 54-55)

Notemos que “na mera inteligência apreendemos as coisas como realidade, mas de nenhum modo chegamos a compreendê-las”. De modo que “inteligir é, pura e simplesmente, apreender uma coisa em sua formalidade de realidade”. Já “compreender é algo mais que inteligir, ainda que não se dê aquele

---

<sup>2</sup> É necessário compreender que as notas presentes no “momento da alteridade da impressão” não são signos, características, qualidades ou categorias das coisas. O conceito de “notas das coisas”, no sentido usado por Zubiri, deve ser compreendido como “o contrário do que era, até a impressão, desconhecido”; portanto, referente, agora, à impressão ao que é “conhecido da coisa” (Bernardes, 2023, p. 43).

sem este, contudo, o compreender é um modo especial de atualizar a realidade na inteligência” (Zubiri, 1999, p. 182)

A posição de Zubiri, aliás, já na virada da década de 1970 para a 1980 do século passado refutava a ideia de “inteligência animal” e “inteligência artificial”. Para ele, tanto em um caso quanto no outro, “o executado, seja pelo animal, seja pelo mecanismo eletrônico, não é inteligência, porque tudo isso concerne tão somente ao conteúdo da impressão, mas não à sua formalidade de realidade”. Ora, se para ele a inteligência é “constitutiva e estruturalmente senciente em si mesma enquanto inteligência” e, do mesmo modo, “o sentir é constitutiva e estruturalmente intelectual em si mesmo enquanto sentir” (Zubiri, 2011a, p. 57), ao menos no âmbito da inteligência artificial isso tem se comprovado. O que torna o filósofo do século passado um bom teórico para fundamentar uma discussão crítica no âmbito das inteligências artificiais.

Sendo, para Zubiri, o intelecto senciente um fato, ele propõe uma diferenciação entre o que ele chama de “inteligência senciente” e “inteligência concipiente”. Na primeira, vale o que até aqui estabelecemos; ou seja, ela “tem um objeto não só primário e adequado, mas também um objeto formal próprio: a realidade”, um objeto formal que não é “dado pelos sentidos à inteligência”, mas “dado pelos sentidos na inteligência”, tendo no “ato formal próprio do inteligir” não o “conceber e julgar”, mas o “apreender” a realidade, seu objeto e, por fim, “o apreendido em impressão; isto é, sencientemente o é em impressão de realidade”, não havendo, em razão disso, “um só ato: a apreensão senciente do real como real” (Zubiri, 2011a, p. 57-58).

Por outro lado, haveria uma “inteligência concipiente”, em contrapartida, mas não necessariamente em oposição, à “inteligência senciente”, que “foi sendo progressivamente identificada progressivamente com o *logos* predicativo”, o que foi chamado por Zubiri como “logificação da inteligência”. Assim, para ele, tal “inteligência concipiente” nada mais “é do que aquela cujo objeto primário é o sensível”, sendo este “dado pelo sentido à inteligência” e que o concebe e julga. É “concupiente não porque conceitue e julgue, mas porque conceitua concipientemente; isto é, o que é dado aos sentidos à inteligência” (Zubiri, 2011a, p. 58)

Para Zubiri, “abandonar a inteligência concipiente não significa que não se conceitue o real”, pois a conceituação é uma “função intelectual inexorável”

embora não seja o “primário e radical do inteligir”. O conceituar é apenas “um desdobramento intelectual da impressão de realidade”, não se tratando, portanto, de não conceituar, mas de que “os conceitos sejam primeiramente adequados não às coisas dadas pelos sentidos à inteligência”, mas “sejam adequados aos modos de sentir intelectivamente o real dado na inteligência”. Para ele, os conceitos são necessários, “conceitos de inteligência senciente” e não “conceitos de inteligência concipiente” (Zubiri, 2011a, p. 58-59)

Notem que Zubiri, influenciado pela fenomenologia de Husserl, ocupa-se do próprio inteligir, e não na faculdade da inteligência, esta estudada na filosofia antiga e medieval. Ele sabia, portanto, que “a inteligência humana já acontece mediada pelo *logos*”, mas em um “estrato mais profundo” e “mais radical”, há uma “apreensão radical da realidade, que é imediata, direta e unitária” (Bernardes, 2023, p. 45).

Este estrato mais profundo, “mais básico, fundamental e primordial que o *logos*”, Zubiri afirma ser “a realidade enquanto realidade”, colocando, portanto, a realidade como algo anterior ao sentido e, assim, se afastando de Husserl e Heidegger, ao afirmar “a apreensão de uma coisa-realidade anterior a uma coisa-sentido”, que já está “mediada pelo *logos*”, pertencendo ao “âmbito da hermenêutica”. Para ele, “a realidade, portanto, é anterior ao sentido” (Bernardes, 2022, p. 46)

Para Zubiri, “sustentar a apreensão primordial da realidade é sustentar uma mera atualização da coisa à inteligência e da inteligência à coisa” oferecendo um “horizonte de imbricação entre o ser humano e as coisas, o ser humano e o mundo”. Destarte, “não se trata de realidade além da apreensão, mas realidade na apreensão”. Ao oferecer a ideia de uma “apreensão primordial da realidade”, ele oferece conceito fundamental para explicar o “poder, a realidade transcender a realidade” (Bernardes, 2023, p.48).

Na apreensão primordial de realidade, o real é apreendido em e por si mesmo. Por ser uma apreensão, nela “estamos” na realidade. E esta apreensão é primordial porque toda e qualquer outra apreensão de realidade se funda constitutivamente nesta apreensão primordial e a envolve formalmente. É a impressão que primária [sic] e constitutivamente nos instala no real. E isso é essencial (Zubiri, 2011a, p. 41).

O ser humano, como vemos, se encontra intelectivamente diante da realidade, sendo que essa inteligência senciente, em um momento posterior se

desdobrará em dois momentos: *logos* e razão. No *logos*, abre-se o momento “campal” da inteligência. Esse “campo” é o “lugar” onde a “realidade apreendida” se abre a outras em um campo de realidade (Mattos; Ponchirolli, 2016, p. 493).

Campo de realidade é uma expressão que designa um dado primário da experiência: a saber, que as coisas reais se abrem a outras em um ambiente no qual elas são “na realidade”. Tal é o sentido próprio dessa expressão quando se trata de intelecção como *logos* (Fayos, 2014, p. 69).

Para Fayos (2014, p. 70), “a razão é o caráter intelectual do pensamento, e nesse sentido é a intelecção pensante do real” e é nesse segundo momento que se “constitui a marcha intelectual; isto é, a marcha da razão para compreenderas coisas” (Mattos; Ponchirolli, 2016, p. 493).

Nas palavras do próprio Zubiri, a “razão é uma marcha desde o campo para o mundo. E como o campo é o mundo sentido, a razão é constitutiva e formalmente razão senciente” (Zubiri, 2011a, p. 310).

Podemos, assim, oferecer uma síntese do que, para Zubiri, é a “inteligência senciente”:

A apreensão da realidade se dá pela força transcendental do real e de sua respectiva formalidade. Pela intelecção ela será forçada a se atualizar tanto *no movimento do logos como na marcha da razão*. Essa marcha é feita de um processo. Ela se inicia na apreensão do real, *em e por si mesmo* (momento individual) avançando para *dentro do âmbito da realidade* (momento campal). Deste, a intelecção é novamente forçada a caminhar para o que as coisas são *em realidade* (momento racional) (Fernández Tejada, 2011, p. xvi).

O “campo” está situado no “âmbito do *logos*”, enquanto o “mundo”, situado no âmbito da razão. Dessa maneira, “a realidade, em e por si mesma, se atualiza no campo”, no qual “ocorre, na realidade, a construção e projeção do que ‘*seria*’”. Esse *logos*, por meio de um “movimento de intelecção”, que é “descritivo”, então “inteligue uma coisa real a partir de e em relação a outras coisas localizadas no campo”, um “processo” que “origina os juízos, que partem dos  *fatos-de* ou  *dados-de*, imprimindo um movimento de retração”. Nesse movimento, é que “o *logos* senciente afirma a realidade já atualizada na forma de juízos” (Fernández Tejada, 2011, p. xvi).

O “mundo”, entretanto, situa-se no “âmbito da razão”. Na perspectiva zubiriana, esse “campo do real nos leva em direção ao mundo”, onde “ocorre a construção do *poderia-ser*”. O que até então era um “movimento do *logos*” passa a se transformar “em uma *marcha, em profundidade, de busca do real*”. No “âmbito do mundo”, “os fatos e os dados que impulsionam a razão passam a ser

*fatos-para* e *dados-para*". Estando agora "nessa marcha, no mundo, a inteligência senciente se vê obrigada finalmente a *dar conta do real*", pois "estamos não só na realidade como carregamos e nos encarregamos dela, para nos enriquecermos e nos realizarmos com ela". Seu "*caráter explicativo* inacabado" deve-se ao fato de a "marcha da razão" buscar "cada vez mais explicações" (Fernández Tejada, 2011, p. xvi).

Entender que a "inteligência da realidade", na proposta zubiriana, é o fundamento da existência humana, é, para nossa tese, o ponto fulcral para se estabelecer uma antropologia filosófica realista, pois, ao invés de considerar o ser humano como um animal simplesmente "simbólico" ou "racional", entenderíamos antes como "um animal de realidades", mas não só como veremos a seguir ao destrinchar o pensamento zubiriano em relação ao ser humano e sua realidade substantiva.

### 6.3.2 A filosofia do ser humano, em Xavier Zubiri

Para se afirmar, apoiado em Zubiri, que "o homem é um animal de realidades" (Cescon, 2004, p. 266), precisamos considerar que ele

se move inexoravelmente entre as coisas reais, mas para fazer sua pessoa, para realizar-se, move-se a partir de uma realidade que o fundamenta, e isso é inerente à própria **suidade**<sup>3</sup> do homem (Mattos; Ponchirolli, 2016, p. 498, grifo nosso).

Portanto, uma antropologia zubiriana deve ser fundamentada na inteligência da realidade.

Desde a sua filosofia primeira, é possível perceber a "reconstrução de uma série noções" como "razão", "ser humano", "realidade", "indivíduo", "história", "sociedade", "sujeito", "ética", "experiência", sempre alheio a qualquer vontade moral e despreocupado com as modas intelectuais (Corominas, 2006, p. ix).

Embora Gracia (2017, p. 423) cogite que Zubiri não tenha desejado fazer uma antropologia, mas uma metafísica; e, para Corominas (2006, p. xi), o que

---

<sup>3</sup> O conceito de suidade, vem do espanhol "*de suyo*" ou "de seu" ou "de si mesmo". Trata-se, segundo Bernardes (2023, p. 44), de uma "análise de inspiração fenomenológica que elimina a tradicional contraposição entre sensibilidade e inteligência". Como foi visto na sessão anterior, e Bernardes confirma, não existe "uma sensibilidade que é simplesmente receptiva e que oferece material às operações próprias do entendimento". Em Zubiri, "a inteligência não é sensível, é senciente."

Zubiri desenvolveu, ao invés de uma antropologia filosófica, “foi uma disciplina autônoma que se pergunta por aquilo que caracteriza o humano enquanto tal”, senão “uma filosofia do homem desde a metafísica primeira que vinha desenvolvendo”; e, filósofos espanhóis como Ignácio Ellacuria e Pedro Laín Entralgo sempre estiveram interessados “em construir uma antropologia filosófica a partir dos desenvolvimentos zubirianos”.

Zubiri busca compreender “o ser humano a partir do seu estudo sobre a inteligência humana (noologia)” e faz uma antropologia que “depende diretamente da metafísica assim como a antropologia de Heidegger depende da ontologia” (Bernardes, 2023, p. 79).

Para ele, “o homem, afetado pela verdade, é um homem apoderado pela verdade em sua dimensão individual e em sua dimensão social. E isto o coloca diante de novas estruturas” (Zubiri, 1999, p. 188). Seu pensamento enfrenta a construção tão habitual da metafísica “que divide o mundo em uma esfera subjetiva” e outra “objetiva” para empreender sua filosofia de “um ponto de partida radical, anterior a qualquer divisão ou dualidade” (Corominas, 2006, p. xi).

O ser humano “pela inteligência [senciente] está aberto à realidade das coisas”, sendo “um animal de mundo” que “vive o presente no presente” e o realiza “desde um passado e em vista a um futuro”. Ou seja, “uma essência aberta à totalidade do real” (Marquínez Argote, 1982, p. 11) que, acrescentamos, caminha construindo histórias, memórias e, portanto, registros desde o início de sua saga como humano.

Enquanto Heidegger já propôs, em o *Ser o Tempo*, uma perspectiva em que “o homem é radicalmente social desde sua própria estrutura ontológica” tanto que “a solidão é um modo de ser com os outros, um modo da ausência”, Zubiri pretende “radicalizar” ambas as perspectivas (Corominas, 2006, p. xix).

Para Zubiri, “o tempo próprio do ser humano é o futuro”. Ele o faz “por uma determinação”. Lembrando que Zubiri compreende o humano sempre a partir do seu modo de “intelecção senciente”. Para ele, há uma diferença fundamental entre os animais e o ser humano. Os primeiros têm como traço a “previsão”. Já estes, por intermédio da inteligência, a “projeção”, pois ele é dependente desta até para que sobreviva. O contrário dos animais, que se adaptam ao meio, o ser humano precisa, além de se adaptar ao meio, adaptar o

meio a si, o que ele faz por meio do **trabalho** (Bernardes, 2023, p. 79, grifo nosso).

“O resultado desses esforços para sobreviver e conformar um mundo à medida das necessidades humanas é o que denominamos **cultura**”, uma exclusividade da “nossa espécie, consequência da nossa condição de animais imaturos biologicamente e dotados de liberdade e de responsabilidade” (Beorlegui Rodríguez, 2011, p. 474, grifo nosso, tradução nossa)

Para Marquínez Argote (2006, p. 11, tradução nossa), pela “inteligência senciente”, vai vivendo o ser humano no “fio do tempo, forjando possibilidades, elegendo umas e rechaçando outras e, o que é mais grave, elegendo a si mesmo em uma determinada forma de realidade”, configurando, “sua personalidade, ato a ato, golpe a golpe”, devendo, portanto, ser “responsivo” e “responsável”. Enquanto assume a responsabilidade de dar respostas às suas questões, ele vai fazendo e possuindo coisas suas: “a ciência, a arte, a virtude” e a técnica.

### **6.3.2.1 O ser humano e a técnica**

O ser humano, em Zubiri (2016, p. 329), ao possuir as coisas, as modifica com sua vida. Essa posse das coisas se dá em três dimensões: ele possui as coisas e se possui a si mesmo nelas no ato de desfrutá-las; quando as sabe, possui intelectivamente o que as coisas são e essa reflexão não é uma mera reflexão especulativa, meramente externa, de que as coisas são, como se o intelecto fora um espelho que elas vão passando, senão é uma apreensão intelectual delas; e modifica as coisas, mas não as modifica simplesmente como as coisas físicas podem ser modificadas por colisões entre elas, mas ele as modifica para viver sua vida de certa maneira, para possuir-se nelas.

Ao possuir-se nas coisas, o ser humano a faz por “fruição”, por “intelecção” e por “modificação”; não estando, entretanto, essas “três dimensões estratificadas. A fruição não se opõe às outras, mas as engloba”. Há seres humanos que “desfrutam sabendo o que as coisas são”, ao passo que “outros que se propõem a ter a realidade, ignorando o que as coisas são”. Do mesmo modo, “deve dizer-se da modificação: o homem tem a fruição, positiva ou negativa, das coisas que as modifica” (Zubiri, 2016, p. 329).

O homem, que exercita com maior pureza sua atitude teórica, deixa as coisas como são, mas se quer saber algo delas tem que modificá-las em alguma medida. **A menor intervenção que o homem puder ter na realidade quando a modifica é registrar as coisas.** O registro, muito difícil de fazer, requer aparatos registradores, que modificam a realidade, precisamente para poder registrá-la. A coisa, todavia, é mais clara se queremos experimentar: este é justamente o ponto problemático de todo experimento, isto porque intervém na realidade que experimenta e a modifica.: em todo experimento intervém-se no que a coisa é e as modificações que o homem introduziu nela pela experimentação (Zubiri, 2016, p. 330, grifo nosso).

A “intervenção” do ser humano na realidade, segundo Zubiri, consiste na “manipulação”, geralmente, por “instrumentos”. Para ele, “todo instrumento é produzido por essa intervenção, por essa modificação mediata de uma realidade física por outras, partindo de uma locomoção humana manual”. E “a manipulação é, portanto, a forma suprema e radical como o homem intervém nas coisas do mundo físico” (Zubiri, 2016, p. 333).

Ao que seria o problema da realidade, a “experiência deixou assim o conjunto de dados meramente sensíveis”. Pois “ela não me dirá nunca por quê uma coisa produz determinada modificação sobre outras”, mas nos dá a experiência da dependência funcional, a experiência do ‘por’ e, neste caso, “a *techne* não está ligada à empiria” (Zubiri, 2016, p. 335).

Há uma unidade entre o “saber” e o “fazer” que nos remete à “estrutura primária e radical da manipulação”, que é a “técnica”. Recorrendo a Aristóteles, segundo o qual “ao homem não é dado conhecer as causas das coisas, mas como as coisas se modificam umas às outras”, Zubiri argumenta que a “ciência moderna” seria “pura *techne*” ou, como diríamos atualmente, “ciência aplicada” ou, ainda “aplicação da ciência” (Zubiri, 2016, p. 336).

A unidade do “saber” e do “fazer é uma “unidade de aplicação” e, portanto, o que definiria o ser humano como *homo sapiens*. Para Zubiri, se entendida em sentido cartesiano, a ciência e o que ela entende por *homo sapiens* cairiam no plano do que ele chama de “intelectualismo da técnica”, justamente por esse caráter de mera “aplicação, que para ele é insustentável, tanto porque afeta a ciência, quanto porque afeta aquilo que a ciência quer aplicar” (Zubiri, 2016, p. 336).

O conceito de aplicação, para Zubiri, é superficial, pois “não poderá deduzir-se nunca, por via da mera aplicação, o fazer do saber”. E, assim na ideia mais moderna de que “a técnica não é uma aplicação da ciência, o fazer real e

positivamente algo”. Nessa nova concepção da técnica, “o homem não seria *homo sapiens*, mas *homo faber*”, o que seria “uma concepção fabril da técnica” montada sobre dois conceitos fundamentais: (1) “o fazer é um fenômeno biológico que não tem nada a ver com o saber; o que chamamos instrumento é a prolongação dos órgãos do corpo”; e (2) “se refere a ver na técnica um momento de inteligência, mas não como conhecedora da realidade”, o que para Zubiri, seria “uma concepção meramente instrumental da inteligência”, uma vez que a colocaria como mera “elaboradora de esquemas de ação que vão fragmentando a realidade e a reduzindo a pontos fixos e sólidos” (Zubiri, 2016, p. 337).

Na concepção do pensamento zubiriano, “a função específica, básica e radical da inteligência consiste em enfrentar-se com as coisas da realidade”, de modo que podemos “dizer que a primeira função da inteligência é biológica”, nos fazendo “assumir o controle da situação para poder viver”. Entretanto, “isso não tem nada a ver com o mundo dos conceitos”, pois “através desta função atinge o ponto preciso onde reside a unidade da técnica” (Zubiri, 2016, p. 338).

“O próprio da técnica, diz Zubiri, não é fazer instrumentos para situações que não se apresentaram e nunca vão se apresentar”, e sim fazê-los em uma situação em que “não só servem para resolvê-la, mas que previnem todas as demais situações”. Para ele, entretanto, “os instrumentos não são prolongamentos dos órgãos, mas realização progressiva de poder sobre a realidade: são instrumentos de realidade”. Por isso, “em toda intervenção humana estão dadas, desde o início, as três dimensões” (Zubiri, 2016, p. 340), a seguir:

[...] a factiva, a do saber e o da aplicação, que pela evolução posterior diferenciará o arquiteto do técnico e do intelectual ou cientista. **A técnica é constitutiva e fundamentalmente intervenção em realidades.** E por isso o homem não é nem *homo sapiens* nem *homo faber*, mas as duas coisas em unidade radical, porque é um **animal de realidades não apenas sentidas**, mas feitas por uma **inteligência senciante** (Zubiri, 2016, p. 340-341, grifo nosso).

### **6.3.2.2 As dimensões do ser humano**

Zubiri empreendeu em todo seu percurso intelectual ensaios que giravam em torno do que ele chama de “**dimensões do ser humano**” ou “**dimensões estruturais do eu**” (Zubiri, 2016, p. 187, grifo nosso). Esses textos foram

agrupados após sua morte, mas começaram a ser escritos em 1959 e demonstram que as preocupações com o problema do ser humano já o acompanhavam desde o início e seguiram por todo seu percurso intelectual, seja falando de ciência, de inteligência, de realidade e até de Deus (afinal, Zubiri também era teólogo).

Para Corominas (2006, p. xix), “a visão de dimensão expressa muito precisamente a peculiar visão sistêmica” do filósofo, pois “não só responde ao intento de superar o esquema substância-acidente por meio de um esquema estrutural em que todas as notas formam um só sistema”, mas também “o esquema habitual de interioridade-exterioridade, subjetivo e objetivo, mediante a uma consideração anterior a estes tipos divisões”.

O ser humano, então, na concepção de Zubiri, possui três dimensões estruturais: a “individual”, a “social” e a “histórica” e é sobre elas que vamos nos debruçar.

#### *6.3.2.2.1 O ser humano é um animal individual*

Ao enunciar isso, Zubiri (2006, p.189) quer dizer que “toda realidade enquanto tal é individual, não só em si mesma”, mas “por si mesma”. Esse individual “não é considerado como um caráter abstrato do homem, nem como sua nota mais básica” (Corominas, 2006, p. xix), mas como “uma dimensão que surge de sua realidade específica e social”.

O ser humano é uma “realidade substantiva” e, como tal, “se afirma a si mesmo” em um “ato que chamamos de Eu, frente a toda a realidade possível” e, neste sentido, sua realidade “é absoluta frente a toda outras realidades”, fazendo com que seu “ato de ser Eu” seja também “um ato em que se afirma este caráter absoluto seu”. Este Eu, entretanto, “não é a realidade do homem”, pois “o homem é real muito antes de ser Eu” (Zubiri, 2016, p. 32).

Tendo o ser humano “o caráter de ser um Eu, e por conseguinte uma pessoa”, sua “realidade é uma realidade que está entre outras pessoas”, de uma maneira “constitutiva e radical” já que o “homem é uma realidade que forma espécie: é específica” (Zubiri, 2016, p. 33).

Todas as notas do “animal humano, pelo mero fato de ser reais são individuais neste sentido”. De modo que, “ao dizer que o animal de realidades é um animal individual, queremos dizer algo distinto” e não “próprio de toda a realidade, mas tão só do animal humano”, animal que “se pertence a si mesmo em sua própria realidade”, pois “tem suidade” (Zubiri, 2006, p. 190).

O ser humano possui “diversidade individual”; ou seja, é indivíduo, pois tem uma “diversidade diferencial” a respeito de outro indivíduo (Zubiri, 2016, p. 34). Entretanto, “a individualidade nada tem a ver com que haja ou não outros indivíduos” e sim intrínseca e formalmente “indivíduos da mesma espécie” (Zubiri, 2006, p. 191).

Com os demais indivíduos, o ser humano esse “animal individual”, “não somente se encontra em alteridade”, mas “se encontra incorporado no **corpo social**”. Como esse “corpo social não tem substantividade, ainda que seja real, a **corporeidade social** faz com que o homem exista no modo de alteridade como fonte de possibilidades” (Zubiri, 2006, p. 308, grifo nosso).

É como “corpo social” que “o homem se encontra incorporado na sociedade”. Essa incorporação é “apropriação de possibilidades das demais vidas como possibilidades da própria” vida, sendo isso que o ser humano “mais do que poderia só com o seu corpo”. Zubiri admite aqui que “o homem pode mais em um corpo social do que poderia individualmente” e vai além dizendo que “o homem como animal de realidades é mais porque está em um corpo social, capaz de estabilizá-lo e liberá-lo para planos superiores” (Zubiri, 2006, p. 310).

O corpo social não tem substantividade e, por isso, todos os seres humanos de uma sociedade o constituem solidariamente, mas, ao largo de todas suas vicissitudes, ao largo da história (Zubiri, 2006, p. 323); tendo, assim, o ser humano chegado “à convivência social desde sua própria animalidade aberta desde si mesmo à realidade”. A sociedade humana “não é mera agrupação animal, mas convivência real” e “tão pouco é uma coexistência qualquer de realidade, porque esta coexistência é resultado de uma pura inteligência, uma inteligência senciente” (Zubiri, 2006, p. 194). “Esta convivência de realidades humanas é a essência da sociedade” (Zubiri, 2006, p. 195).

### 6.3.2.2.2 O ser humano é um animal social

Para Zubiri, “cada homem leva dentro de si os ‘outros’ em forma de socialidade”. Essa socialidade é a própria realidade do social e “pertence ao homem inteiro como animal de realidades, pertence à sua forma de realidade”. A socialidade é constituída de três momentos: “versão”, “convivência” e “habitude”, que se “encontram fundados cada um no anterior, em uma ordem de fundamentação essencial” (Zubiri, 2006, p. 196).

Versão não é algo abstrato, mas concreto. Algo que “acontece dentro da mesma espécie”, portanto genético. Estamos “vertidos” aos demais humanos. Assim, “a versão é antes de tudo a constituição do mundo humano” e, uma vez constituído esse mundo, encontramos “os outros” (Zubiri, 2016, p. 43-46).

Convivência é “correalidade”, pois “conviver é que minha vida tome corpo na vida dos demais”, constituindo “minha realidade em coprincípio com os outros”, princípio de “presencialidade atual”. O corpo social, conforme abordamos acima, “é um fenômeno radical de convivência”. Assim, conviver, para Zubiri, é “formar corpo com os demais, estar geneticamente e como realidade atualmente presente aos demais” (Zubiri, 2016, p. 55).

Habitude é um “modo de enfretamento das coisas” (Zubiri, 2006, p. 43), de maneira que a “convivência” do ser humano com outros seres humanos, formando um “corpo social”, confere a ele uma habitude, a “habitude da alteridade”. E isso consiste formalmente “a minha realidade”, de modo que estou “afetado em refluência pelo social”.

Ao encontrar-se na sua dimensão social, o ser humano de realidades deixa de “ser individual” e passa a ser um “ser comum”. Uma vez que “a realidade humana é social ‘*de suyo*’, a socialidade não é uma mera propriedade do homem” que, em “sua virtude, é o ser que esta realidade determina em si mesmo, formal e constitutivamente comum” (Zubiri, 2006, p. 196).

Uma realidade que “*de suyo*” é social determina um ser que em si mesmo é “comunal” por assim dizer. Portanto, não é verdade que “o ser é comum”, a verdade é que ser é “ser-comum”. Comum, comunalidade, pertence dimensionalmente à índole do ser do homem em si mesmo (Zubiri, 2006, p. 198).

Portanto, “individualidade e comunalidade, ‘ser-individual’ e ‘ser-comum’ são duas dimensões do ser substantivo enquanto tal” e, portanto, a

personalidade é uma “individual” e “social”, sem nenhuma prerrogativa de uma das dimensões sobre a outra. A “socialidade” é uma “dimensão essencial concrecional” da personalidade, sem a qual, minha personalidade não seria o que é, e nem sequer haveria “personalidade” (Zubiri, 2006, p. 198).

#### 6.3.2.2.3 *O ser humano é um animal histórico*

Para Zubiri (2016, p. 79), “sem tradição não há história”. Para ele, o ser humano está em uma marcha na direção de outra “realidade humana” e entregando “modos de estar vivamente na realidade. A unidade da vida ‘real’ de acordo com a tradição é a essência da história como momento de ‘minha’ forma de realidade”. Para ele, “a história é essencial ao momento de realidade”, pois “só quando o que se transmite é um modo de vida ‘real’ é que temos história” (Zubiri, 2006, p. 200).

“A tradição tem, pois, primeiro um momento constitutivo que é seu momento radical”. Pois, “ao homem que nasce não somente outorgam-lhe certas notas geneticamente determinadas, de caráter psico-orgânico”, e “mesmo que ele seja vagamente abandonado no planeta, está instalado em uma certa forma de estar na realidade” (Zubiri, 2016, p. 79).

Mas tradição, para Zubiri, é também “continuidade de formas de vida e não só continuidade de uma geração vivente”, é “entrega de realidade” (Zubiri, 2006, p. 202) e “tradição continuante”; e, nesse segundo momento, enormemente duro porque, em toda entrega constitutiva, o destino da tradição, que é o continuante, será jogado (Zubiri, 2006, p. 80).

Em um terceiro momento, o ser vivente, em contato com tradição, terá que fazer uma escolha, pois a tradição tem um caráter progressivo; isto é, o ser humano não está simplesmente instalado em uma forma de realidade que lhe é entregada; ele não somente a recebe segundo uma continuidade, mas sobre esse recebido e com o apoio desse recebido, esse novo vivente humano vai fazer, sobre seu modo entregado de estar na realidade, operações parecidas com as que fizeram seus antecessores (Zubiri, 2016, p. 80).

Em uma perspectiva histórica, o que “a realidade humana será não esta determinada no princípio dos tempos”, mas depende “das possibilidades que estejam apropriadas em cada situação concreta”, sendo a história “uma

verdadeira apropriação de possibilidades” na qual “há espaço para a inovação e criatividade” (Bernardes, 2023, p. 97); assim, “por nascer em determinado momento da história o homem tem uma forma de realidade distinta da que teria se houvera nascido em outro momento” (Zubiri, 2006, p. 208).

Para Bernardes (2023, p. 97), a história não pode ser reduzida a uma transmissão de sentido – “a visão hermenêutica”, pois ela possui uma racionalidade que tratam de entender como umas possibilidades condicionam outras.

[...] o sentido não constitui a realidade da vida como determinante do sentido de seu conteúdo de vida real, mas em que a vida seja uma realidade que, por ser ela mesma, o que o que é como realidade, tem que ter sentido. **O problema não é o sentido da realidade, mas a realidade do sentido mesmo como momento real da vida real** (Zubiri, 2006, p. 206, grifo nosso).

Para Zubiri, “o dinamismo social que concerne à forma de realidade como princípio constitutivo de associação; recai, pois, sobre o que de fato é atualmente o homem”. De modo que “cada homem possui a si mesmo como realidade” em “uma forma de comunidade” e com umas “possibilidades ancoradas naquelas”; isto é, “de acordo com uma forma histórica” (Zubiri, 2016, p. 209).

Para Zubiri, a “dimensão radical histórica” do Eu é a “etriedade” (Zubiri, 2016, p. 100), ou a “acrescência”, que, em Zubiri, significa que o homem, o ser da realidade substantiva, é um “ser assentado” sobre um intrínseco “momento seu” determinado pelo que a tradição confere à realidade. A tradição, por sua vez, não só entrega a realidade como “realidade nua”, mas a entrega como possibilidades de vida. Portanto, o “ser da realidade substantiva é um ser que ‘é’, mas assentado em suas próprias possibilidades de ser”, em seus próprios “supostos entitativos”, fazendo do ser de realidade substantiva um modo se ser “ab-soluto” (Zubiri, 2016, p. 212).

### **6.3.2.3 Dimensões como momentos estruturais funcionais**

O animal de realidades zubiriano possui três dimensões. A primeira, a individual, na qual o Eu é comumente “eu” (pessoa); a segunda, a social, em que o Eu é comunal e tem um ser-comunal; a terceira, a histórica, na qual Eu é etário ou acrescente. Para ele, “o Eu se afirma como absoluto frente a toda a realidade” não é sendo somente um “cada qual” e “comunal”, mas também sendo etário,

“uma vez que a etariedade (ou acrescência) do ser e não só da realidade humana” (Zubiri, 2016, p. 100).

Para Zubiri, sendo “a realidade formalmente substantiva”, as “dimensões são de índole, por assim dizer, funcional”; isto é, “o ser da realidade substantiva de cada um está codeterminado pelo ser dos demais”; ou seja, “o ser da realidade substantiva está codeterminado” como um individual, comunal e etário (Zubiri, 2006, p. 215).

Por ser cada dimensão “funcional geneticamente e não conceptivamente”, essas dimensões categorizadas por Zubiri admitem “graus”. Assim, em primeiro lugar, “não é individual, comunal ou etário” apenas, mas é “mais ou menos” individual, “mais ou menos” comunal e “mais ou menos” etário e, de uma forma ou de outras convivem (Zubiri, 2006, p. 216).

Em segundo lugar, pelo fato de serem “funcionais” e estarem “determinadas” evolutivamente essas dimensões, têm um sentido e uma direção que não estão univocamente determinadas, quer dizer que “em cada dimensão cada um dos homens pode estar determinado em direção não só progressiva ou positiva, mas também em direção regressiva em negativa, ou até em direção marginal”; ou seja, “um homem ou uma comunidade podem estar declinando à margem da marcha humana”. Por isso, “estas denominações ‘individual, comunal e etária’ denominam uma função, de certo modo, a *posteriori*” que “indicam a linha em que se situa a determinação, mas não seu valor positivo, negativo ou marginal” (Zubiri, 2006, p. 216).

E, finalmente, “estas dimensões funcionais têm um valor estritamente limitado”, pois, como já vimos, a unidade dos membros de uma espécie [o ser humano neste caso] não é unidade de coexistência, mas de convivência, e o “caráter genético e a unidade específica dos membros limitam as condições e os limites da convivência” e “esta convivência geneticamente produzida envolve em efeito, uma distribuição conforme diversos fatores”: número, espaço e tempo, por exemplo. Essa distribuição, segundo Zubiri, “não é um acidente, mas um momento constitutivo de toda convivência geneticamente produzida” e, ainda, “limita essencialmente as condições e os limites da convivência”, pois envolve um momento inevitável: “o momento de pluralismo” (Zubiri, 2006, p. 216) que detalharemos a seguir.

#### **6.3.2.4 Pluralismo de círculos de convivências**

Na abordagem de Zubiri, “a convivência é, em efeito, plural enquanto convivência”. Desde logo, estabelecemos círculos de convivência familiares; ou seja, imediatas. Entretanto, tal convivência pode ser mais mediata, pois se podem construir diversos círculos de convivência. E, “em cada um deles, seus membros convivem diretamente entre si”, mas “os membros de cada círculo só convivem mediatamente com outros círculos”, tão só, “na medida em que os outros círculos convivem imediatamente entre si em maior ou menor frouxidão”. É claro que esses círculos podem, às vezes, “perder totalmente o contato entre si e estar totalmente isolados, ser totalmente independentes” (Zubiri, 2006, p. 216).

Para Zubiri, “o pluralismo [desses] círculos de convivência é um fato elemental bem patente”. E é esse “caráter plural” que “limita as dimensões funcionais do ser de cada um”, pois essas dimensões só têm sentido pleno e rigoroso enquanto determinadas pela convivência”: a “frouxidão” e a “independência” da “convivência” determinam por “uma frouxidão ou inclui uma independência nas dimensões do ser do homem”, o que é essencial (Zubiri, 2006, p. 216).

##### *6.3.2.4.1 O pluralismo limita a individualidade*

Não estamos falando de “individualidade diferencial”, pois “esta se encontra fundada na diversidade”. A diversidade, argumenta Zubiri, só é estrita, quando referida aos “membros de uma convivência”, pois a “diversidade é algo muito distinto da mera alteridade de singulares”. Por razão do pluralismo, “a diversidade lentamente desaparece à medida que se afasta da linha da homogeneidade até se tornar pura alteridade” (Zubiri, 2006, p. 217).

E, desse modo, ao passo que “a distribuição separa e limita as pessoas” e estas vão sendo cada vez “menos diversas e mais meramente outras”; e como a “individualidade é a diversidade do ser de realidade substantiva”, “à medida que vai se perdendo a linha da homogeneidade convivencial, se vai perdendo a individualidade”, e no limite “teremos pessoas incomparáveis”. De forma que, para Zubiri, “o pluralismo limita a individualidade” (Zubiri, 2006, p. 217).

#### 6.3.2.4.2 O pluralismo limita a comunalidade

Se “a distribuição constitui círculos sociais distintos”, esses “círculos têm uma independência maior ou menor”, de modo que, por um lado, vão em direção da família ao clã e à tribo; por outro, da cidade à religião e à nação. Acontece que “esses círculos convivem entre si de um modo mais ou menos frouxo”: convivem as famílias as cidades, as nações etc. “A convivência, para Zubiri, constituía sociedade”. E, mesmo considerando “cada indivíduo dentro dos círculos” e “os círculos entre si” de modo que “toda cidade só o é a respeito de um círculo de convivência”; vemos que, cada vez mais, que não vão sendo igualmente sociais a família, a tribo, a igreja etc. (Zubiri, 2006, p. 218).

No limite, “teremos sociedades independentes por isolamento completo”; e, na perspectiva de Zubiri, “a sociedade” é, pois, “constitutivamente social” e, se é verdade que “todo homem é social ‘*de suyo*” e, por elo, “pertence a uma sociedade”, esta “socialidade está limitada”, pois “pertence só a uma sociedade muito precisa”. Assim, “se as sociedades são completamente independentes, não há comunalidade do ser da realidade substantiva que as abarque unitariamente” (Zubiri, 2006, p. 218-219).

O dinamismo social, argumenta Zubiri, “leva inegavelmente à ampliação do raio da sociedade”, já que “homens que antes não conviviam, agora, em vez disso, convivem com frouxidão maior ou maior, mas em real convivência”<sup>4</sup>, daí que o “ser da realidade substantiva” do ser humano começa a ser “comum” e “comunal”. Antes, havia várias “comunalidades” e hoje começa a “não haver mais que uma”, porém essa “comunalidade exige graus”. Assim, “o pluralismo limita inexoravelmente o ser de cada um” (Zubiri, 2006, p. 219).

---

<sup>4</sup> Vale lembrar aqui que Zubiri escreveu este texto na década de 1970 e não havia ainda o fenômeno da Internet e das redes sociais. Por isso, vale registrar o comentário dele: “Provavelmente, é nossa época, a primeira em que a humanidade constitui todo ou frouxamente que se queira, uma sociedade verdadeiramente una e única” (Zubiri, 2006, p. 217).

#### 6.3.2.4.3 O pluralismo limita a *acrescência*

Por fim, finalizando nosso excuro sobre “o homem de realidades”, Zubiri argumenta que “o pluralismo de comunidades também limita a *acrescência*”. Como dissemos, “o homem é ‘*de suyo*’ uma realidade histórica” e “o acontecer histórico e constitutivamente plural”. Basta olharmos para o passado para perceber que até hoje “não há uma história universal”, pois “o sujeito próprio da história é a comunidade social”, também plural. É plural tanto pela “tradição” quanto pelo “tempo histórico”. Em Zubiri, tomamos como argumento que “há um sincronismo histórico extrínseco, mas não um mesmo tempo histórico” (Zubiri, 2006, p. 219).

Para comunidades independentes há dois tempos, mas “quando a convivência social vai se fazendo total vai se construindo também um tempo único”. “O homem é ‘*de suyo*’ histórico, mas pertence a ‘esta’ sociedade precisa, ‘neste’ preciso momento da história dela” e, assim, “a unidade do tempo vai sendo certamente única, mas não unívoca”. Perceba que “a história e o tempo são, pois, constitutivamente plurais” e o “ser da realidade substantiva de cada ser humano historicamente considerado é *etário* ou *acrescente*”. Em sua virtude, “a *ascensão* do seu ser é plural”. Assim, Zubiri, mais uma vez, argumenta sobre o problema do pluralismo de convivência: “ele limita irremediavelmente o ser ‘*etário*’ de cada um, porque limita sua *ascensão*” (Zubiri, 2006, p. 220).

Essas dimensões, nos diz Zubiri (2006, p. 221), “individualidade”, “comunalidade” e “*acrescência*”, como vimos, são momentos do ser da realidade substantiva de cada pessoa, mas não o ser da realidade substantiva em si mesma. São, entretanto, dimensões estruturais. Em suas virtudes, essas dimensões são o “último toque na concretude da pessoa humana”, assim, cada ser humano, portanto, é “um ser, uma personalidade individual, social e historicamente determinada em toda sua concretude.”

Dada então as condições teóricas do que pensamos ser uma filosofia do ser humano de base zubiriana possível para dialogar com a Ciência da Informação, formularemos a seguir uma breve síntese do pensamento zubiriano acerca da ciência, da pesquisa e da verdade, assim como sua teoria da inteligência senciente e as bases para que, de posse dos principais conceitos,

possamos, enfim, articular os argumentos da tese e confirmar, ou não, nossa hipótese.

#### 6.4 SÍNTESE METODOLÓGICA E TRANSIÇÃO

Como vimos, o conceito de ser humano na antropologia filosófica vem apresentando mudanças ao longo da história. A perspectiva sobre o ser humano variou desde uma abordagem cosmológica na antiguidade, passando pela relação com Deus no medievo, até a afirmação do ser humano como "sujeito" na modernidade. No pensamento contemporâneo, há uma consciência da inutilidade das construções modernas, sobretudo em face do existencialismo, e uma perda da própria personalidade diante do nada.

A compreensão do percurso humano ao longo dos séculos é fundamental para a atualidade das ciências sociais, incluindo a Ciência da Informação. As questões epistemológica e ontológica se entrelaçam, apontando para a necessidade de uma guinada antropológica na Filosofia da Ciência da Informação como uma ciência social e considerando o documento um objeto social.

Ivan Domingues destaca a necessidade de focalizar a visão de ser humano patrocinada pelas ciências humanas e sociais, considerando os legados e desafios que cercam a questão antropológica na contemporaneidade.

Uma análise sobre os caminhos das ciências humanas revela um *gap* entre natureza e cultura, resultando em tendências como o relativismo cultural e o historicismo radical. O relativismo cultural é considerado um dos maiores legados das ciências humanas, descentrando o ser humano em diferentes aspectos, como a teoria heliocêntrica de Copérnico, a teoria da evolução de Darwin etc.

Destacamos as reações ao relativismo em que se buscaram constantes, estruturas e leis da história. Essa busca por padrões é vista como uma resposta universalista para superar os descentramentos da natureza humana. No entanto, essa abordagem gerou um indivíduo pós-moderno desgarrado, levando à necessidade de uma abertura para a antropologia filosófica.

Propõe-se, então, o autor, uma Antropologia filosófica da Ciência da Informação, utilizando a perspectiva realista zubiriana que busca fundamentos

antropológicos na inteligência humana e na realidade, além de dimensões estruturais e dinâmicas do ser humano.

Assim, orientamos a pesquisa em uma abordagem metodológica que recusa o relativismo pós-moderno e busca uma compreensão filosófica da relação entre o ser humano e os documentos na Ciência da Informação, evitando perspectivismos e adotando conceitos para dar sentido à diversidade sem cair no relativismo. A perspectiva realista zubiriana é, assim, apresentada como base para sustentar o estudo na interface entre a Ciência da Informação e a antropologia filosófica.

O texto discute as perspectivas de Xavier Zubiri sobre a ciência, a verdade e a pesquisa, utilizando uma abordagem crítica à ciência pós-moderna. O autor destaca a influência da filosofia de Zubiri e sua relação com a visão de Bourdieu sobre a ciência. Zubiri critica a abordagem meramente conceitual na ciência, defendendo a necessidade de penetrar na "verdadeira realidade".

Zubiri propõe uma visão em que ciência e filosofia não são independentes, mas interdependentes. Ele argumenta que não pode haver prioridade intrínseca entre o saber e a realidade, destacando a congruência estrita entre eles. Em seu texto clássico, *Nossa situação intelectual*, de 1942, Zubiri aborda a confusão na ciência, a desorientação no mundo e o descontentamento íntimo do cientista consigo mesmo.

O filósofo espanhol critica a tendência da ciência moderna de se tornar uma técnica, medida apenas por sua utilidade imediata. Ele destaca a perda progressiva da consciência dos fins humanos, levando a um mundo caótico e a uma desorientação da função intelectual. Zubiri alerta para a necessidade de restaurar a vida intelectual e aprofundar a compreensão da verdadeira realidade.

No discurso de 1982 sobre pesquisa científica, Zubiri argumenta que o pesquisador deve investigar não apenas a verdade das afirmações, mas a verdade da própria realidade. Ele destaca a importância de dedicar-se à verdadeira realidade e professar essa realidade na pesquisa. Zubiri enfatiza que a pesquisa é um movimento de busca inacabável, pois a realidade é constitutivamente aberta.

O filósofo defende a necessidade de ater-se às coisas mesmas, utilizando um método que antecipe fenômenos e force a natureza com perguntas. Ele destaca que a verdade pressupõe um sistema de questões prévias com as quais

a inteligência enfrenta a realidade. Zubiri argumenta que a ciência tem uma história condicionada e que o sistema de perguntas nasce da estrutura total da inteligência humana.

Em resumo, Xavier Zubiri propõe uma abordagem filosófica da ciência, destacando a importância de penetrar na verdadeira realidade, restaurar a vida intelectual e adotar uma abordagem de pesquisa que vá além da mera resolução de problemas, buscando constantemente compreender a estrutura da realidade.

Em sua filosofia da Inteligência Senciente, Xavier Zubiri oferece uma visão única sobre o conhecimento. Para ele, saber não se resume a raciocinar ou especular, mas é um ato de aderir modestamente à realidade das coisas. Esse enfoque é crucial para compreender sua concepção de sentir e entender, dois modos de apreensão sensível que não se opõem, mas coexistem.

No âmbito do sentir, Zubiri destaca três momentos: a suscitação, a modificação do tônus vital e a resposta. A coisa sentida deixa uma impressão no senciente, passando por uma sequência de momentos que culmina na força de imposição. Esse processo é crucial para a compreensão da "impressão de realidade", uma unidade intrínseca desses três momentos que constituem o sentir intelectual.

Ao abordar a relação entre sentir e entender, Zubiri ressalta que, embora sejam atos distintos, são interligados. A impressão da realidade é um único ato, uma apreensão primordial da realidade que envolve tanto o sentir intelectual quanto o entender senciente. Essa síntese culmina na introdução do termo "inteligência senciente" para descrever essa apreensão impressiva de realidade.

É importante notar que, para Zubiri, a inteligência humana ocorre mediada pelo *logos*, mas há uma apreensão mais profunda e radical da realidade que precede à hermenêutica e está além do sentido. A realidade, para Zubiri, é anterior ao sentido, e sustentar a apreensão primordial da realidade implica reconhecê-la não como algo além da apreensão, mas como algo intrínseco a ela.

Na visão zubiriana, a inteligência senciente é o fundamento da existência humana. A partir dele, podemos propor uma antropologia filosófica realista, indo além de considerar o ser humano simplesmente como um ser "simbólico" ou "racional". Para Zubiri, o ser humano é, essencialmente, um "animal de realidades".

A abertura do ser humano à realidade das coisas é uma característica marcante, tornando-o um "animal de mundo" que vive o presente no presente, mas também é capaz de projetar-se no futuro. Zubiri destaca a diferença entre previsão, característica dos animais; e projeção, característica única do ser humano, que é dependente da inteligência para adaptar o meio a si mesmo.

A cultura, para Zubiri, é resultado dos esforços humanos para sobreviver e conformar um mundo às suas necessidades. Ele destaca a responsividade e responsabilidade do ser humano na construção de sua personalidade, que é moldada ato a ato, golpe a golpe. A marcha da razão, que busca cada vez mais explicações, revela a incessante busca humana por compreensão e conhecimento.

Assim, a filosofia de Zubiri oferece uma perspectiva profunda e integrada sobre a natureza da inteligência senciente; ou seja, a relação entre sentir e entender, a apreensão primordial da realidade, conceitos necessários para a fundamentação de uma antropologia filosófica realista.

Em sua filosofia do ser humano, Zubiri, alheio a vontades morais e modos intelectuais, propõe o ser humano como um "animal de realidades", movendo-se entre as coisas reais para realizar-se a partir de uma realidade fundamental. Sua abordagem filosófica reconstrói conceitos como razão, ser humano, realidade, entre outros.

Enquanto alguns teóricos argumentam que Zubiri desenvolveu uma disciplina autônoma em vez de uma antropologia filosófica, outros, como Ignacio Ellacuría e Laín Entralgo, buscam construir uma antropologia a partir dos desenvolvimentos zubirianos. Zubiri foca na compreensão do ser humano por meio do estudo da inteligência humana (noologia), e sua antropologia depende diretamente da metafísica.

Para ele, o ser humano, afetado pela verdade, é apoderado por ela em sua dimensão individual, social e histórica, enfrentando novas estruturas. Ele contesta a divisão tradicional entre esfera subjetiva e objetiva, propondo um ponto de partida radical. O ser humano, pela inteligência senciente, está aberto à realidade das coisas, vivendo no presente, mas construindo histórias, memórias e registros desde o início de sua jornada humana.

Zubiri destaca a importância do tempo no ser humano, considerando o futuro como seu tempo próprio. Ele diferencia o ser humano dos animais pela

capacidade de projeção, adaptando o meio a si por meio do trabalho. Isso resulta na cultura, exclusiva da espécie humana, em virtude da sua condição de animal imaturo biologicamente e dotado de liberdade e responsabilidade.

Quanto à técnica, Zubiri discute a manipulação e intervenção do ser humano na realidade. Ele destaca a unidade entre saber e fazer, aceitando o ser humano como *homo sapiens*, mas questiona o intelectualismo da técnica, argumentando que a ciência moderna seria pura *techne*. Zubiri propõe uma concepção mais profunda da técnica, relacionando-a à inteligência senciente e à intervenção nas realidades. O ser humano, para ele, é tanto *homo sapiens* quanto *homo faber*, em uma unidade radical como um animal de realidades feitas pela inteligência senciente.

Zubiri dedicou seu percurso intelectual à exploração das "dimensões do ser humano" ou "dimensões estruturais do eu". Esses ensaios, escritos a partir de 1959 e indo até o fim de sua jornada intelectual, abordam o ser humano ante a diversas temáticas, desde a ciência e a inteligência até a realidade e a teologia.

Na dimensão individual, ele propõe que a individualidade humana não é apenas um traço abstrato, diz Zubiri, mas uma dimensão que emerge da realidade específica e social. O "Eu" humano se afirma como absoluto em relação a toda a realidade possível, não sendo apenas um aspecto abstrato, mas uma expressão da realidade substantiva do ser humano.

Ao enfatizar a "suidade" do ser humano, Zubiri destaca a capacidade do ser humano de se pertencer a si mesmo em sua própria realidade. A individualidade, nesse contexto, não é apenas uma condição isolada, mas sim uma característica que surge da realidade específica e social do ser humano. Além disso, a incorporação no corpo social amplia as possibilidades do ser humano, permitindo-lhe realizar mais do que seria possível individualmente.

Zubiri aborda a socialidade como uma característica intrínseca do ser humano, composta por três momentos: "versão", "convivência" e "habitude". A "versão" refere-se à constituição do mundo humano, destacando que os indivíduos estão geneticamente vertidos aos demais. A "convivência" é considerada uma correalidade, na qual a vida de um indivíduo se entrelaça com a dos outros, formando um corpo social. A "habitude" representa a aquisição de modos de enfrentar as coisas, resultantes da convivência social.

Na dimensão social, o ser humano transcende sua individualidade e se torna um "ser comum". A comunalidade é essencial para a personalidade, e Zubiri destaca que o "ser-comum" é parte integrante da própria natureza do ser humano. A socialidade não é apenas uma propriedade do ser humano, mas uma característica que determina sua forma de realidade de maneira essencial e concrecional.

Na dimensão histórica, Zubiri destaca a importância da tradição na formação da realidade humana. Ele argumenta que a história é essencial para a vida humana, dependendo da tradição como entrega de possibilidades de vida. A tradição é vista não apenas como uma continuidade de formas de vida, mas também como uma entrega de realidade e possibilidades de vida.

A "etariidade" ou "acrescência" é introduzida como a dimensão radical histórica do eu. Isso significa que o ser humano é um ser assentado sobre um momento intrínseco determinado pela tradição. A escolha feita por cada geração, ao interagir com a tradição, molda a realidade de forma progressiva, evidenciando a natureza dinâmica da história e a capacidade do ser humano de inovar e criar.

Zubiri concebe as dimensões como momentos estruturais funcionais do animal de realidades. Essas dimensões (individual, social e histórica) não são simplesmente estáticas, mas funcionam de maneira codeterminada. Elas não são univocamente determinadas, permitindo variações e graus.

Ele destaca que as dimensões são funcionais geneticamente, o que implica uma codeterminação entre elas, que não é apenas conceitual, mas tem implicações filéticas e está sujeita a variações; sugerindo, assim, que as dimensões têm um valor estritamente limitado em razão da necessidade de distribuição conforme fatores como número, espaço e tempo.

A abordagem de Zubiri oferece uma visão rica e integrada das dimensões do ser humano, indo além das dicotomias simplistas. As dimensões individuais, sociais e históricas são consideradas interconectadas e codeterminadas, formando uma tapeçaria complexa da existência humana. O autor, então, destaca a dinâmica e a evolução dessas dimensões ao longo do tempo, reconhecendo a capacidade humana de moldar sua própria realidade por meio da interação com a tradição e da escolha consciente. Essa abordagem oferece uma compreensão profunda e holística da natureza humana.

O pluralismo de círculos de convivência, segundo a abordagem de Zubiri, destaca a natureza plural da convivência humana. Os círculos de convivência podem ser imediatos, como os familiares, ou mais mediados, envolvendo diversos grupos. Cada círculo possui membros que convivem diretamente, mas a convivência entre diferentes círculos é mediada pela relação entre eles.

Para Zubiri, o caráter plural desses círculos é um fato elemental que influencia as dimensões funcionais do ser humano. A "frouxidão" e "independência" na convivência determinam limites nas dimensões do ser de cada indivíduo. O pluralismo, portanto, tem um papel central na definição das características do ser humano.

Esse pluralismo também impacta a individualidade, conforme argumentado por Zubiri. A diversidade, que está fundamentada na convivência, difere da mera alteridade de indivíduos singulares. À medida que os círculos de convivência se afastam da homogeneidade, a diversidade diminui, levando à perda da individualidade e à eventual incomparabilidade entre pessoas.

Além disso, o pluralismo limita a comunalidade, já que os círculos sociais podem ser mais ou menos independentes. A sociedade, segundo Zubiri, é constitutivamente social, mas a independência completa entre sociedades resulta na ausência de uma comunalidade que abranja unitariamente o ser da realidade substantiva.

O dinamismo social, no entanto, pode ampliar o raio da sociedade, promovendo uma maior comunalidade entre diferentes grupos. No entanto, mesmo nesse processo, Zubiri destaca que o pluralismo inexoravelmente limita o ser de cada indivíduo.

Finalmente, Zubiri argumenta que o pluralismo de comunidades também limita a acrescência, considerando o ser humano como uma realidade histórica. O acontecer histórico é intrinsecamente plural, e a falta de uma história universal reflete a pluralidade das comunidades sociais. O tempo histórico é plural, e a unidade do tempo se desenvolve à medida que a convivência social se torna mais total, limitando a ascensão do ser etário de cada indivíduo.

Assim, as dimensões de individualidade, comunalidade e acrescência são momentos estruturais do ser da realidade substantiva de cada pessoa, conferindo concretude à sua personalidade individual, social e historicamente

determinada. Zubiri destaca que essas dimensões são o último toque na concretude da pessoa humana.

## **7 O SER HUMANO, UM ANIMAL QUE DOCUMENTA A REALIDADE**

Até aqui, tudo o que fizemos foi nos apropriarmos de elementos teóricos que fomos colhendo ao longo de todo o nosso percurso de investigação para, agora, colocar à prova nossa hipótese, estabelecendo categorias que agrupem conceitos que, entre si, ofereçam resposta à nossa questão de pesquisa.

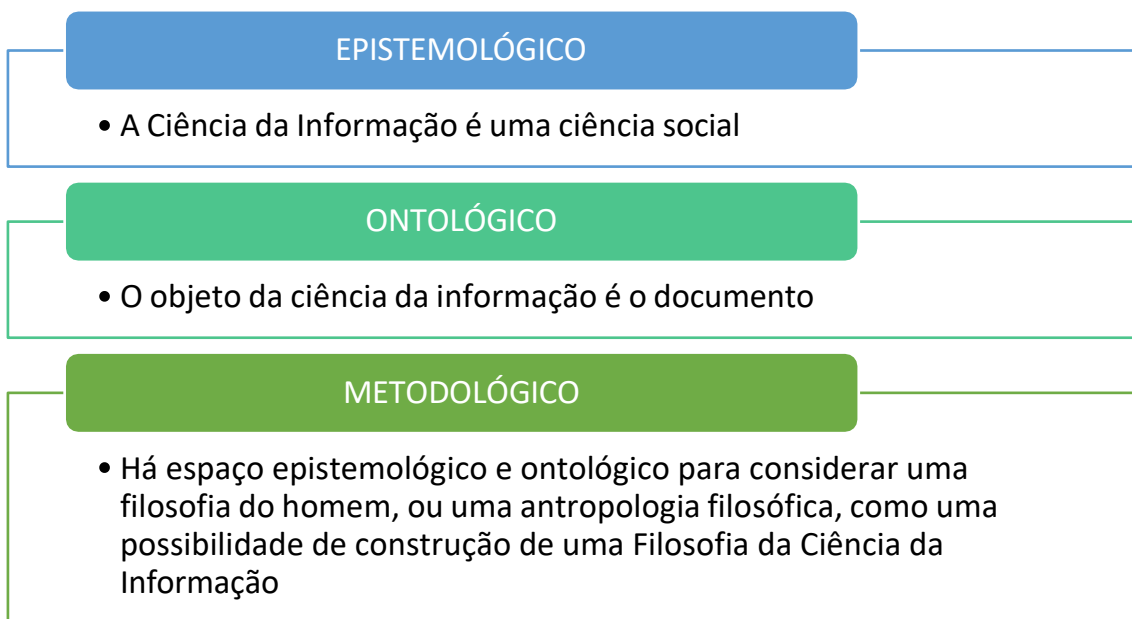
Afinal, há na Filosofia da Ciência da Informação espaço para uma antropologia filosófica? Se sim, quais seriam os horizontes filosóficos que, colocados dentro de pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, sustentam uma filosofia do ser humano orientada para a sua relação com o documento a partir das realidades social e histórica humana?

Nossa hipótese era a de que a filosofia que sustenta a Ciência da Informação, em seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, como uma “ciência social do documento”, pode ser estudada a partir de uma antropologia filosófica; ou seja, uma filosofia do ser humano.

Entre os muitos conceitos presentes no nosso trabalho, alguns são prementes: ciência, documento, humano, inteligência senciente e realidade, e, portanto, serão centrais na nossa discussão.

Se articulados, cada um desses conceitos, às vezes com apoio de um ou outro conceito secundário (por exemplo, as dimensões do ser humano e a noção de técnica), com o intuito de ajudar a construir as premissas necessárias para as proposições argumentativas que apresentaremos ao longa desta seção, nos ajudarão a demonstrar, com relativa facilidade, como os pressupostos de pesquisa (Figura 2) se articulam com esses conceitos, produzindo um conjunto de premissas que dão à Filosofia da Ciência da Informação um estatuto de filosofia do ser humano; ou seja, de antropologia filosófica.

Figura 2 – Pressupostos norteadores da pesquisa: epistemológicos, ontológicos e metodológicos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação à ciência, será considerado um conceito do âmbito epistemológico; ao documento, um conceito do âmbito ontológico; humano será, para nós, um conceito ambivalente, pois está tanto para o âmbito ontológico quanto para o âmbito epistemológico, uma vez que nele está o fundamento filosófico central, aquele que ancorará a ideia de uma antropologia filosófica que estamos propondo para a Ciência da Informação.

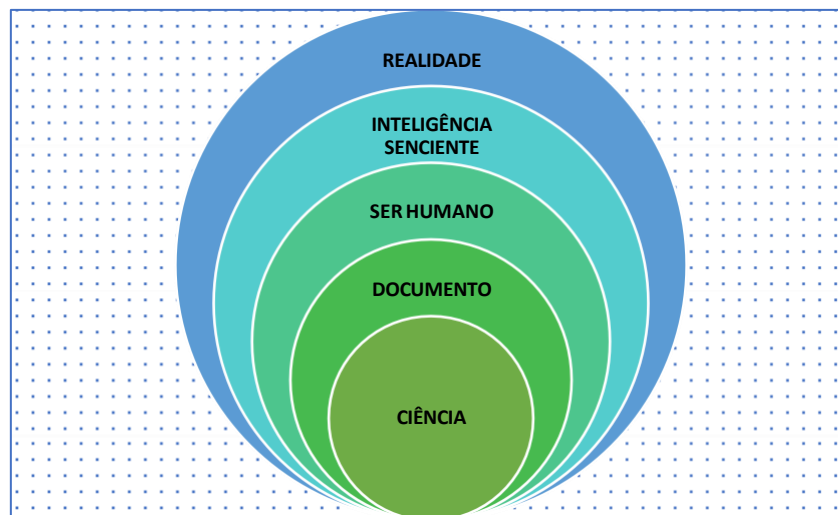
Já os conceitos de inteligência senciente e realidade são do âmbito metodológico, pois, para efeito desta tese, o humano, como vimos em Zubiri, é um animal de realidades, cuja inteligência no que diz respeito à “inteligência senciente” é o que fundamenta a existência humana.

Se esse humano que, para efeitos desta pesquisa, é considerado um animal de realidades que também é capaz de documentar a realidade, podemos estabelecer algumas premissas para dar corpo a um conjunto de argumentos que confirmem nossos pressupostos, sempre apontando, é claro, cada conceito para um dos pressupostos, conforme descrito no parágrafo anterior.

Ainda sobre os conceitos, precisamos esclarecer que eles são assentados sempre em função da realidade, como parte fundamental da experiência humana, pois é nela que o ser humano está instalado, inteligindo e sentindo o

mundo, mediante a “apreensão primordial”, na “inteligência senciente”, conforme demonstramos na Figura 3.

Figura 3 – Assentamento dos principais conceitos da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor.

Esse assentamento dá-se, portanto, do seguinte modo: estando o ser humano instalado na realidade por meio de sua “inteligência senciente”, é por meio dessa inteligência que ele a documenta e produz toda sorte de conhecimento, inclusive ciência. Desse modo, ilustramos essa premissa por meio dessa síntese-imagética em que cada círculo se sobrepõe, desde a realidade até a ciência.

Dotado de uma “inteligência senciente”, o ser humano somente pode sentir e entender o mundo por meios da apreensão direta e imediata da realidade, mas dotado de uma “inteligência concipiente”, mais apta a conceituar e julgar os objetos sensíveis, o ser humano se move em direção a uma compreensão mais abstrata e conceitual das coisas, uma vez que essa “inteligência concipiente” está mais conectada com o “*logos predicativo*”, habilitando o ser humano a produzir linguagem e conhecimento documentáveis e documentados e, portanto, ciência.

Essa lógica encontra aderência nas ideias de Otlet, por exemplo, quando ele afirma ser o livro – um documento – uma representação do mundo; ou seja, da realidade, criado pela inteligência humana que, ao ser disponibilizada e acessada por outras inteligências, faz nascer a representação desse mundo para

que outras inteligências possam promover outras criações humanas; o que se chamou nesta tese como polinização de inteligência.

O ser humano, conforme vimos em Buckland e Ferraris na seção 4, ao documentar a realidade por meio de “objetos” e “artefatos”, segue apontando pistas para suas atividades e, assim, representando ideias, obras de arte, textos etc., criando memória, cultura e história e, com isso, estabelecendo e fortalecendo “círculos de convivências” e transmitindo suas tradições, reforçando aqui e ali uma relação clara entre o documento – objeto ontológico (social e inscrito, segundo Ferraris) da Ciência da Informação – e a filosofia do ser humano zubiriana, organizando o ser humano em suas dimensões estruturais; ou seja individual, social e histórica.

A partir daí, pensamos ser possível estabelecer uma linha de pesquisa específica (uma antropologia filosófica do campo) que esperamos ser o desdobramento futuro desta pesquisa, capaz de investigar, por exemplo, o poema, não só como monumento ou como objeto de crítica literária, mas como documento, seja deixando pistas da subjetividade humana, seja da comunalidade ou da etariedade desse ser humano em suas relações sociais e históricas.

Assim como o poema, uma Ciência da Informação orientada por uma antropologia filosófica zubiriana poderia corroborar os estudos da Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, extrapolando os elementos classificatórios, assim como a produção, organização, conservação, comunicação e utilização de informação, de documentos e de materiais bibliográficos, construindo pontes filosóficas capazes de pensar a dinamicidade das relações sociais e das construções históricas.

## 7.1 A QUESTÃO DA CIÊNCIA

A ciência, uma etapa posterior da jornada humana no mundo, vem como resultado inevitável do mergulho do ser humano na realidade e da sua consequente “logificação” por meio da “inteligência concipiente”.

Dito isto, vamos recordar alguns apontamentos que Zubiri faz sobre ciência, pesquisa e verdade, demonstrando que já nessa visão ele demonstra uma grande preocupação filosófica que podemos inserir como fruto de uma

reflexão da sua filosofia do ser humano, sendo emprestada à ciência de forma potente e original.

Antes, vale lembrar que Zubiri nos fala dos idos da década 1940, tendo passado, portanto, por duas guerras mundiais, mas construindo por mais de um pensamento coerente, como vimos na seção 5.

Desse modo, para Zubiri,

- Os cientistas devem se dedicar a uma vida intelectual autêntica. Isso implica não apenas realizar pesquisas e coletar dados, mas em aprofundar-se na verdadeira realidade. Essa busca pela autenticidade intelectual pode levar a uma compreensão mais profunda das coisas reais.
- A verdade não reside apenas em afirmações ou proposições, mas na essência das coisas reais. Isso sugere uma abordagem filosófica em que a compreensão da verdade vai além da superfície das aparências.
- A realidade possui uma natureza aberta e múltipla. Isso implica que a realidade não é estática ou fixa, mas dinâmica e complexa. A dedicação intelectual é necessária para se aproximar dessa realidade em constante evolução.
- A ciência não deve apenas registrar as coisas, mas também questioná-las ativamente. Enraizar a ciência nas coisas mesmas implica uma interação mais profunda e engajada com a realidade, indo além de uma abordagem passiva.
- Um acordo entre a inteligência humana e a realidade deve incluir a presença das coisas, um questionamento ativo por parte do cientista e o surgimento de perguntas a partir da estrutura total da inteligência humana.
- Em relação à ciência e à pesquisa, é necessária uma abordagem profunda e ativa. Isso implica ir além da mera técnica e da utilidade imediata, buscando compreender as coisas em sua complexidade e abertura.

Os argumentos de Zubiri, apontados anteriormente, dialogam com o pensamento atual, por exemplo, o da filósofa da ciência Isabelle Stengers (2023), que vem retomar uma preocupação já presente na Escola de Frankfurt, mais

especificamente Theodor Adorno (1903-1969), que destaca a crise da ciência contemporânea cada vez mais submetida ao "produtivismo" e aos interesses privados e ideológicos, perdendo sua independência essencial; assim como os perigos de alianças entre a ciência e os empreendimentos de dominação, o que poderá nos levar a ameaças globais resultantes dessa crise atual na ciência, crise já denunciada por Zubiri na década de 1940, no entreguerras.

Dessa maneira, o pensamento de Zubiri, assim como o de Stengers, nos instigam à resistência contra aqueles que negam a possibilidade de uma ciência orientada para um futuro mais justo e sustentável, convidando-nos a buscar uma transformação que a torne uma aliada na construção de um mundo digno para todos os seres vivos.

Mencionamos Stengers, apesar de não detalharmos muito seu pensamento, pois vemos nela a oportunidade de um diálogo atual e enriquecedor com uma Ciência da Informação – como ciência social do documento, orientada por uma antropologia filosófica; o que, a nosso ver, contribui para demonstrar a atualidade de Zubiri e sua força para pensar a ciência de modo geral e a Ciência da Informação em especial.

Esse pensamento, aliás, encontra aderência em uma miríade de estudos para além dos estudos filosóficos, histórico-epistemológicos e ontológicos; mas em estudos de configurações socioculturais, políticas e econômicas muito presente em algumas linhas de estudos do campo.

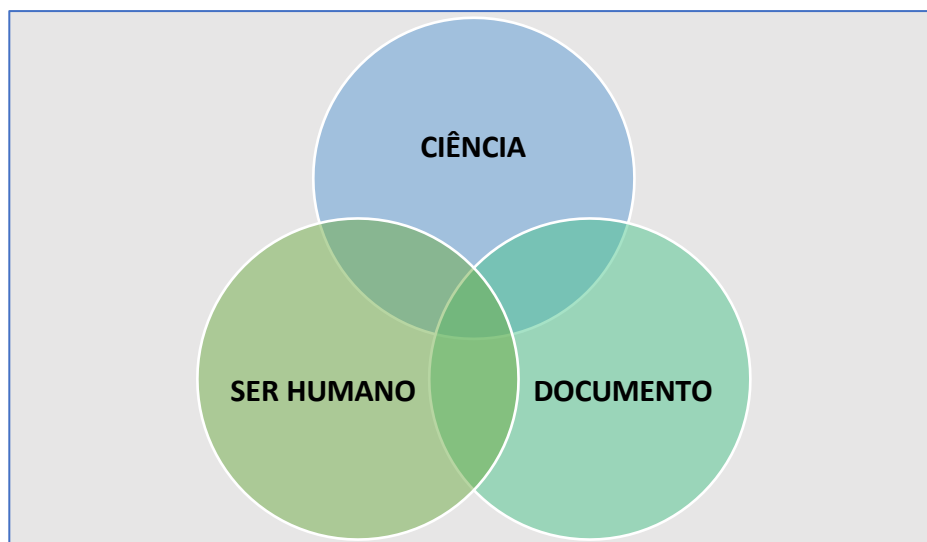
As ideias de Zubiri sobre pesquisa, ciência e verdade, articuladas com estudos sobre o fazer científico no campo e como suporte para estudos bibliográficos de outras disciplinas, nos parecem bastante profícuas nesse sentido e poderiam promover desdobramentos interessantes para esta tese, ocupando um papel importante em uma Ciência da Informação crítica e reposicionada por uma antropologia filosófica.

A filosofia do ser humano proposta por Zubiri dá ênfase à responsividade e à responsabilidade do ser humano, pois destaca sua capacidade de responder às questões que a existência impõe, criando e desenvolvendo aspectos distintos como a virtude, a cultura que engloba arte, ciência e técnica como expressões da sua relação com a realidade.

Na Figura 4, propomos um exercício mental no qual pretendemos testar o nosso argumento de que a ciência da informação, cujo objeto de estudos é o

documento, é dependente de alguns argumentos da antropologia filosófica. A experiência humana no mundo inevitavelmente produz documentos, considere aqui o documento como qualquer forma de inscrição ou registro da passagem do ser humano pela realidade.

Figura 4 – Tríade de conceitos básicos para compreender a Ciência da Informação a partir da relação entre o ser humano e o documento



Fonte: Elaborada pelo autor.

Agora, vamos articular três conceitos: ser humano, documento e ciência. O ser humano, por estar instalado na realidade, sente, inteli e posteriormente inscreve suas abstrações e compreensões. O ser humano produz documentos. Tais documentos constituem, assim, a memória, a história, a ciência, e ajudam a organizar o ser humano na realidade.

Nesse exercício, percebemos que é possível haver documento e humano sem ciência. Nesse caso, haveria apenas técnica; isto é, uma intervenção do ser humano na realidade humana. Agora é impossível que haja ciência sem documento e, conseqüentemente, sem ser humano, pois esses três conceitos estão intimamente ligados. Qualquer ciência depende do humano e do documento (considerando aqui documento em seu sentido amplificado como, por exemplo, de objeto social e ato inscrito).

Poderíamos até generalizar com uma anedota: toda ciência é humana, pois só há ciência porque há o humano disposto manipular, experimentar e “registrar” seus experimentos em face da realidade. Mas sabemos que não é assim e, no âmbito da Ciência da Informação, objeto de nossa reflexão, o

humano não só é um conceito no que concerne ao âmbito de uma antropologia filosófica, mas é também objeto que, ao mesmo tempo, investiga e é investigado em sua relação com o documento.

E, considerando ainda que todo documento é um ato inscrito, logo, um objeto social, a Ciência da Informação ao olhar para o documento está também olhando para o ser humano em suas dimensões estruturais; ou seja, individual, social e histórica, portanto, como um “animal de realidades” que é capaz de “documentar a realidade”.

Assim, podemos extrair algumas premissas:

1. Não há Ciência da Informação sem documento.
2. Não há Ciência da Informação sem o ser humano.
3. Ser humano e documento produzem apenas técnica, não ciência.
4. Ser humano, documento e ciência são Ciência da Informação.
5. As ciências sociais estudam o humano em relação; ou seja, na realidade.
6. Ciência da Informação é, portanto, uma ciência social.
7. Havendo ser humano implicado como agente, seja como pesquisador ou pesquisado, dá a toda ciência social a possibilidade de buscar fundamentos filosóficos em uma filosofia do ser humano; ou seja, em uma antropologia filosófica.
8. Portanto, a Filosofia da Ciência da Informação pode ancorar-se em uma antropologia filosófica.

Destarte, só essas premissas em si, já nos apontariam para que a nossa questão de pesquisa fosse respondida de forma positiva. Mas há outras questões que podem e devem ser levantadas para tornar mais forte essas premissas e, conseqüentemente, nossos argumentos.

Nas páginas que se seguem, entretanto, a partir das sínteses que fizemos ao final de cada seção, especificamente nas seções 3, 4 e 5, vamos recolher evidências argumentativas que validem nossa tese; evidências sempre ancoradas nos conceitos aqui propostos; ou seja, ciência, documento, ser humano, inteligência senciente e realidade.

Além dessa tríade ciência, ser humano e documento que acabamos de apresentar para demonstrar a força que uma antropologia filosófica pode ter na questão da Ciência da Informação, guiar-nos-emos pela trilha metodológica

delineada na seção 5, na qual dispomos de elementos para justificar uma antropologia filosófica para o campo, a partir de Zubiri.

Serão os pressupostos metodológicos, portanto, o fio condutor que nos levará a estabelecer relações epistemológicas e ontológicas capazes de confirmar nossa tese para além do argumento apresentado na primeira parte desta seção.

## 7.2 DOCUMENTO: MAIS QUE INSTÂNCIA TÉCNICA

A Ciência da Informação é uma ciência social aplicada. Como tal, ela dedica-se a aplicar os princípios e métodos que lhe são próprios, às vezes interdisciplinarmente, para resolver alguns problemas práticos da sociedade e compreender e analisar questões sociais, econômicas, políticas e culturais, oferecendo soluções e intervenções baseadas em evidências científicas com o intuito melhorar a vida das pessoas e o funcionamento das instituições; ou seja, resolver os problemas do mundo real.

Em sua visão sobre ciência, vimos que Zubiri se ocupava com preocupação sobre a questão das ciências que, diante de um mundo cada vez mais guiado por interesses positivos e utilitários, induzisse o ser humano e este começasse a perder a consciência de seus fins.

Para ele, a função intelectual, aqui entendida como um conceito estruturante para uma antropologia filosófica, deve ser medida não pela sua mera utilidade, pois assim há um risco de a ciência tornar-se cada vez mais técnica e menos ciência em seu sentido mais profundo.

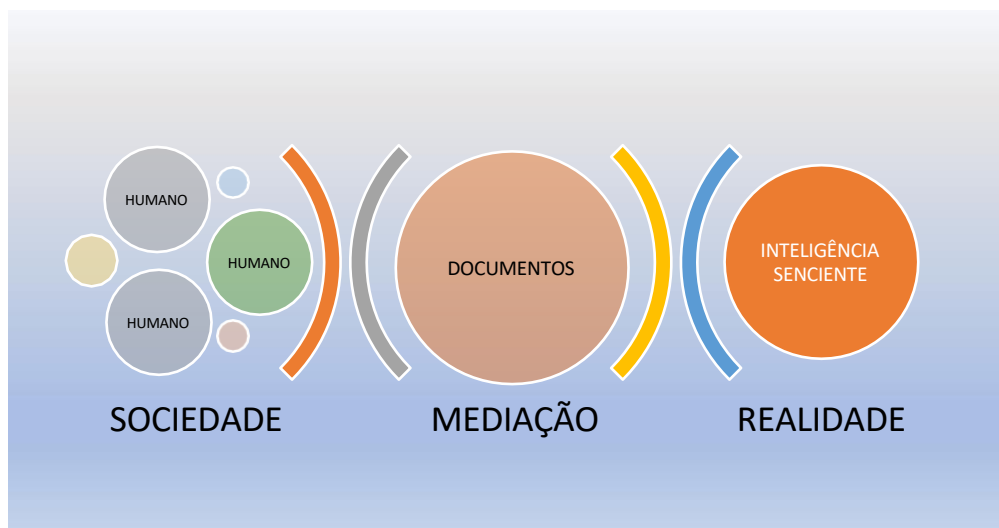
No campo da Ciência da Informação, por exemplo, como vimos em nossos pressupostos epistemológicos, encontramos alguns lastros em que a antropologia filosófica pode oferecer alguns princípios norteadores para que ela, apesar de ser uma ciência social aplicada, não se distancie dos princípios profundos e epistemológicos do campo tanto em sua dimensão antropológica-tecnológica quanto em sua dimensão ética, social, histórica e cultural.

Assim, nos âmbitos da ética da informação, da neodocumentação, dos regimes de informação e da memória, por exemplo, há elementos capazes de sustentar um olhar sobre o ser humano em sua relação com o mundo, mediada, pelo documento, em que princípios filosóficos que emergem de uma antropologia

filosófica ganham importância e centralidade cada vez maiores; isto é, além de nos oferecer uma resposta sobre quem é esse ser humano que documenta a realidade, podemos estabelecer uma postura ontológica mais realista sobre a centralidade do objeto documento dentro dessa relação do ser humano com o mundo.

O documento faz uma mediação técnica entre o ser humano (ou o seu conjunto) e a realidade (Figura 5), permitindo que, além de compreender, ele possa intervir e modificar essa realidade, mas não só. É a capacidade de documentar que mantém os seres humanos em relação em si no tempo e no espaço. O documento, portanto, faz a mediação entre a realidade e a sociedade de seres humanos.

Figura 5 – Mediação técnica pelo documento entre a sociedade e a realidade



Fonte: Elaborada pelo autor.

Vimos em Rendón Rojas, por exemplo, que o ser humano – aqui assumindo papel de “usuário” ou “profissional da informação documental” –, uma vez instalado na realidade, precisará de meios técnicos para tornar abstrata essa realidade. Em Zubiri, por exemplo, é na articulação da “inteligência senciente” com a “inteligência concipiente” que essa realidade passa a ser “logificada”, documentada, estabelecendo entre os seres humanos a comunilidade e etariedade; ou seja, a transmissão da tradição.

A informação que emerge no “*logos* predicativo” como pensamentos, ideias, conceitos, sentidos, significados e palavras internas (ou linguagem) precisará ser objetificada, neste caso, como documento, seja em sua

manifestação material ou simbólica, seja em sua manifestação fenomênica, podendo ser, em algum momento desobjetificada, e constituindo-se em realidade social e histórica, portanto, ser sentida e inteligida por outro ser humano em outro espaço ou tempo. Voltamos aqui à ideia de Otlet e ao argumento da polinização de inteligências por meio do documento.

Essa mediação técnica do documento, vista por meio da filosofia zubiriana, traz à Ciência da Informação perspectivas filosóficas que vão além do paradigma cognitivista e hermenêutico, pois, conforme vimos em Cibangu, ofereceria mais centralidade ao humano como, insistimos, esse animal de realidades capaz de documentar a realidade.

Em sua abordagem sobre a técnica, Zubiri, ao argumentar que o ser humano não apenas possui as coisas, mas também se possui nelas por meio da fruição, intelecção e modificação, estabelece mais um argumento que sustentaria sua antropologia filosófica, uma vez que a intervenção humana na realidade é sempre feita pela manipulação, produzindo modificações nessa realidade.

Dessa maneira, podemos apreender que, ao produzir instrumentos (que são objetos sociais, inclusive documentos), o ser humano está modificando a realidade a partir de sua ação humana.

Aqui vemos mais uma oportunidade de investigação a partir de Paul Otlet e os neodocumentalistas, que oferecem clara interseção de ideias sobre o fazer humano diante da riqueza documental presente no mundo, estudos que podem ser estendidos para a biblioteconomia, museologia e arquivologia. De que modo, poderíamos nos perguntar, esses documentos estão afetando a realidade?

Essa perspectiva antropológica zubiriana complementa e amplia a perspectiva de que o ser humano que é, ao mesmo tempo, *homo sapiens* e *homo faber*, ou seja, ser humano de saber e fazer também é “animal de realidades” que, apreendendo na inteligência senciente, produzindo linguagem – e como considera Ferraris, a função da linguagem é o registro –, passa agir no mundo ao seu redor.

Ainda sobre a questão técnica, lembremos que, em López Yepes, o documento sempre esteve em relação ao ser humano, de certo modo, como protagonista, desde a sua condição *homo sapiens* até os dias de hoje impondo-

se como força antropológica, exercendo cada vez mais força na mediação do ser humano com a realidade.

Nesse sentido, esta pesquisa oferece possibilidades de estudos de prospecção a partir da relação do ser humano com o documento, pesquisando e analisando as oportunidades futuras no âmbito da relação do ser humano com as tecnologias digitais, favorecendo estudos críticos em humanidades digitais, área que vem ganhando espaço no campo de estudos informacionais.

Essa prospecção envolveria a identificação e avaliação de possíveis oportunidades de investigação desenvolvimento, com o objetivo de tomar decisões informadas em evidências científicas tanto no campo quanto em outras disciplinas.

Aqui, o conceito de documentalidade, especialmente o cunhado por Ferraris, oferece oportunidades de estudos de impactos das tecnologias na realidade bastante relevantes, uma vez que a documentalidade é a capacidade dos documentos de fornecer informações sobre o passado, presente e futuro, e de serem usados como prova em diferentes contextos, inclusive de mobilização, encontrando muitas possibilidades de diálogo com a dimensão social e o pluralismo de comunidades de convivência teorizados por Zubiri em sua filosofia do ser humano.

A reflexão que acabamos de fazer corrobora a nossa tese de que há espaço na Filosofia da Ciência da Informação para uma antropologia filosófica, visto que o documento é mais do que instância técnica, é também elemento fundamental para se constituir uma antropologia filosófica tendo em vista que ele é parte intrínseca da nossa humanidade e possui clara força antropológica demonstrada tanto em Réndon Rojas quanto em López Yepes, conforme descrito na seção 4 desta tese.

### 7.3 A DIMENSÕES ESTRUTURAIS DO SER HUMANO

Nas bases de sua filosofia do ser humano, Zubiri delineia três dimensões, segundo ele, estruturantes e funcionais para o ser humano. São elas: individual, social e histórica.

Tais dimensões propostas por Zubiri em sua filosofia sobre o ser humano representam aspectos essenciais e interligados da existência humana e da sua relação com o mundo ao redor.

### **7.3.1 A dimensão individual do ser humano**

Em sua dimensão individual, o ser humano se distinguiria dos demais por sua singularidade, traços, experiências e particularidades. Entretanto, ao afirmar o ser humano como um indivíduo, ele não se refere a um caráter abstrato, pois essa individualidade só surge da sua realidade específica e social, pois ele é uma “realidade substantiva”; ou seja, concreta, tangível e significativa, oposta a realidades abstratas ou meramente conceituais. O ser humano está, segundo Zubiri, materialmente instalado na realidade e é por meio dela que ele se relaciona com o mundo.

Aqui, aliás, vemos uma possibilidade de relação extremamente profícua para delinear argumentos em torno de uma antropologia filosófica, pois, como vimos, o documento, dentro da perspectiva neodocumentalista, é dotado de materialidade, seja analógica ou digital.

E mesmo na perspectiva da documentalidade proposta por Maurizio Ferraris em que a inscrição do ato (o objeto social) pode se dar também na mente humana, podemos promover aproximações com Zubiri, já que, para ele, a existência humana é sempre psicofísica, podendo haver aqui uma abertura para discutir criticamente a relação entre documento e ser humano a partir de uma via cognitivista.

Dentro de uma perspectiva filosófica, o ser humano se afirma como “Eu” dentro de uma realidade possível e não por meio da totalidade da realidade humana. Ao ser “Eu”, esse ser humano também é pessoa e, sendo pessoa, ele está na realidade sempre em relação a outras pessoas, pois é somente por meio do outro que esse “Eu” se forma e se torna pessoa.

Daí a importância, para Zubiri, de o ser humano estar incorporado em um corpo social, sem o qual a individualidade não é possível. Aqui, o conceito de documentalidade reaparece tanto em sua perspectiva neodocumentalista como em sua perspectiva de ontologia social realista, pois é por pertencer e por estar nesse corpo social que o ser humano produz documentos e é nessa produção

de documentos que o ser humano se põe em dependência da realidade social, estando, entre outras coisas, tão propenso à mobilização; tema tão atual no âmbito dos estudos socioculturais presentes no campo, sobretudo desde o advento das mídias sociais e da ascensão dos *smartphones*.

Estando em um corpo social, diz Zubiri, o ser humano é mais. Pois essa diversidade de individualidades, todas em relação com as outras, nos ensejam possibilidades que vão bem além das nossas capacidades individuais. Note aqui que essa convivência de realidades humanas interligadas, talvez pela capacidade do ser humano documentar a realidade, é a essência da sociedade humana, fato atualmente amplificado mais pelo fenômeno dos *smarphones* e das mídias sociais, que tornam nossa existência cada vez mais documentada e rastreada.

Assim, a dimensão individual do ser humano afirma-se como possibilidade filosófica para pensar a individualidade humana, sempre em relação ao outro, mediada pela noção de documentalidade, sendo essa noção, embora ainda alheia à Ciência da Informação, um *corpus* teórico capaz estimular discursões da ordem de uma antropologia filosófica.

### **7.3.2 A dimensão social do ser humano**

Em sua dimensão social, o ser humano far-se-ia um indivíduo capaz de se conectar interagir e construir relações com os outros indivíduos, influenciando e sendo influenciado pelo ambiente social. Nessa ideia, o ser humano, como animal social, incorporaria a socialidade como parte fundamental da sua natureza.

Entre os componentes dessa socialidade (versão, convivência e habitude), a ideia de convivência nos interessa, pois é por ela que o indivíduo se integra e se relaciona com o outro formando uma coprincipalidade. Nesta convivência, portando, se estabeleceria um “pacto” de correalidade. Para Zubiri, o indivíduo se corporificaria na vida dos outros, gerando uma presencialidade atual entre eles. O corpo social seria, então, a radicalização desse tipo de convivência.

A ideia de uma dimensão social, como conceito da antropologia filosófica de Zubiri, nos colocaria diante da possibilidade de relação com a ideia de uma

epistemologia social, uma vez que poderíamos pensar, amparados pela filosofia do ser humano zubiriana, nos processos pelas quais a sociedade, como um todo, se relaciona com o conhecimento, pensando a reificação da informação ou, ainda, a retomada de uma grande discussão sobre o campo em termos de um posicionamento diante da ideia de ciência, pesquisa e verdade, recuperando e/ou reatualizando conceitos atualmente em desuso no campo em detrimento de progressismos técnicos e tecnológicos.

Na perspectiva de uma dimensão social, o ser humano transcenderia sua individualidade tornando-se um ser comum sem deixar de ser individual, pois, para Zubiri, a personalidade humana é tanto individual como social e, sendo sua presença no mundo mediada pelo documento, a produção de cultura, por exemplo, materializada em livros, jornais, revistas e, recentemente, redes sociais, caracterizaria um elemento de estudos com força para serem levados a cabo por uma antropologia filosófica, seja orientando os estudos na formação de leitores ou de promoção da leitura, tendo em vista que a literatura, especialmente aquela documentada no suporte vegetal, é um fenômeno humano que atravessa séculos e milênios, moldando a personalidade humana e fazendo-se como elemento antropológico forte na constituição de nossa sociedade.

### **7.3.3 A dimensão histórica do ser humano**

Em sua dimensão histórica, o ser humano se relaciona com o mundo por meio do tempo e das culturas que o atravessam. Os indivíduos são moldados pelas condições históricas, assim como as sociedades. Essas condições históricas são materiais.

Zubiri, como vimos, usa o conceito de tradição para desenvolver seu pensamento. Para ele, tal conceito vai muito além da simples transmissão geracional, mas como continuidade das formas de vida, dado que o ser humano, desde o nascimento, está instalado na realidade e incorpora pela cultura elementos da tradição em sua existência.

Transmissão e continuidade só foram possíveis ao longo dos séculos graças à cultura escrita e ao registro documental da existência humana. Assim, o documento mais uma vez aparece como força ontológica e antropológica; ou

seja, como elemento que conduz o ser humano pelo percurso histórico, garantindo a ele tanto força quanto diferenciação na condição de grupo.

Embora a Ciência da Informação não seja uma ciência histórica e sua relação com a memória tenha sido por muitas vezes tecnicista, no sentido de um mero suporte para a informação, pensando em diversas possibilidades e configurações do nosso campo de estudos, podemos ver que alguns estudos, especialmente no cenário ibero-americano, dedicaram-se a olhar a biblioteca e os profissionais da informação em sua relação à história e ao próprio campo em uma perspectiva de decolonização do conhecimento, fortalecendo outros saberes em detrimento de saberes hegemônicos.

A força desses estudos encontra respaldo na antropologia filosófica zubiriana, visto que, para a dimensão história, possibilita dois jogos: o primeiro, o de escolha e progressão, assim dizendo, a tradição não é estática, pois há uma progressão embutida nela. Ao entrar em contato com a tradição, o ser humano não a recebe passivamente e, ao integrá-la à sua realidade, e ele pode fazer escolhas; ou seja, adaptar-se ao evoluir em relação ao que lhe é entregue pela tradição.

O segundo jogo tem a ver com a apropriação de possibilidades. Uma vez que a história é vista como uma verdadeira apropriação de possibilidades e que a realidade humana não está predeterminada. Ao se debruçar sobre as tradições do campo, os pesquisadores podem optar por rupturas epistemológicas, ontológicas e metodológicas, apropriando-se das possibilidades de cada contexto. Eis mais um elemento da antropologia filosófica zubiriana que pode estar presente na Ciência da Informação e, de certa forma, esta no âmbito dos estudos decoloniais.

História, por fim, não é apenas uma transmissão de sentido ou interpretação, mas uma racionalidade que condiciona possibilidades. Essa é uma das bases da filosofia do ser humano zubiriana.

Dessa forma, a história não apenas molda o sentido da vida, mas também é arte da própria vida, de modo que o dinamismo social que envolve a forma da realidade é um princípio que, na antropologia filosófica zubiriana, estabelece possibilidades de definir o que realmente é o ser humano, enraizando cada indivíduo em forma de comunidade (científica, cultural etc.) e permitindo a existência de um conceito social-histórico específico amalgamado, aqui, pelo

fenômeno informacional; ou seja, no âmbito da ética informacional por meio do estudo das notícias falsas (*fake news*); no âmbito da neodocumentação por meio da tentativa de reconciliar os estudos informacionais com o da vida social e histórica; no âmbito do regimes de informação por meio de um novas chaves antropológicas que possibilitam e condicionam a sua existência; ou, finalmente, no âmbito da memória, em que se poderia, por intermédio da antropologia filosófica, fundamentar os estudos de forma mais ampla, buscando reconduzir as pesquisas sobre memória para um novo quadro de construção cultural, constituição da cultura e da própria realidade.

Todas essas dimensões não existem separadamente, mas coexistem e interagem entre si, moldando a concretude da existência de cada ser humano a partir de sua realidade substantiva.

#### 7.4 PLURALISMO DOS CÍRCULOS DE CONVIVÊNCIA

Por fim, Zubiri, ao tentar demonstrar a interconexão das dimensões, tece uma crítica ao que ele chamou de “pluralismo dos círculos de convivência”. Sendo a convivência humana multifacetada e ocorrendo ela em diferentes níveis, esses círculos vão estabelecendo diferentes graus de interação, desde as convivências imediatas a mediatas. Esse pluralismo de círculos, na perspectiva da filosofia do ser humano zubiriana, limita as dimensões humanas.

Na dimensão individual, por exemplo, à medida que esses círculos se separam ou se distanciam, a diversidade diminui e a individualidade se perde, levando as pessoas a se tornarem mais similares entre si e, portanto, incomparáveis. Mas, na medida em que o ser humano passa a documentar as coisas, suas experiências, seus sentimentos, seus relacionamentos, escrevendo cartas, poemas, fotografando, pintando etc., ele estaria resguardando suas características e sua individualidade.

Não seria o documento, portanto, um antídoto para esse mal que estaria, para Zubiri, a limitar a individualidade humana? Nesse caso, o animal de realidades, no ato de documentar, não estaria reestabelecendo os limites para a sua individualidade? Eis aí uma questão da ordem da antropologia filosófica a movimentar a Ciência da Informação.

Na dimensão social, como vimos, a distribuição constitui círculos sociais distintos, com independência maior ou menor, convivendo entre si de modo mais ou menos frouxo. E essa convivência que constitui a sociedade é a comunalidade. Na medida em que essas comunidades – que só são comunidades a partir de círculos de convivência – tornam-se independentes, não há mais comunalidade. Passamos a perceber sociedades em isolamento completo, comprometendo os seus respectivos graus de comunalidade. O pluralismo de círculos então passa limitar o ser de cada um.

A Ciência da Informação, agora munida das ferramentas da antropologia filosófica, passa a ter elementos para estudos e capacidade para produzir estratégias de intervenção para que, de algum modo, essa questão do pluralismo de comunidades convivências seja compreendida a partir de seus fundamentos humanos e documentais, a serviço das pesquisas no âmbito da ética, das ações de informação e dos regimes de informação.

Na dimensão histórica, o pluralismo de comunidades de convivência limita o ser ao limitar sua ascensão histórica. O ser humano é uma realidade histórica e o acontecer histórico é constitutivamente plural. Pois bem, podemos observar que não há história universal, tendo em vista que o sujeito próprio da história é a comunidade social que também é plural tanto pela tradição quanto pelo tempo histórico.

Destarte, tem havido um sincronismo histórico extrínseco, mas não um mesmo tempo histórico. Para comunidades independentes, há dois tempos, mas, quando a convivência social vai se fazendo, vai-se tendo um tempo único.

Entretanto, apesar de único, esse tempo não é unívoco, pois história e tempo são constitutivamente plurais e o ser humano, embora histórico, pertence a essa sociedade precisa, nesse momento histórico preciso. Ele possui uma etariedade (ou acrescência) em função da sua condição de ser humano de realidades.

Assim, a falta sincronismo histórico entre diferentes comunidades pode criar tempos históricos distintos, impactando a compreensão e a construção da história de cada indivíduo, dentro da sua sociedade específica, criando narrativas dispares e, portanto, compreensões distintas da trajetória humana na flecha do tempo.

Mas a documentalidade como elemento filosófico associada à antropologia filosófica orientada para percepção dos problemas que limitam essa ascensão histórica ajudam a diminuir a diacronia histórica, oferecendo a possibilidade de documentar a realidade, evitando, assim, a permanência de tempos históricos distintos.

Destarte, o que procuramos demonstrar nesta seção é que a Ciência da Informação, munida dos conceitos e recursos de antropologia filosófica zubiriana, pode devolver ao ser humano, por meio de estudos de memória articulados com estudos sobre a documentalidade da interação social no tempo histórico, das narrativas como documentos históricos, elementos necessários para a defesa da centralidade da ação humana no campo de estudos informacionais.

## 7.5 UMA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Logo, longe de resolver todas as questões que se colocam em um panorama filosófico, o que propomos aqui, ancorados nas relações entre o “humano” e o “documento”, é um caminho outro capaz de contribuir, trazendo para o campo outros conceitos, sobretudo o de “inteligência senciente” e “realidade”, centrais na filosofia zubiriana, para dialogar com uma miríade de estudos filosóficos e epistemológicos já consolidados no âmbito da Filosofia da Ciência da Informação.

Diante do estudo proposto, podemos dar à nossa pergunta uma resposta positiva: há na Filosofia da Ciência da Informação espaço para uma antropologia filosófica, especialmente aquela constituída em bases da filosofia de Xavier Zubiri.

Dentro de pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos apresentados, conseguimos encontrar elementos conceituais, desde as bases epistemológicas até as bases ontológicas que sustentam a filosofia do ser humano orientada para a sua relação com o documento a partir das realidades individual, social e histórica.

Assim, a filosofia que sustenta a Ciência da Informação, em seus pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, como uma ciência social aplicada, desde a documentação de Otlet e Briet até os

neodocumentalistas Frohmann, Buckland e Rayward, passando pela noção de documentalidade de Ferraris, pode ser uma antropologia filosófica; ou seja, uma filosofia do ser humano, pois o ser humano não é só um “animal de realidades”, mas um animal que documenta a realidade. E é essa sua capacidade de documentar a realidade que ele, imerso nela desde a sua “inteligência senciente”, produz arte, ciência, técnica, enfim, todo tipo de conhecimento. É o ser humano, então, em síntese, um animal de realidades que documenta a realidade.

A Ciência da Informação é, portanto, uma ciência social aplicada que, ao olhar para o documento como objeto de estudos, pode olhar também para o ser humano, pois é em função deste e para que este se desenvolva em suas dimensões individual, social e histórica, que a realidade precisou ser documentada desde sempre. É ela, então, nos termos desta pesquisa, uma “ciência social do documento”.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ao encontro do humano e do documento na filosofia da Ciência da Informação**

Este trabalho teve como embrião a dissertação de mestrado “As relações entre informação, linguagem e símbolo: a filosofia da ciência da informação entre a realidade e a idealidade”, defendida em 2016. Nela, apontou-se para a possibilidade de olhar para a Ciência da Informação a partir de outra perspectiva: a antropologia filosófica.

Assim, desenvolvemos este estudo com o objetivo de demonstrar em que bases filosóficas se pode situar uma antropologia filosófica da Ciência da Informação, na qualidade de ciência social, com pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos e em uma perspectiva documentalista e realista.

Para isso, definimos os três pressupostos: a Ciência da Informação é uma ciência social (epistemológico); o objeto de estudos da Ciência da Informação é o documento (ontológico); e, há espaço para se pensar a Ciência da Informação pela via da antropologia filosófica (metodológico).

Elegemos, então, a antropologia filosófica do filósofo espanhol Xavier Zubiri para ser o “caminho”, o fio condutor, nessa jornada. Apoiamo-nos na filosofia da “inteligência senciente” e da “realidade”, nas noções de ciência, pesquisa e verdade e na filosofia do ser humano inspirada pelo filósofo em todo seu percurso intelectual ao longo do século XX.

Após a revisão teórica dos aspectos epistemológicos da Ciência da Informação, dos aspectos ontológicos do documento como objeto social, abordado tanto em seu aspecto material como filosófico e, por fim, dos principais elementos do pensamento zubiriano que sustentassem uma antropologia filosófica, empreendemos sínteses ao final de cada revisão para estabelecer nossa própria leitura. Essas sínteses também tinham como objetivo guiar o leitor na compreensão do referencial teórico apresentado.

De posse dos principais elementos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, uma análise tanto da Ciência da Informação quanto do documento como objeto de estudos permitiu que se chegasse a uma série de contribuições que a filosofia do ser humano zubiriana poderia dar ao campo, desde um posicionamento sobre ciência, passando pelo modo de posicionar

tanto o ser humano quanto o documento em uma relação simbiótica; ou seja, o mesmo ser humano que estuda o ato de documentar também documenta.

Como jornada humana, a ciência deve ser autêntica, buscando a verdade na essência das coisas reais, e não apenas em afirmações ou proposições. Para tanto, segundo Zubiri, a ciência deve dedicar-se à realidade buscando a verdade na essência das coisas reais; sendo a realidade dinâmica e complexa, a ciência e o cientista intelectual devem estar abertos a essa multiplicidade; ela não deve apenas registrar as coisas, mas também questioná-las ativamente; e, por fim, deve buscar um acordo entre a inteligência humana e a realidade, incluindo a presença das coisas, o questionamento ativo por parte do cientista e o surgimento de perguntas a partir da estrutura total da inteligência humana.

As ideias de Zubiri sobre a ciência, para quem a ciência moderna correria o risco de se tornar pura técnica, como vimos, são atuais e relevantes para o debate contemporâneo sobre a ciência. A filósofa da ciência, Isabelle Stengers, por exemplo, também critica a submissão da ciência ao "produtivismo" e aos interesses privados.

Se aplicadas à Ciência da Informação, as ideias do filósofo espanhol contribuem para uma visão crítica e reposicionada da área. A Ciência da Informação, como ciência social do documento orientada por uma antropologia filosófica, pode se beneficiar da perspectiva de Zubiri para se tornar uma aliada na construção de um mundo mais justo e sustentável.

Ao nos debruçarmos ainda sobre a questão científica, concluímos que não há Ciência da Informação sem documento ou ser humano, e que, não havendo documento sem a ação humana, não há como uma Ciência da Informação, nos termos desta tese, não ser uma ciência social, já que o simples fato de haver um ser humano implicado como agente, seja como pesquisador ou pesquisado, dá a toda ciência social a possibilidade de buscar fundamentos filosóficos em uma filosofia do ser humano; ou seja, em uma antropologia filosófica. A Ciência da Informação, então, por suas características epistemológicas e tendo o documento como seu de estudos, é perfeitamente passível dessa ancoragem em uma filosofia do ser humano.

Em relação à questão da técnica, a partir da leitura que fizemos de Zubiri, concluímos que a mediação técnica do documento, em si, traz à Ciência da Informação perspectivas filosóficas que vão além do paradigma físico,

cognitivista e hermenêutico, pois há, na mediação técnica, e, conseqüentemente, no seu estudo, a centralidade ao humano que, ao produzir documentos, estaria não só registrando, mas modificando a realidade, coisa que ele faz desde que adquiriu a condição de *sapiens*; fato demonstrado tanto nos estudos antropológicos de López Yepes quanto em Otlet que, ao olhar a documentação, deixa explícito como o registro da informação em documentos contribui para o que nós chamamos de polinização de inteligências.

Em relação às dimensões humanas; ou seja, o ser humano individual, social e histórico, entendemos que, desde a sua condição individual e social, a noção de documentalidade tanto no escopo da própria Ciência da Informação via neodocumentalistas quanto na visão de Ferraris confere ao ser humano um *status* de presença no mundo mediada pelo documento, moldando a personalidade humana, que se dá nas dimensões individual e social, impondo-se assim um elemento antropológico forte na constituição da nossa sociedade.

O dinamismo social que envolve a realidade é um princípio que, na antropologia filosófica zubiriana, vai além do que se perguntar sobre o que realmente é o ser humano, mas oferecer a esse ser humano (que também é pesquisador) uma estrutura de pensamento social que o permita se posicionar diante dos principais temas da Ciência da Informação: ética informacional, neodocumentação, reconciliando os estudos informacionais com os da vida social e histórica, regimes de informação e memória, oferecendo novas chaves antropológicas e reconduzindo as pesquisas para outro quadro de construção sociocultural e da própria realidade. Além de estudos sobre a desaceleração da ciência e da necessidade de frear um desastre iminente fruto da nossa relação com a ciência.

Destarte, sobre o pluralismo dos círculos de convivência, a antropologia filosófica daria à Ciência da Informação possibilidades de pensar a dinâmica social e o ser humano como esse ser que documenta a realidade a partir das noções de individualidade, comunalidade e etariedade, conceitos relacionados às dimensões individual, social e histórica, respectivamente, contribuindo para produzir antídotos às limitações que esse pluralismo encerra. Fato este que, ao longo da tese, desde os seus fundamentos iniciais, já apontava para o documento, na qualidade de objeto social (e ato inscrito), como algo capaz de repactuar nossas relações sociais, dando ao corpo social novas configurações a

partir dos novos modelos de mobilização social impostos pelo advento das tecnologias de comunicação e informação.

Destarte, a presente tese oferece originalidade, uma vez que traz para o campo uma discussão que não se via, ao menos, até o momento em que ela foi proposta em 2017, quando a ascensão de grupos de extrema-direita impulsionaram o negacionismo científico, sobretudo durante a pandemia da covid-19, colocando em risco a democracia, como vimos nos Estados Unidos da América e, posteriormente, no Brasil, com a negação tanto da gravidade da pandemia quanto do resultado das eleições com graves ameaças de ruptura.

É fato também que o enorme aumento e disseminação intencional e massiva de notícias falsas (os fenômenos das *fake news* e *fake opinions*) impulsionados pelas redes sociais via Internet e alimentadas por ferramentas de inteligência artificial cada vez mais poderosas, modificaram o cenário inicial da tese, colocando novas emergências que, infelizmente, não poderiam ser contempladas no presente texto, mas que abrem inúmeras possibilidades de investigações futuras a partir de um olhar filosófico inspirado pela antropologia filosófica zubiriana.

No sentido dado pela proposta aqui delineada, os paradigmas físico, cognitivista e social ou hermenêutico poderiam ser estudados com uma abertura maior e uma orientação filosófica alternativa; ou seja, por uma antropologia filosófica, uma vez que, para Zubiri, esse ser humano, que é individual, histórico e social, é também um ser psico-orgânico, o que faz com que uma antropologia filosófica tenha uma relação dialógica que não se limite ao paradigma social ou hermenêutico, mas também ao físico e cognitivista; sendo essas últimas relações possibilidades para os eventuais desdobramentos desta pesquisa. Impõem-se aqui, portanto alguns desafios que extrapolam as possibilidades desta tese, mas que poderão ser desdobrados a partir de diálogos interdisciplinares.

Ainda em uma busca por desdobramentos futuros, vislumbramos aqui que o documento e o ser humano são pensados em pé de igualdade epistemológica e ontológica. Propomos, portanto, como mais uma possibilidade de desdobramento teórico desta pesquisa, um olhar mais profundo e detalhado da epistemologia social (Shera) e uma ontologia social (Ferraris), a partir da antropologia filosófica de Zubiri, buscando abraçar o pensamento

documentalista (Otlet e Briet) e neodocumentalista (Frohmann, Buckland e Rayward), assim como estabelecer outros diálogos filosóficos, sobretudo com a neodocumentação latino-americano, buscando aprofundar relações conceituais com grandes teóricos e epistemólogos ibero-americanos como Réndon Rojas, González de Gómez e López Yepes, cujos pensamentos sustentaram esta pesquisa em suas dimensões epistemológica e ontológica.

A tese, portanto, tem sua originalidade ao trazer para o campo a possibilidade de pensar a Filosofia da Ciência da Informação por uma via que não a filosofia da linguagem, mas sem excluí-la do jogo conceitual, uma vez a antropologia filosófica atuaria em uma linha de pensamento anterior à linguagem, olhando o ser humano desde a sua “inteligência senciente” e não somente pela sua “inteligência concipiente”.

Tudo isso veio corroborar os argumentos da tese, pois o cerne dela está na proposta de voltarmos à Ciência da Informação para seus fundamentos ou, ainda, reposicionarmos o campo diante de novos fundamentos que repensem a relação do ser humano com a realidade mediada pelo documento, mas não em uma perspectiva meramente tecnicista, mas fundamentada em uma discussão amparada pela verdade, sendo esta a índole da realidade, conforme afirma a filosofia de Zubiri.

E é neste espírito que encerramos esta pesquisa afirmando – a partir dos conceitos de realidade, inteligência senciente, ser humano, documento e ciência – ser a Ciência da Informação uma “ciência social do documento”, orientada por uma antropologia filosófica que olha para o ser humano como um “animal de realidades que documenta a realidade”, afirmações estas que, ratificamos, ser a essência desta tese.

## 9 EPÍLOGO: BREVE SÍNTESE POÉTICA DA TESE

Neste trabalho, sem pretensão de resolver questões, uma prosa científica, que se desdobra de uma dissertação de mestrado, é atravessada por uma crise est(ética) e existencial. Em um bailado entre a realidade e a idealidade, busca-se a clareza na Ciência da Informação, desvendando uma visão rara e inovadora.

Da filosofia da linguagem à antropologia filosófica, o olhar se desloca para novos planos epistemológicos, ontológicos e metodológicos. Seguindo Zubiri como guia, traça-se o caminho a percorrer em que a ciência social se ergue como alicerce e a informação como o documento, um objeto coerente, uma “tecnologia do ser”<sup>5</sup>. A antropologia filosófica se faz presente como método, triunfo do pensamento que se inicia engatinhando e passo a passo vai se tornando um elo mais forte.

Revisamos epistemologia e ontologia desvendando o documento na sociedade e na filosofia. Na pesquisa, ciência, ser humano e as ideias zubirianas tecem o fio condutor. Sínteses guiam o leitor, facilitando a compreensão do referencial, eis nossa expectativa.

Analisamos, desvendamos e buscamos a lógica em meio aos caminhos epistemológicos, ontológicos e metodológicos. Concluímos: sem documento ou humano, nenhuma ciência há de existir.

Na técnica do documento, filosofias expandem seus horizontes para além do físico, cognitivo e hermenêutico. A mediação técnica e a centralidade humana se entrelaçam, moldando a realidade e tecendo a memória de uma sociedade que constrói a própria história.

Nas dimensões humana, individual e social, a documentalidade molda o ser integral. Antropológico elemento constitui a sociedade e influencia a personalidade humana.

O dinamismo social, na filosofia zubiriana transcende o ser individual, abarcando a comunidade em sua trajetória. Ética informacional,

---

<sup>5</sup> A expressão “o documento é uma tecnologia do ser” foi cunhada pela professora Dra. Luciana de Souza Gracioso, durante sua intervenção oral na banca de defesa, em 04/04/2024. Resolvemos, portanto, acolher a expressão reescrevendo este epílogo, pois a consideramos uma expressão de extrema força poética capaz e sintetizar nossa tese.

neodocumentação e regimes de informação transformam uma ciência tornando-a, espero, mais notória.

Propõe-se um olhar crítico à aceleração da ciência, reconhecendo o documento como mediador e polinizador da inteligência. O pluralismo de convivência se faz necessário se não limita, mas é abraçado pelas dimensões que a antropologia filosófica orienta.

A tese, originalmente proposta em 2017 encontra agora um novo cenário, transformado pela pandemia, pelo negacionismo e pelo extremismo, no qual *fake news* e *fake opinions* envenenam a mente e a ciência, deixando o ser humano mais doente.

Reforça-se a necessidade de revisitar os fundamentos de cada ciência e redefinir valores, reposicionar a inteligência nessa nova realidade. *Fake News*, inteligência artificial e redes sociais empoderadas evidenciam a urgência de uma nova era ou então já era.

Na tese, se propôs uma Ciência da Informação que se afirma como ciência social do documento, guiada por uma antropologia filosófica realista na qual o ser humano é esse animal de realidades que documenta a realidade e, a documentando, assume centralidade diante da verdade, sendo esta a índole das coisas reais.

Rio, 06 de abril de 2024.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. DOI: 10.18225/ci.inf.v32i3.985. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Existe um pensamento informacional ibero-americano? **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 31-55, 2018. DOI: 10.21728/logcion.2018v4n2.p31-55. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4212>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teorias e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2017, p. 9-34, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20162/71589>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- ARLT, Gerhard. **Antropologia filosófica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- BEORLEGUI RODRÍGUEZ, Carlos. **Antropología filosófica: nosotros: urdimbre solidaria y responsable**. 3. ed. Bilbao: Deusto Publicaciones, 2009.
- BELLO, Angela Ales. **O sentido das coisas: por um realismo fenomenológico**. São Paulo: Paulus, 2019
- BERNARDES, Matheus da Silva. **Introdução a Xavier Zubiri**. São Paulo: Paulus, 2023.
- BRAGA, Adriana; LOGAN, Robert K. Comunicação, informação e pragmática. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 44-69.
- BRANTE, Thomas. Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [s. l.], n. 36, p. 9-38, 2001. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/406>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de área 2016**. Brasília, DF: Capes, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Criterios\\_APCN\\_Ciencias\\_Sociais\\_Aplicadas\\_1.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Criterios_APCN_Ciencias_Sociais_Aplicadas_1.pdf). Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas**. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2024.

Disponível em:

[https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/ciencias\\_humanas/O\\_que\\_e\\_as\\_CGHS/O\\_que\\_e\\_as\\_CGHS.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/ciencias_humanas/O_que_e_as_CGHS/O_que_e_as_CGHS.html). Acesso em: 9 jan. 2024.

BRIET, Suzanne. **O que é documentação?** Tradução Maria Nazareth Fendt. Niterói: Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 1970.

BUCKLAND, Michael. Document theory. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 425-436, 2018.

BUCKLAND, Michael. The physical, mental and social dimensions of documents. **Proceedings from the Document Academy**, [Akron, Ohio], v. 3, n. 1, p. 1-6, 2016. DOI: 10.35492/docam/3/1/4. Disponível em: <https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol3/iss1/4/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BUCKLAND, Michael. What kind of science can information science be? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 1-7, Jan. 2012. Disponível em: <https://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatsci.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da informação da UFMG, 2003. Disponível em: [https://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](https://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 29 fev. 2024.

CAPURRO, Rafael. Hermeneutics and the phenomenon of information. **Research in Philosophy and Technology**, [Amsterdam], v. 19, p. 79-85, 2000.

CAPURRO, Rafael. What is information science for? A philosophical reflection. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). **Conceptions of library and information science**. London: Taylor Graham 1992. p. 82-96.

CAPURRO, Rafael.; HJØRLAND, Biger. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O mito do método**. Rio de Janeiro: PUC, 1971. Trabalho apresentado no Seminário de Metodologia Estatística, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, janeiro a fevereiro de 1971.

CARVALHO, Eduardo Costa. A natureza social da Ciência da Informação. *In*: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro (org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 51-63.

CESCON, Everaldo. Uma introdução ao pensamento filosófico-teológico de Xavier Zubiri (1898-1983). **Síntese**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 31, n. 100, p. 239-282, 2004. DOI: 10.20911/21769389v31n100p239-282/2004. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/356>. Acesso em: 10 maio 2022.

CIBANGU, Sylvain K. Information science as a social science. **Information Research**, [s. l.], v. 15, n. 3, Jan. 2010.

COROMINAS, Jordi. Presentación. *In*: ZUBIRI, Xavier. **Tres dimensiones del ser humano**: individual, social, histórica. Madrid: Alianza Editorial: Fundación Xavier Zubiri, 2006. p. vi-xxvi.

COROMINAS, Jordi; VICENS, Joan Albert. **Xavier Zubiri**: la soledad sonora. Madrid: Taurus, 2006.

DAY, Ronald E. **The modern invention of information**: discourse, history, and power. [Carbondale]: Southern Illinois University Press, 2001.

DOMINGUES, Ivan. A filosofia, as ciências e questão antropológica. **Analytica**: Revista de Filosofia, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2011. DOI: 10.35920/arf.2011.v15i1.13-48. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/606>. Acesso em: 22 jan. 2022.

EGAN, Margaret Elizabeth; SHERA, Jesse H. Foundations of a theory of bibliography. **The Library Quarterly**, [Chicago], v. 22, n. 1, p. 125-137, Apr. 1952.

EGAN, Margaret Elizabeth; SHERA, Jesse H. Prolegomena to bibliographic control. **Journal of Cataloging and Classification**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 17-19, 1949.

FAYOS, Antônio Ferraz. A trilogia sobre a inteligência. *In*: SECRETAN, Philibert (org.). **Introdução ao pensamento de Zubiri (1898-1983)**: por uma filosofia da realidade. São Paulo: É realizações, 2014. p. 65-76.

FERRARIS, Maurizio. Documentalità: ontologia del mondo sociale. **Etica & Politica / Ethics & Politics**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 240-329, 2007. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/handle/10077/5282?mode=full>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FERRARIS, Maurizio. **Documentality**: why it is Important to leave traces. New York: Fordham University Press, 2013.

FERRARIS, Maurizio. **Manifesto del nuovo realismo**. Santiago: Ariadna Ediciones, 2012.

FERRARIS, Maurizio. **Movilización total**. Barcelona: Herder Editorial, 2017.

FERRARIS, Maurizio; TORRENTO, Giuliano. Documentality: a theory of social reality. **Rivista di Estetica**, Torino, n. 57, p. 11-27, 2014. DOI: 10.4000/estetica.629. Disponível em: <https://journals.openedition.org/estetica/629>. Acesso em: 3 fev. 2024

FLORIDI, Luciano. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 37-47, 2010. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v1i2p. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42318>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FOWLER, Thomas B.; BLANCO, Juan Diego; CAPONIGRI, Aloysius Robert. **Glosario de términos filosóficos zubirianos**. [S. l.: s. n., 201-]. Disponível em: <http://www.zubiri.org/general/glossary.htm>. Acesso em: 2 jan. 2024.

FONTOURA, Marcelo Carneiro da. **A documentação de Paul Otlet**: uma proposta para a organização racional da produção intelectual do homem. 2012. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 227-249, 2012. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **Dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p.13-36.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “What is a document?”. **Journal of Documentation**, [Bingley, UK], v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.476.7862&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélda. A documedialidade: o novo realismo de Maurizio Ferraris. *In*: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; González de Gómez; Maria Nélda; Saldanha, Gustavo (org.). **Filosofia e história da Ciência da Informação**: travessias especulativas e praxiológicas. Rio de Janeiro: IBICT, 2022, p. 21-51. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1247/1/ribeiro-gomez-saldanha.pdf#page=23>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélda. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwwHHyYgw/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 18-37, 2012. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4832>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas: Alínea, 2011. cap. 2, p. 23-36.

GRACIA, Diego. **El poder de lo real: leyendo a Zubiri**. Madrid: Editorial Triacastela, 2017.

GUERRERO ANAYA, Luis José. **Fundamento y funcionalidad de la ciencia em Pierre Bourdieu y Xavier Zubiri**. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia Social) – Departamento de Filosofia e Humanidades, Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), Jalisco, 2006.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. Pensando e repensando o documento. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 314-331, jul./dez. 2017. DOI: 10.26512/rici.v10.n2.2017.2548. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2548>. Acesso em: 22 jan. 2022.

HAMLIN, Cynthia Lins. Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000. DOI: 10.1590/S0011-52582000000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/svB4cjfqcN9zhFQzbybqV5n/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 1996.

LENOIR, Frédéric. **Jung, uma viagem em direção a si mesmo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2023.

LIMA, Daniel Almeida; GOMES, Henriette Ferreira. Epistemologia social e filosofia da informação: um possível diálogo entre Jesse Shera e Luciano Floridi. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. 24-41, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/30088/17582>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. Epistemología y ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 21, n. 2, p. 140-160, abr./jun. 2010. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1024-94352010000200002](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352010000200002). Acesso em: 2 mar. 2024.

LLANOS VILLAJUAN, Marino. **Epistemología de las ciencias sociales**. Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2009.

LÓPEZ YEPES, José. **La ciencia de la información documental: el documento, la disciplina y el profesional en la era digital**. México: Universidad Panamericana, 2015.

LÓPEZ YEPES, José. Algunas cuestiones emergentes em el dominio de la ciencia de la información. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 320-339, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34037>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LÓPEZ YEPES, José. Características de la documentación y sureflejo em la formación de los profesionales e investigadores de la disciplina. *In*: CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS DE PORTUGAL, 8., 2004, Estoril. **Actas [...]**. Estoril: BAD, 2004.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Ciência da informação: nem ciência social, nem humana, apenas uma ciência diferente**. Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade. Brasília, DF: IBICT, 1999.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, [Medford], n. 43, p. 399-432, 2009.

MACHADO, Luís Miguel Oliveira; SIMÕES, Maria das Graças Melo; SOUZA, Renato Rocha. Relações disciplinares entre a ciência da informação e a “tríade” biblioteconomia, arquivística e documentação (1960-2000): subsídios para uma reflexão sobre a área. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 33-50, maio/ago. 2017. DOI: 10.18225/ci.inf.v46i2.3077. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3077>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MAJÓ, Joan. **Chips, cables y poder: la clase dominante en el siglo XXI**. Barcelona: Planeta, 1997.

MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martin Fontes, 2004.

MARINA, José Antonio. **Teoria da inteligência criadora**. Rio de Janeiro: Guarda-Chuva, 2009.

MARQUÍNEZ ARGOTE, Gérman. Nota introductoria. *In*: ZUBIRI, Xavier. **Siete ensayos de antropología filosófica**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1982. p. 6-15.

MARTÍNEZ RIDER, Rosa María; RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Algunas propuestas latino americanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecológica. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 27, n. 1, p. 13-44, 2004. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/3078/2874>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MATTOS, Alan Leal de; PONCHIROLLI, Osmar. A inteligência da realidade deus enquanto fundamento da existência humana na metafísica de Xavier Zubiri. **Kalagatos**: Revista de Filosofia, Fortaleza, v. 13, n. 25, p. 29-43, 2016. DOI: 10.23845/kalagatos.v13i25.6179. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6179>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MELOGNO, Pablo. Epistemología de las ciencias de la información: una perspectiva no fundacionista. **Palabra Clave**, Ensenada, v. 2, n. 2, p. 11-23, abr. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-99122013000100002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122013000100002&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 2 maio 2017.

MIGUEZ, Giovani; SANTOS, Antonio Tadeu Cheriff dos. A ciência da informação enquanto ciência social interdisciplinar: as contribuições de Zubiri e Bourdieu. *In*: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Arthur Araújo da (org.). **A ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Ed. UFPE, 2017. p. 439-454.

MOREIRA, Flávia Moraes; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. O paradigma social da informação e as teorias sociais: relações e contribuições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 169-178, 2016. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2016v11n1.28485. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/28485/15788>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da informação e suas relações com outras áreas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2005, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2005. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensão/CEDHUM/texto03.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOSTAFA, Solange Puntel. Enfoques paradigmáticos da bibliotecología; unidade na diversidade ou diversidade na unidade. **Investigación Bibliotecológica**, [s. l.], v. 10, n. 21, p. 18-21, 1996.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da biblioteconomia**. 1985. 147 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10705>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOSTAFA, Solange Puntel. A documentalidade como conceito filosófico. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas: Alínea, 2011. cap. 2, p. 9-21.

NASCIMENTO, Deise Santos do; SANTOS, Raquel do Rosário; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da informação como ciência social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 193-196, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/17872/10215>. Acesso em: 23 jan. 2022.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Por uma episteme mediacional na ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 1-20, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/413/412>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ODDONE, Nanci. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/VSpQ8bTV8LYcvjckZRxk6Sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2022.

OLIVEIRA, Nythamar de. Mundo da vida e forma de vida: a apropriação Habermasiana de Husserl e Wittgenstein. **Veritas**, [s. l.], v. 44, n. 1, p.133-146, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Conceito de homem**: mais humano, mais transpessoal. Ijuí: Ed. Uniljuí, 2006.

ORTEGA, Cristina Dotta. Ciência da informação: do objetivo ao objeto. *In*: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (coord.). **El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información**: propuestas, discusión, análisis y elementos comunes. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. p. 151-177.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/177618>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [s. l.], v. 11, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45489>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID**: Revista de Ciência da

Informação e Documentação, São Paulo, v. 7, n. esp., p. 41-64, 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7iespp41-64. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., p. 189-203, jan./abr. 2019. DOI: 10.1590/1981-5344/3920. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/6HSgrbhV5BJgkb6HXxnw3BK/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

OTLET, Paul. **Le traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, Palais Mondial, 1934. Disponível em: [http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite\\_de\\_documentation\\_ocr.pdf](http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf). Acesso em: 20 set. 2016.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro. Brasília, DF: Briquet Lemos, 2018.

QUEIRÓS, Carlos Fernando Gomes Galvão de. É a ciência da informação um saber humano ou social? *In*: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro (org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 33-49.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e ciência da Informação, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011. DOI: 10.5007/1518-2924.2011v16n31p131. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p131>. Acesso em: 24 jan. 2022.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da ciência da informação. 2009. 331 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=137497](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=137497). Acesso em: 20 set. 2016.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. *In*: OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro, teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2018. p. 11-27.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da ciência da informação: uma análise de seus fundamentos sociais. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e ciência da Informação, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 133-150, 2007. DOI: 10.5007/1518-2924.2007v12n23p133. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n23p133>. Acesso em: 24 jan. 2022.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Lastareas de lafundamentación de laBibliotecología. **Investigación Bibliotecológica**: archiconomía, bibliotecología e información, Ciudad de México, v. 9, n. 17, p.6-11, jul. 1994. DOI: 10.22201/iibi.0187358xp.1994.17.3823. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/3823>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Un análisis filosófico de laBibliotecología. **Investigación Bibliotecológica**: archiconomía, bibliotecología e información, Ciudad de México, v. 10, n. 20, p. 9-15, ene. 1996. DOI: 10.22201/iibi.0187358xp.1996.20.3833. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/3833>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RENDON ROJAS, Miguel Ángel. **Fundamentos teóricos e filosóficos da biblioteconomia**. México: CUIB-UNAM, 2005.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Los valores sociales y políticos dentro del paradigma bibliotecológicoenla era de lainformación. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 9-18, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/3mGynGWM3jQBwKpPysWxhfC/?lang=es>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Ciencia bibliotecológica y de la informaciónenel contexto de las ciências sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplina. **Investigación Bibliotecológica**: archiconomía, bibliotecología e información, Ciudad de México, v. 22, n. 44, p. 65-76, ene. 2008. DOI: 10.22201/iibi.0187358xp.2008.44.4141. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/4141>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 3-14, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i1p3-14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42365>. Acesso em: 24 jan. 2022.

REYES-RAMÍREZ, Livia Mercedes. Apuntes históricos-epistemológicos para lacomprensión y evaluación de lapraxisenelámbito de laBibliotecología y lasCiencias de laInformación. **Ciencias de la Información**, La Habana, v. 43, n. 2, p. 5-13, mayo/agosto 2012.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002.

RUDNER, Richard S. **Filosofia da ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

RYAN, Alan. **Filosofia das ciências sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-

88, jan./jun. 2013. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53764>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: la sociedad teledirigida. Madrid: Tauro, 1998.

SAYER, Andrew. Características chave do realismo crítico na prática: um breve resumo. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 6, p. 7-32, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235465>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SHERA, Jesse H. Philosophy of librarianship. *In*: WEDGEWORTH, Roberto (ed.). **ALA world encyclopedia of library and information services**. Chicago: ALA, 1980. p. 314-317.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e documentação. *In*: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 15-64.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. Tradução de Maria Esther de Araújo Coutinho. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, jan./jun. 1977. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/04/pdf\\_dde99ac1c9\\_0009749.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_dde99ac1c9_0009749.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

SHERA, Jesse. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Hoboken, v. 22, n. 1, p. 76-80, Mar./Apr. 1971.

SHERA, Jesse. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973. DOI: 10.18225/ci.inf.v2i2.30. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30>. Acesso em: 2 mar. 2024.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Giovani Miguez da. **As relações entre informação, linguagem e símbolo**: a filosofia da Ciência da Informação entre a realidade e a idealidade. Orientador: Gustavo Silva Saldanha; Coorientador: Antonio Tadeu Cheriff dos Santos. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; TAVARES, Derek Warwick da Silva; NUNES, Jefferson Veras. História e epistemologia da Ciência da Informação: Abordagem social em foco. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 39, n. 3, p. 286-300, 2016. DOI 10.17533/udea.rib.v39n3a06. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v39n3/0120-0976-rib-39-03-00286.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FERNÁNDEZ TEJADA, José. **A ética da Inteligência e Xavier Zubiri**. Londrina: Editora UEL, 1998.

FERNÁNDEZ TEJADA, José. Prefácio à presente edição. *In*: ZUBIRI, Xavier. **Inteligência e razão**. São Paulo: É Realizações: Fundación Xavier Zubiri, 2011. p. ix-xxii.

Terceiro, José B. **Sociedad digital**: del homo sapiens al homo digitalis. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, dez. 1994. DOI: 10.1590/0104-4060.131. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40601994000100012&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40601994000100012&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 13 ago. 2020.

VARGAS, Esteban. El "Realismo científico" à luz de Xavier Zubiri. **Ideias y Valores**, [Bogotá], v. 67, n. 167, p. 177-198, Mayo 2018. DOI: 10.15446/ideasyvalores.v67n167.59450. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/idval/article/view/59450>. Acesso em: 25 jan. 2022.

VARGAS, Esteban. La filosofía de la ciencia como programa de investigación en Zubiri. **Arbor**, Madrid, v. 192, n. 780, a338, p. 1-10, 2016. DOI: 10.3989/arbor.2016.780n4014. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/2142>. Acesso em: 25 jan. 2022.

VEGA-ALMEIDA, Rosa Lidia; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. Carlos; LINARES, Radamés. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la información: una sistematización. **Information Research**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1-16, June 2009. Disponível em: <http://informationr.net/ir/14-2/paper399.html>. Acesso em: 21 jun. 2009.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 229-239, Mar. 1993.

ZUBIRI, Xavier. **Siete ensayos de antropología filosófica**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1982.

ZUBIRI, Xavier. **Estructura dinámica de la realidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

ZUBIRI, Xavier. **El hombre y la verdad**. [S. l.]: Anaya-Spain, 1999.

ZUBIRI, Xavier. **Sobre la realidad**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

ZUBIRI, Xavier. **Tres dimensiones del ser humano**: individual, social, histórica. Madrid: Alianza Editorial: Fundación Xavier Zubiri, 2006.

ZUBIRI, Xavier. **Sobre el hombre**. Madrid: Alianza, 1986.

ZUBIRI, Xavier. **Sobre el hombre**. reimp. Madrid: Alianza, 2016.

ZUBIRI, Xavier. **Sobre la esencia**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

ZUBIRI, Xavier. **Natureza, história, Deus**. São Paulo: É Realizações, 2010.

ZUBIRI, Xavier. **Inteligência e logos**. São Paulo: É Realizações: Fundación Xavier Zubiri, 2011a.

ZUBIRI, Xavier. **Inteligência e razão**. São Paulo: É Realizações: Fundación Xavier Zubiri, 2011b.

ZUBIRI, Xavier. **Inteligência e realidade**. São Paulo: É Realizações: Fundación Xavier Zubiri, 2011c.

ZUBIRI, Xavier. **Cinco lições de filosofia**. São Paulo: É Realizações: Fundación Xavier Zubiri, 2012.